



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
TEODULINO MANGUEIRA ROSENDO

SECA, XOTE E BAIÃO:
O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA, DA AUTORIA E DA RESISTÊNCIA NO
DISCURSO PEDAGÓGICO

Palhoça
2020

TEODULINO MANGUEIRA ROSENDO

**SECA, XOTE E BAIÃO:
O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA, DA AUTORIA E DA RESISTÊNCIA NO
DISCURSO PEDAGÓGICO**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Eugênio Maliska

Palhoça

2020

R72 Rosendo, Teodulino Manguiera, 1979-

“Seca, xote e baião : o funcionamento da memória, da autoria e da resistência no discurso pedagógico” / Teodulino Manguiera Rosendo. – 2020.

181 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Prof. Dr. Maurício Eugênio Maliska

1. Análise do discurso. 2. Linguagem e educação. I. Maliska, Maurício Eugênio, 1975-. IV. Universidade do Sul de Santa Catarina. V. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

TEODULINO MANGUEIRA ROSENDO

**“SECA, XOTE E BAIÃO: O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA, DA AUTORIA E DA RESISTÊNCIA
NO DISCURSO PEDAGÓGICO”**

Esta Tese foi julgada adequada à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 23 de junho de 2020.



Professor e orientador Maurício Eugênio Maliska, Doutor.
Universidade do Sul de Santa Catarina

presente por videoconferência

Professora Bethânia Mariani, Doutora.
Universidade Federal Fluminense

presente por videoconferência

Professor Sandro Braga, Doutor.
Universidade Federal de Santa Catarina

presente por videoconferência

Professora Nádia Régia Maffi Neckel, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

presente por videoconferência

Professora Solange Maria Lêda Gallo, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Aos meus pais - Francisco Rosendo Filho e
Geralda Mangueira Rosendo – (in memoriam)
pela vida, pelo amor, pela educação ofertada a
mim.

A minha irmã - Franciêlda Maria Mangueira
R. Maciel – presença certa, apoio constante,
amor caloroso.

Aos meus sobrinhos - Marlla, Diego (sua
esposa Mayra) e Mirlla - que sempre
acreditaram no meu sonho e na minha força de
torná-lo realidade.

Ao pequenino Théo – sobrinho/neto amado,
nossa alegria, nossa esperança de
continuidade.

Aos meus amigos e amigas, bem como,
compadres e afilhados queridos que torceram
por mim, que me encorajaram e dividiram
comigo os bons e difíceis momentos dessa
jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus – essa energia constante que me habita, que me move.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Maurício E. Maliska, por aceitar caminhar comigo nessa jornada, pelas sugestões, correções e construções fundamentais para a produção dessa tese, por acreditar em mim e pelos deslocamentos necessários ao meu amadurecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, em especial aos meus professores Ana Caroline, Caco, Dilma, Giovanna, Juliana, Maliska, Nádia e Solange Gallo - deles levo grandes lições, reflexões que me fizeram pensar pelo avesso, e me transformaram em um sujeito mais questionador, mais político, mais humano.

Aos meus colegas de curso, em especial à Fabiana Soares, pelas trocas e compartilhamento de saberes e de dúvidas, pelos abraços carinhosos e confortadores.

Aos professores membros da banca avaliadora - Bethania Mariane, Giovanna Flores, Nádia Neckel, Sandro Braga e Solange Gallo – agradeço pelo aceite do nosso convite, pela leitura atenta, pelas contribuições essenciais para o amadurecimento dessa escrita.

A Profa. Solange Gallo pelo afeto dedicado a mim, pelo apoio teórico, pelos conselhos, e conversas produtivas que em muito colaboraram para a tessitura desse trabalho.

Ao Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de Triunfo-PB pela concessão de licença, conforme a lei, para capacitação docente, fato este que me permitiu residir em Florianópolis por quatro anos e me dedicar integralmente ao meu doutorado.

Aos amigos com quem dividi apartamento - Andres Ruiz Droege (um colombiano irmão) e Rodrigo Gaboardi – de cada um levo o melhor que construímos - amizade.

Aos amigos e amigas que fiz em Santa Catarina, meus cúmplices, em especial à Geanluca Uliana um amparo, um afeto.

Aos meus alunos e alunas do ano letivo de 2012 que vivenciaram comigo essa experiência de leitura e escritura no Projeto Seca, Xote e Baião.

À Triunfo, minha cidade natal, um amor antigo, que compreendeu meu desejo em 2016 quando optei pelo doutorado em detrimento a carreira política - e à Santa Catarina pela acolhida calorosa, por me marcar tão fortemente com suas belezas, seus sorrisos e abraços.

[...] Mas a vida se revolta e resiste [...] “Eu não
sou uma máquina”.
(Pêcheux, 2014, p.278).

RESUMO

A presente tese pretendeu compreender os efeitos de sentidos pelos processos parafrásticos e polissêmicos a partir de fotografias e poesias construídas no Projeto Seca, Xote e Baião, desenvolvido com alunos do ensino médio da Escola Estadual Bernardino José Batista, Triunfo-PB, alto sertão nordestino, discutindo a problemática da seca e homenageando Luiz Gonzaga em seu centenário após leitura e debate da obra *Vidas Secas* do Graciliano Ramos. Diante desse arquivo, fizemos um recorte pela via das noções que foram mobilizadas no processo de descrição/interpretação constituindo nosso dispositivo teórico-analítico, e pela análise buscamos o funcionamento da memória, a condição da autoria e da resistência na produção de sentidos no discurso pedagógico, considerando a relação da historicidade, da memória e do acontecimento materializados. Assim, apontamos furos, falhas nas imagens como indicadores fortes da descontinuidade em paralelo com a obra literária, e como operadores que extrapolam o nível da consciência, e que podem ser observados na obscuridade do simbólico, na resistência ‘ocultada’, mas rompendo com a superfície acomodadora do imaginário fechada na imago alienante que projeta. Pelas condições de produção alcançamos a história de leitura do *Vidas Secas* e dos sujeitos-alunos, observando o já dito se marcando como pré-construído e afetando os sentidos das materialidades tomadas como um gesto dos sujeitos-alunos, que diante das atividades do Projeto Seca, Xote e Baião, pelo processo de *textualização*, assumiram uma posição discursiva a partir do lugar social de aluno, se contra identificando com o discurso pedagógico autoritário. Desse modo, face à memória o dizer se atualiza, trazendo fissuras, e o nosso argumento é: *Quando o efeito-autor não recobre totalmente a função-autor ela vaza, nesse ponto se constitui a autoria*, e o que sobra é o espaço do sujeito, é o campo da resistência, destacando que o processo da linguagem é assim também, de maneira geral, a voz é sempre do Outro, contudo alguma coisa escorrega e nos faz sujeitos na linguagem. Destarte, essas constatações produzem o que nomeamos por *EFEITO-resistência-SIMBÓLICO*, *rachaduras no social efetivando deslizamentos nos sentidos e marcando o político*, fazendo as fotográficas e os trechos poéticos funcionarem como operadores de uma memória social no processo de textualização, pela relação de força entre dominação e resistência que se dá no jogo discursivo.

Palavras-Chaves: Memória Discursiva. Autoria. Resistência. Discurso Pedagógico.

RÉSUMÉ

La présente thèse visait à comprendre les effets des significations par des processus paraphrastiques et polysémiques à partir de photographies et de poèmes construits dans le cadre du Projet Seca, Xote et Baião, développé avec des élèves du secondaire de l'École Publique Bernardino José Batista, Triunfo-PB, nord-est brésilien, en discutant le problème de la sécheresse et en honorant Luiz Gonzaga lors de son centenaire, après avoir lu et débattu de l'œuvre *Vidas Secas* chez Graciliano Ramos. Au regard de ce dossier, nous coupons à travers les notions mobilisées dans le processus de description / interprétation constituant notre dispositif théorico-analytique et à travers l'analyse nous cherchons le fonctionnement de la mémoire, la condition d'auteur et la résistance dans la production de significations dans le discours pédagogique, considérant la relation de l'historicité, de la mémoire et de l'événement matérialisé. Ainsi, nous signalons les trous, défauts dans les images comme de forts indicateurs de discontinuité parallèlement au travail littéraire, et comme des opérateurs qui dépassent le niveau de conscience, et qui s'observent dans l'obscurité du symbolique, dans la résistance "cachée", mais en rupture avec le surface accommodante de l'imaginaire fermé dans l'imgo aliénante qu'il projette. En raison des conditions de production, nous sommes arrivés à l'histoire de la lecture de *Vidas Secas* et des sujets-étudiants, en observant ce déjà dit se marquant comme pré-construit et affectant les sens dans les matérialités prises comme un geste par les sujets-étudiants, qui face aux activités du Projet *Seca*, *Xote* et *Baião*, à travers le processus de *textualisation*, ont pris une position discursive de la place sociale de l'élève, s'opposant en s'identifiant au discours pédagogique autoritaire. Ainsi, face à la mémoire, le dire est mis à jour, ce qui amène des fissures, et notre argument est le suivant: *Lorsque l'effet d'auteur ne couvre pas entièrement la fonction d'auteur qu'il fuit, à ce stade, l'auteur est constitué*, et ce qui reste est l'espace du sujet, c'est le champ de la résistance, soulignant que le processus langagier est aussi comme ça, en général, la voix est toujours de l'Autre, cependant quelque chose glisse et fait de nous des sujets dans le langage. Ainsi, ces découvertes produisent ce que nous appelons *l'EFFET-résistance-SYMBOLIQUE*, des fissures dans les glissements d'effet social dans les sens et marquant le politique, faisant fonctionner les passages photographiques et poétiques en tant qu'opérateurs d'une mémoire sociale dans le processus de textualisation, à travers la relation de force entre la domination et la résistance qui se produit dans le jeu discursif.

Mots-clés: Mémoire Discursive. Auteur. Résistance. Discours Pédagogique.

ABSTRACT

This thesis intended to understand the effects of meanings by paraphrastic and polysemic processes from photographs and poetry built in the Seca, Xote and Baião Project, developed with high school students from the Bernardino José Batista State School, Triunfo-PB, high northeastern hinterland, discussing the problem of drought and honoring Luiz Gonzaga in his centenary after reading and debating the work *Vidas Secas* by Graciliano Ramos. In view of this file, we cut through the notions that were mobilized in the process of description/interpretation constituting our theoretical-analytical device and through analysis we seek the functioning of memory, the condition of authorship and resistance in the production of meanings in the speech pedagogical, considering the relationship of historicity, memory and materialized event. Thus, we point out holes, flaws in the images as strong indicators of discontinuity in parallel with the literary work, and as operators that go beyond the level of consciousness, and that can be observed in the obscurity of the symbolic, in the 'hidden' resistance, but breaking with the accommodating surface of the imaginary closed in the alienating imago it projects. Due to the production conditions, we reached the story of reading *Vidas Secas* and the subject-students, observing the aforementioned marking itself as pre-built and affecting the senses in the materialities taken as a gesture by the subject-students, who in the face of the activities of the Seca, Xote and Baião Project, through the textualization process, assumed a discursive position from the student's social place, opposing themselves by identifying themselves with the authoritarian pedagogical discourse. Thus, in the face of memory, the saying is updated, bringing cracks, and our argument is: When the author-effect does not fully cover the author-function it leaks, at that point authorship is constituted, and what is left is the space of the subject, it is the field of resistance, highlighting that the language process is also like this, in general, the voice is always of the Other, however, something slips and makes us subjects in the language. Thus, these findings produce what we call the EFFECT-resistance-SYMBOLIC, cracks in the social effecting slips in the senses and marking the political, making the photographic and poetic passages work as operators of social memory in the textualization process, through the relation of strength between domination and resistance that occurs in the discursive game.

Keywords: Discursive memory. Authorship. Resistance. Pedagogical Speech.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Interpelação do Indivíduo em Sujeito	49
Figura 2 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	62
Figura 3 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	64
Figura 4 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	85
Figura 5 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	121
Figura 6 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	124
Figura 7 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	126
Figura 8 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	127
Figura 9 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	129
Figura 10 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	132
Figura 11 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	151
Figura 12 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	157
Figura 13 – Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estrutura Fixa de Lugares no Discurso em Lacan.....	91
Gráfico 2 – Condições de Produção do Discurso Pedagógico Autoritário.....	92
Gráfico 3 – Condições de Produção do Discurso Pedagógico Polêmico.	93
Gráfico 4 – Condições de produção do Discurso Pedagógico Lúdico.	93

LISTA DE SIGLAS

AD	– Análise de Discurso
AIE	– Aparelho Ideológico de Estado
DE	– Discurso de Escrita
DO	– Discurso de Oralidade
DP	– Discurso Pedagógico
DPA	– Discurso Pedagógico Autoritário
FD	– Formação Discursiva
FDS	– Formação Discursiva da Seca
SD	– Sequencia Discursiva
UNISUL	– Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO SECA, XOTE E BAIÃO	17
1.2 DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA A FORMA DE COMPREENSÃO DO CORPUS DISCURSIVO.....	19
2 LINGUAGEM, PODER E DISCURSO	29
2.1 A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DISCURSIVA.....	35
2.2 FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM NO DISCURSO PEDAGÓGICO.....	40
3 TECITURA DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA	43
3.1 SOBRE O SUJEITO DO DISCURSO	47
3.2 A LUTA PELOS SENTIDOS	51
3.3 O PAPEL DA MEMÓRIA NO DISCURSO	55
3.4 A RESISTÊNCIA NA FORMA-SUJEITO CAPITALISTA.....	60
4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: OS SUJEITOS E A SITUAÇÃO DISCURSIVA DO PROJETO SECA, XOTE E BAIÃO	66
4.1 CONJUNTURA IMEDIATA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PROJETO SECA, XOTE E BAIÃO DENTRO DO DISCURSO PEDAGÓGICO	69
4.2 CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICO, IDEOLÓGICO: A RETOMADA DO NORDESTE, DA SECA E DO RETIRANTE PELA MEMÓRIA	78
4.2.1 SECAS, RAÍZES DO NORDESTE	80
4.2.2 RETIRANTES - “Até mesmo a Asa Branca bateu asas do sertão”	84
5 O DISCURSO PEDAGÓGICO.....	90
5.1 A TEXTUALIZAÇÃO E O EFEITO-TEXTO	95
5.2 POSSIBILIDADE DA AUTORIA NO DISCURSO PEDAGÓGICO	102
5.3 PARÁFRASE E POLISSEMIA: O REPETÍVEL E O DIFERENTE NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS	109
6 ANÁLISE DISCURSIVA: NOSSA COMPREENSÃO DO GESTO INTERPRETATIVO DO SUJEITO-ALUNO MATERIALIZADO EM IMAGENS E POESIAS	118
6.1 O IMAGINÁRIO, A IMAGO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS (PRIMEIRO OLHAR ANALÍTICO)	118
6.2 A ESCRITA DA MEMÓRIA PELA IDEOLOGIA E PELO INCONSCIENTE (SEGUNDO OLHAR ANALÍTICO).....	141

6.3 XOTE E BAIÃO: FISSURAS NA IDENTIDADE ESPECULAR	154
6.4 O EFEITO-RESISTÊNCIA-SIMBÓLICO	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a linguagem e sua relação com o sujeito, a história e a ideologia vem crescentemente ocupando novos espaços em trabalhos de pesquisas e promovendo conhecimento articulado sobre o discurso como espaço de observação e de produção de sentidos. É nessa perspectiva que a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux, abraça o discurso como objeto de estudo, como prática de linguagem, campo em que se observa o sujeito em movimento.

Segundo Orlandi (2015), a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social:

Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2015, p. 13).

Inseridos nesse contexto, apresentamos este trabalho vinculado à linha de pesquisa Texto e Discurso do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, propondo uma discussão sobre o papel da memória e a condição da autoria e da resistência na produção de sentidos pelos processos de paráfrase e polissemia nas fotografias e poesias construídas por alunos do ensino médio participantes do Projeto Seca, Xote e Baião, de nossa autoria, desenvolvido no ano de 2012 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bernardino José Batista, município de Triunfo-Paraíba, alto sertão nordestino.

Isto posto, considera-se importante conhecer a posição da qual o sujeito pesquisador produziu esta tese, o que se constitui como parâmetro para que os leitores em AD entendam previamente os gestos de compreensão que funcionam, também, como indícios de leitura da mesma. Assim, inicialmente, nos apresentamos como professor de Língua Portuguesa dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, em duas redes de ensino, estadual e municipal na cidade de Triunfo-Paraíba, da qual sou natural, e aqui mobilizaremos registros de uma prática de sujeito professor no momento dessa experiência pedagógica.

Geograficamente, estamos inseridos no nordeste brasileiro, especificamente no sertão, um espaço conhecido também como polígono das secas, segundo a Lei 175/36 (emendada em 1951 pela Lei 1.348), e entendida como uma área formada por diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez e submetida a repetidas crises de prolongamento das estiagens pelas poucas influências de massas de ar úmidas e frias vindas do Sul,

predominando massas de ar quente que não geram as precipitações pluviométricas. Igualmente, por outro lado, um espaço agravado pela inscrição na problemática socioeconômica e no imaginário discursivo que cristalizam ideias, sobretudo no tocante à língua, à cultura, etc... dos indivíduos que ali vivem, realidade perversa de segregação e marginalização, tão cruel quanto às questões meteorológicas descritas.

Constitui-me sujeito, posteriormente assumindo a posição de professor de Língua Portuguesa, nessas paisagens secas de dificuldades, mas verdes de esperança; um lugar de pessoas simples e aguerridas, de sorrisos receptivos e aconchegantes (adjetivos que não esvaziam o político da nossa gente). Na profissão, tomei o questionamento, a indagação, a criticidade produtiva como alvo do meu fazer pedagógico, como forma de desenvolver um ensino mais pensante, menos dogmático e aberto ao diálogo e aos tantos sentidos que este constrói, definindo, então, meus métodos a partir desses parâmetros e, sobretudo, a minha posição – *lá onde a opressão me abraça a luta se trava*.

Assim, em Maio de 2012 a nossa equipe escolar senta-se para discutir temáticas para construção de um projeto de intervenção pedagógica e em meio a uma chuva de ideias que perpassavam diversas questões do cotidiano escolar, tais como: desmotivação na aula, indisciplina, avaliação, evasão, reprovação, dentre outros, sugerimos trabalhar a seca, realidade plausível naquele momento e aparentemente algo já dado, já esgotado de sentidos, algo que “não seria para a escola a temática mais urgente”, contudo pelo aceite dos colegas começamos a montar o nosso projeto como um convite à reflexão e à ação, ressignificação do convívio com a seca, um drama de ontem, de hoje e de amanhã (?).

A nossa memória de filhos dessa realidade, a vida vivida neste solo sagrado nos fez rememorar às lutas contra a miséria e a opressão. Retomamos nos debates os sofrimentos sertanejos pelos repetidos períodos de estiagem, das tristes partidas dos que deixam sua terra em busca de melhores dias, mas também reflexionamos sobre pontos fortes ilustrados na perene fortaleza e na sempre esperança que nos acompanham em toda à existência.

Desse modo, surgiu o Projeto *Seca, Xote e Baião* e como se percebe a sequência de palavras no título, aparentemente desconexas, no contexto ganham sentido quando justificado que em 2012 o nordeste celebrava o centenário de uma de suas maiores expressões cultural, poética e musical, Luiz Gonzaga do Nascimento. Advêm desse fato os termos - Xote e Baião como práticas de resistência, como marca desse gesto político, como inscrição em processos de identificações, atuando também como o ritmo que embalou este gesto de ressignificação. Convém pontuar que em suas músicas, Luiz Gonzaga fez diversas fotografias do nordeste,

cantando nossos heróis e heroínas anônimas e a ‘história na ótica dos vencidos’, invertendo a lógica dos historiadores e da cronologia da história posta.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO SECA, XOTE E BAIÃO

O Projeto Seca, Xote e Baião foi um instrumento para *reconhecer* uma voz sempre negada, ou anulada porque vinda de quem não se inscreve na legitimidade não pode tê-la, uma voz que foi reverberada nas diversas atividades experimentadas pela comunidade escolar e vivenciadas pela comunidade local (cidade). Ele agiu pela investigação da memória, pontuando pela historicidade o tempo marcado pela crueldade que se prolonga para além do fenômeno cíclico, sobretudo pela inércia e paralisia das instâncias governamentais que pouco fizeram, ou fazem, para contornar o caos estabelecido pela seca.

Caminhamos perseguindo a observação desses fatos e buscando ‘entender’ a nossa condição de sujeitos, do ser professor e do ser aluno naquela conjuntura que reflete as condições de produção e reprodução capitalista. Assim, como motivação inicial de todo este debate, propusemos a leitura do clássico literário *Vidas Secas* do Graciliano Ramos, escrito em 1938 no movimento modernista brasileiro em sua segunda geração.

Na obra literária *Vidas Secas* nos deparamos com elementos que apontam fortemente para a história, a cultura e “identidade” do sertanejo. Adiante, na nossa análise, pensamos nos modos de identificação e nos processos de subjetivação.

Desse modo, no Projeto Seca Xote e Baião almejamos compreender a forma como o romancista abordou o sertão, contextualizando o cenário do nordeste castigado pela seca e pelos dramas dela decorrentes, como a questão do êxodo - fenômeno que ainda leva contingentes migratórios a buscarem outras terras onde possam assegurar sobrevivência. Essas narrativas de vidas sugerem constante superação de desafios, numa luta de classes definida em que a resistência se ergue como bandeira, na busca por direitos; são histórias construídas em meio à dominação e às relações cotidianas de abandono, de engodo e tentativa permanente de desconstruir o político no cidadão, de torná-lo neutro, de acovardá-lo.

Ressaltamos que com o Projeto Seca Xote e Baião a instituição escolar não foi a mesma de outrora, precisou também ser resignificada, fugindo, falhando do seu papel de aparelho ideológico do Estado, de reprodução de ideologias (no capítulo cinco discorreremos e analisamos este funcionamento) a fim de encarar a realidade pelo questionamento e na perspectiva da resistência. Só com este deslocamento do papel oficial, pela contradição, a escola pôde ser campo de construção de novos olhares, olhos com lentes mais ampliadas viabilizando

o alcance de estruturas que mascaram alguns sentidos, sob a ilusão da transparência e da não opacidade da linguagem.

Conseguimos aproximar a escola da realidade na qual se insere, fazendo um ensino para além dos conteúdos formais, burocraticamente selecionados e expostos no currículo estático. E, nesse espaço, o sujeito aluno saiu da condição de espectador à protagonista no processo de ensino-aprendizagem, tomando parte pelo questionamento e pela participação ativa.

A problematização do convívio com a seca, a partir da leitura da obra *Vidas Secas*, propiciou aprofundamento de experiências e vivências que atravessaram a obra e retumbaram em diversas produções. A linguagem em movimento, como discurso, vai revelando o sujeito e seus gestos de leitura, mostrando-o no exercício do político, condição da cidadania.

Dessa forma, após a leitura conduzimos o debate em torno de seis blocos de ideias sugeridas pela obra, a saber: O solo, o homem e a vida em escassez, em seca; A vitimização do homem; O animal na figura do humano; O homem na figura do animal; As condições precárias de vida e A perspectiva de mudança, de vida nova. Iniciando, posteriormente, as oficinas temáticas para amplo diálogo sobre o viver e sentir a obra de Graciliano Ramos e a realidade que estava à nossa volta, com o desenvolvimento de uma oficina de poesia, com aula teórica e prática, resultando dessa proposta a produção de poesias sobre o tema em pauta, a organização de um livro- Retalhos Poéticos da Secas (2012) - e a publicação desse material que circulou na escola e em toda a cidade, com doação de exemplares aos pais e disponibilidade do material na biblioteca escolar.

Outra sugestiva atividade de apreensão da realidade foi a organização de uma visita à zona rural do município para contato *in loco* com a problemática. Evidentemente, não era necessário sair do perímetro urbano para tanto, contudo a visita também se justificava porque naquele cenário produziríamos, a partir de roteiro escrito pelos alunos com base no *Vidas Secas*, um ensaio fotográfico, uma narrativa visual para realização de uma exposição na comunidade, como forma de revelar olhares sobre a seca e a condição de repensá-la, de criar uma consciência mais crítica sobre a situação.

Sem dúvida, toda essa caminhada, conforme veremos ao longo desta tese, possibilitou um efeito de unidade ao conjunto de coisas aparentemente dispersas que foram tomando a forma de texto, de discurso. Unidade como um efeito histórico, estabelecido pelos lugares de memória¹ (a obra *Vidas Secas*, as experiências do convívio com a seca e outros), ao

¹ Vamos trabalhar, nesta tese, a questão da memória à luz da Análise de Discurso Francesa que a considera sempre uma memória esburacada e que também é esquecimento.

que poderíamos chamar de textualidade que se constrói no processo e não nos produtos finais, explicando Orlandi (1995, p.111), que quando uma palavra significa é porque ela tem TEXTUALIDADE, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta que a provê de realidade significativa.

E, conforme Gallo (2008):

A materialização do sujeito do discurso não se dá através de uma marca enunciativa, mas através de uma operação sintática que define as paráfrases possíveis na relação com o enunciado. É essa a diferença entre determinações enunciativas e determinações discursivas. É essa operação (sintática) que pode historicizar o “texto”, como um todo, no momento da emissão, através de efeito TEXTO. (2008, p.39, destaque da autora).

Vamos perceber nas análises que produziremos, a partir das atividades do Projeto Seca, Xote e Baião, a perspectiva discursiva sendo trabalhada, a memória tomada como um espaço de conflito. Desse modo, neste campo de retomadas de outros discursos, a memória será tratada como uma referência, um lugar de embate entre forças ideológicas, visando à retomada dos implícitos, ou seja, como diz Pêcheux (2015a), os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos e forças antagônicas que lutam para desestabilizar e desregular os já -ditos, através dos efeitos de paráfrase.

Ressaltamos que no capítulo cinco fazemos uma aproximação da nossa experiência com a vivenciada por Gallo (2008), em *Discurso da Escrita e Ensino*. Bem como aproximamos as noções de textualização, discurso de escrita e efeito- autor do nosso *corpus* discursivo.

Portanto, a partir das experiências no sertão nordestino com a problemática da seca e com o contínuo discurso denunciador da falta de atenção às famílias que convivem com esta realidade, buscou-se refletir no espaço escolar, com os alunos, sujeitos inscritos nessa conjuntura, as causas e consequências desse fenômeno cíclico. E, pela leitura e atualização do *Vidas Secas*, pelo reconhecimento das raízes sertanejas, assinalou-se o ato político, o gesto indicativo da resistência na produção de poesias e fotografias.

1.2 DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA A FORMA DE COMPREENSÃO DO CORPUS DISCURSIVO

Pelo funcionamento da memória na constituição dos sentidos e nos efeitos parafrásticos e polissêmicos se percebe marcado o sujeito mobilizando a língua e o social, mas também o histórico e o ideológico, o sujeito em práticas de linguagem produzindo discurso. Essa constatação faz emergir as seguintes indagações provocativas que elucidam os propósitos

do nosso estudo: Qual é a memória relativa à discursividade mobilizada pelo sujeito aluno no Projeto Seca, Xote e Baião para além da memória do discurso pedagógico? Que relação se pode estabelecer entre essa memória mobilizada no projeto e a memória presente na obra *Vidas Secas*, identificando nessa relação os processos parafrásticos e polissêmicos? Como trabalhar discursivamente a temática da autoria e da resistência pelo simbólico, pelo histórico, pelo ideológico, no jogo da memória?

Dessa forma, pretende-se analisar discursivamente o funcionamento da memória e da resistência na produção de sentidos e os seus efeitos pelos processos de paráfrase e polissemia nas imagens e poesias produzidas no Projeto Seca, Xote e Baião. Mas também - Teorizar sobre o funcionamento da memória e sua relação com as formações imaginárias, formações ideológicas e a formações discursivas que sustentam posições sujeito; Discutir a autoria, os efeitos de fechamento, de unidade, de textualização do discurso pedagógico; Verificar como as modalidades de identificação do sujeito produzem efeitos de sentidos nas materialidades construídas no Projeto Seca, Xote e Baião em relação à obra *Vidas Secas*. Compreender como as materialidades do Projeto Seca, Xote e Baião se inscrevem em práticas de resistência.

Então, nosso estudo parte da produção de sentidos materializados pelos sujeitos alunos no Ensaio Fotográfico e no livro *Retalhos Poéticos da Seca* (2012). Aqui, *a priori*, se faz necessário justificar o emprego do termo materialidade a partir do enfoque da AD que trata o texto como uma unidade de análise (como uma materialidade discursiva) na qual a memória ganha corpo, segundo Orlandi (2006). Nesse mesmo enfoque, ao trabalhar essas materialidades não se pretende analisar seu conteúdo, todavia ao apontar o gesto de atualização da obra *Vidas Secas*, na ótica dos alunos nordestinos, buscar-se-á uma “compreensão de como estes objetos simbólicos produzem sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 24).

Pontuamos que o termo memória esteve sempre presente no desenvolvimento do projeto e como filhos daquelas terras, os alunos nas leituras e nos gestos de escrita rememoraram sobre servidão e luta, sobre as perenes agonias de seus pais e familiares vendo por anos seguidos a repetição do fenômeno da seca, dos sonhos coletivos pela chegada das águas do Rio São Francisco, como maneira de aplacar os efeitos da estiagem. Assim, inseridos dentro daquela historicidade, os alunos se lançam para o reconhecimento de outros sentidos, recobrando o que outrora foi dito, para poder saber dizer também e se reescreverem na história, “é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível dizer e que

retorna sob a forma do pré-construído², o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2011, p. 28).

Voltando às imagens e poesias do Projeto Seca, Xote e Baião, percebe-se que muitos pontos podem ser trabalhados. Textualmente, muitos aspectos podem ser explorados - como os lugares nos quais foram produzidos, os efeitos de sentidos alcançados, o papel da memória nessa construção, ainda quais sentidos cristalizados foram transformados em relação à obra *Vidas Secas*.

Reforçamos com Orlandi (2011), que: “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2011, p. 36). Assinala-se, pois, que nessa relação de sujeitos produtores de linguagem é possível refletir sobre a identificação, ou os seus contrários, o que em cada caso seria uma espécie de atravessamento espelhando a condição do assujeitamento ideológico.

Por meio dessas questões, a escolha da nossa temática de pesquisa evidencia o estudo discursivo da produção de sentidos no Projeto Seca, Xote e Baião, envolvendo alunos e professor que experimentaram os efeitos cruéis da seca, igualmente o descaso dos que tinham/têm - alguma forma de poder político e se acovardaram (se acovardam) sob diferentes pretextos, negando aos sertanejos mais pobres condições dignas de existência. Assim, percebe-se que na realidade, como na obra *Vidas Secas*, para ‘Fabiano’ e ‘sua família’ restam poucas alternativas, uma vez que a seca incessantemente volta, trazendo consigo toda espécie de tormento. A angústia e o medo também surgem como consequência de uma experiência outrora sentida, mas para além das vidas secas, apesar das incertezas, a esperança sempre ressurgue como potência que move a vida.

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e *os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles*. Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira. (RAMOS, 2011, p. 127, grifo do autor).

A esperança é o fio condutor do recomeço na obra *Vidas Secas*, mediante todos os desafios, novos olhares são construídos e refletem a resistência em meio ao caos. Este é um traço forte da obra que, acima de qualquer dano vivido, ainda ecoa no presente, revelando a

² Pêcheux (1975 [1988, p.164]) concebe o “pré-construído como o sempre já-lá da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade”.

sempre força do povo nordestino diante das demoradas agonias causadas pelas secas, pelos preconceitos e estereótipos.

Pesquisar com os alunos do ensino médio por meio do Projeto Seca, Xote e Baião foi um gesto político contra estes preconceitos, elementos significativos que funcionam como “palavras de ordem” e servem a um poder, palavras de uma “língua maior”, “invariante, territorializante”³. É necessário, então, buscar a fuga e não a morte diante da sentença dessas palavras, tomar os percalços e pré-juízos como uma potência, instrumento de força contra as condições impostas.

Pois a questão não era: como escapar à palavra de ordem?, mas como escapar à sentença de morte que ela envolve, como desenvolver a potência de fuga, como impedir a fuga de se voltar para o imaginário, ou de cair em um buraco negro, como manter ou destacar a possibilidade revolucionária de uma palavra de ordem? (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p.61-62).

Desse modo, nas imagens e poesias do projeto a palavra esperança é empoderamento que nasce como potência, é insurreição, forma de a vida ser mais forte que a morte, é a indignação contra qualquer opressão transbordando e queimando o peito, marcando um tempo de rupturas, de transformação em que a seca e outras crueldades sociais, econômicas, culturais, linguísticas são vividas, sentidas e enfrentadas na dimensão humana e não brutalizada. “Na palavra de ordem, a vida deve responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 62).

Partindo da leitura da obra e se reconhecendo como sujeitos inseridos no horizonte sertanejo, os alunos se voltaram para a questão da seca, questionando-a como fenômeno não apenas natural, mas resignificando seus sentidos, buscando entender as formas de tratamento dessa questão em nível nacional, bem como as formas de convivência com esta realidade adversa, ambígua e díspare. Todavia não apenas a obra *Vidas Secas* serviu de base para a proposta de estudos, como também o que foi contado por Luiz Gonzaga em sua discografia, possibilitando um mergulho na cultura local e presente no que se leu e se viveu.

Justifica-se, então, a intenção de trabalharmos a nossa problemática na ótica da discursividade, compreendendo os processos de produção de sentido, em sua dimensão subjetiva, social, histórica e ideológica. Mais além, objetivamos colaborar com o meio acadêmico oferecendo uma noção mais explicitada acerca do tema, alargando o material teórico existente, pelo debate e mobilização das noções, bem como, instigando o surgimento de outras questões de estudo vinculadas a temática em discussão. Ainda, intencionamos servir como fonte

³ As expressões destacadas são trabalhadas por Deleuze, Guattari (2011) e discutidas por nós nessa Tese.

de leitura crítica, oferecendo elementos relevantes para pesquisadores da área, a partir da mobilização das noções da Análise de Discurso no nosso *corpus*.

É fundamental explicitar que este trabalho fomentou conhecimento no pesquisador contribuindo na formação teórica e na construção do pensamento reflexivo-crítico. Tal aperfeiçoamento repercutirá na prática docente, uma vez que, nos inscrevemos na posição professor e levaremos dessa experiência as devidas posturas e questionamentos para trabalhar à disciplina de Língua Portuguesa discursivamente, rompendo com o ensino bancário abordado por Paulo Freire (1999), em que se depositam regras de gramática normativa nos alunos e atentando para a condição do político no discurso pedagógico.

Por outro lado, marcamos aqui as escutas teórico-metodológicas possíveis pensando as noções de recorte, entremeio e memória. Concebendo, inicialmente, que pelo recorte o objeto de estudo da AD surge como descendente de três disciplinas do conhecimento - Psicanálise, Linguística, Marxismo, mas a reflexão de Pêcheux não vai se acomodar em espaços de estabilidade, nem do normatizado. São nas fendas das disciplinas por ele recortadas que os questionamentos serão enunciados e de onde surgirão os novos gestos de leitura e de interpretação marcadamente estabelecidos pela contradição e pelo equívoco.

Nesse sentido, segundo Pêcheux, o discurso é constituído de materialidades discursivas (inscrita em práticas sociais), uma afirmação que abre possibilidades para pesquisadores da AD ampliarem essa construção. Efetivamente, Pêcheux não menciona o termo materialidade linguística, contudo parte do político, como na obra *Discurso – Estrutura ou Acontecimento (2015b[1983])*⁴, quando referindo ao enunciado “On a gagné”, ele declara:

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “On a gagné” [ganhamos], cantado com um ritmo e uma melodia determinados [...] constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. (PÊCHEUX, 2015b[1983], p.21b).

Essas materialidades se presentificam no estudo dos acontecimentos discursivos pela inserção da história, da psicanálise e da linguística e são mediadas pela noção do real, que se apresenta como a falta originária da estrutura. Desse modo, há um real que é próprio da língua, um real do sujeito e um real da história, fato este que expõe o caráter da incompletude,

⁴ Diz Orlandi que Pêcheux (2012) seguindo pelos entremeios reflete sobre a materialidade da linguagem e da história, interrogando a necessidade de um mundo semanticamente normal.

e que nega a sistematização, subtraindo a falsa noção de respostas prontas para todos os questionamentos no campo do dispositivo teórico, conforme conclui Pêcheux (2016):

[...] “A questão teórica *das materialidades discursivas* surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível [...]” Ou seja, do meu ponto de vista, afirmação da posição de entremeio. (PÊCHEUX, 2016, p. 9, grifo do autor).

Nesse seguimento, é fundamental destacar que pelas fendas dessa relação de entremeio surgem o equívoco, o sujeito do inconsciente e a contradição marcada pela ideologia. São ordens diferentes, mas entrelaçadas numa relação de mútua dependência que em sua constituição (por meio dos espaços lacunares) revelam os furos da linguagem, da ideologia e do inconsciente.

Por outro lado, é imperativo compreender que a materialidade discursiva tem relação com o campo teórico do materialismo histórico e, conseqüentemente, se insere nas formações sociais e suas transformações, abrangendo a teoria das ideologias, conforme Pêcheux (2016). Nessa concepção, “a matéria é a substância suscetível de receber uma forma”, concluindo que “a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua”, e que matéria é ao mesmo tempo processo e movimento (PÊCHEUX, 2016, p.12/13).

O discurso, para AD, deve se afastar das evidências da língua para fazer compreender, frente aos efeitos de transparência da linguagem, os equívocos que se forjam nas contradições sócio-históricas. Aqui, filia-se a questão da materialidade o efeito ideológico e sua conexão com o sujeito, ligação pela qual a partir das teses fundamentais de Althusser, descritas em *Semântica e Discurso* (1988[1975]), leva ao conceito de interpelação do sujeito.

Indo além, Orlandi (2007), desenvolve a noção de Forma Material, discutindo a questão do verbal e do não-verbal e trazendo a noção de paráfrase e polissemia. A forma material, observando o caráter processual de construção dos sentidos, visibiliza o sujeito, a história e a língua materializadas no discurso; no que toca aos processos parafrásticos estes “são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, ORLANDI, 2015, p. 34). [...] “e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos- não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2015, p. 36).

Imbuída nesse contexto, Lagazzi (2011), inicialmente destaca a noção discursiva de recorte desenvolvida por Orlandi em 1984, diferenciando-a da noção de segmentação. A primeira se caracteriza pelo movimento de descrição e interpretação e marca nestes gestos a

incompletude do texto, de modo que estar de frente a um texto é estar sempre de frente a um determinado recorte, paralelamente segmentar tem relação com o tópico/comentário, em que pela segmentação do par sujeito/predicado se tem a interpretação.

A partir da constatação de que o dispositivo teórico-analítico daria conta de qualquer objeto simbólico formado por materialidades diversas, à autora formula a noção de materialidade significativa, explicando:

[...] propus falar do discurso como a relação entre a *materialidade significativa e a história* para poder concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história. Materialidades preñhes de serem significadas. Materialidade que compreendo como *o modo significativo pelo qual o sentido se formula*. (LAGAZZI, 2011 p. 401, destaque da autora).

Com esta definição, Lagazzi (2011), pensa de forma abrangente a noção de discurso e como ele se marca no silêncio. Logo, nega a dicotomia verbal, não verbal, ao que acrescenta a possibilidade de se tomar as materialidades significantes em seu conjunto e não dissociadas, afinal não é porque é imagem, ou gesto, ou som, mas por que é um discurso atravessado por outros e que o constitui como tal.

Relacionada a esta definição, a autora em suas análises de documentários traz o termo imbricação material, se referindo a “intersecção de diferentes materialidades” (LAGAZZI, 2011, p. 401). Ela especifica que estas noções são alicerçadas na noção de entremeio, da própria constituição da AD e que a análise dessas diferentes materialidades significativas deve acionar “na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas, fazendo trabalhar a incompletude na outra pela contradição”. (LAGAZZI, 2011, p. 402).

Dessa forma, convém destacar que a incompletude é a própria condição da linguagem. Ou seja, conceber que na produção dos sentidos, os sujeitos não são fonte dos dizeres, todavia ambos (sujeitos e sentidos) se constituem no processo discursivo pela historicidade.

Além disso, sobre materialidades Orlandi (2012, p.72) esclarece como sendo [...] o que permite observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente. Nesse sentido, como analista devemos explicitar como o objeto simbólico produz sentidos, atento para não se aproximar da ambiguidade e da evidência, mas considerar a opacidade do texto para produzir sua interpretação.

Por tudo quanto precede, convém explicitar que as imagens e as poesias para este estudo devem ser entendidas, inicialmente, como arquivo empírico recortadas do Projeto Seca,

Xote e Baião e passarão pelo processo de análise para observação das marcas de regularidades, comparando os discursos estabelecidos pela obra *Vidas Secas* e a historicidade do sertanejo na produção de sentidos, repetibilidade, falhas e faltas, contradição, incompletude, e, ou, novos dizeres dos sujeitos alunos. Nessas noções reside o *corpus* discursivo que segundo Orlandi (2015, p. 25), é uma construção do próprio analista, de acordo com a questão que formula e sendo possibilitada pelas sequências discursivas, exigindo de nossa parte uma metodologia não positivista, fugindo de modelos prontos, ou fórmulas de análise e intencionando que, pelos questionamentos postos sobre o arquivo, provocações sejam suscitadas e caminhos trilhados na busca do conhecimento.

Diante desse arquivo, tendo realizado análises antecedentes desse material, fizemos um recorte pela via das noções que serão mobilizadas no processo de descrição e interpretação, constituindo assim nosso dispositivo teórico-analítico. Então pela sua aplicação na análise pretendemos compreender o funcionamento da memória discursiva, a condição da autoria e da resistência (no discurso pedagógico) na produção de sentidos pela paráfrase e polissemia nas materialidades acima descritas, observando os sentidos construídos pela relação da historicidade, da memória e acontecimento discursivos materializados como discurso pela língua.

Obtivemos, pela ação de recortar, sequências discursivas visuais e verbais que formam o nosso *corpus* discursivo, nossa “porção de linguagem e exterioridade” como menciona Indursky (1997), reunindo as sequências recortadas. Destarte, com base nas nossas perguntas de pesquisa mobilizaremos o dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso, nos debruçando sobre este *corpus* constituído por: 12 (doze) imagens⁵ do ensaio fotográfico realizado na caatinga e inspirado na obra *Vidas Secas* e 05 (cinco) poesias, igualmente, produzidas pelos alunos no Projeto Seca, Xote e Baião.

Reiteramos que o trabalho do analista é, segundo Orlandi (2015, p. 24), “compreender como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos”, para tanto o procedimento de análise dessas materialidades será aprofundada na articulação que estabeleceremos com os processos de paráfrase e polissemia, atentando para os efeitos de sentidos alcançados e a inscrição do sujeito aluno sertanejo em seu gesto de autoria repetindo dizeres cristalizados, ou rompendo com esses dizeres e construindo novos. Assim, pensamos a formação discursiva a partir do lugar da memória que é dada ao sujeito do

⁵ As fotografias do ensaio foram realizadas pelo Professor de Sociologia Nozicássio Oliveira (2012), sob nossa direção, a partir do roteiro produzido em sala de aula pelos discentes.

inconsciente e da ideologia, incidindo em formações imaginárias e ideológicas que são a base para as formações discursivas e estas sustentando diversas posições-sujeito.

Desse modo, a forma-sujeito vai estar ligada a um discurso, ou melhor, a uma formação discursiva (FD) dominante que se desdobra para muitas posições-sujeito. Essas posições sujeito estão mais, ou menos identificadas com o que seria o ideal da FD que é a Forma-Sujeito, podendo se encontrar mais identificadas, ou contra identificadas dependendo das outras FDs que vão incidir como dominadas. É sempre um complexo de FDs, uma FD nunca está sozinha, esta noção será explicitada no capítulo três.

Partiremos dos enunciados discursivos materializados nas imagens e nas poesias para deles pegar o gesto de interpretação daquelas posições-sujeito presente nesse material. Posteriormente, abrindo para observação de qual FD é dominante e poder dizer se esta posição é de identificação, contra identificação, ou desidentificação, em relação à forma-sujeito de uma formação dominante e, conseqüentemente, compreender no interdiscurso a memória discursiva, base para o funcionamento do discurso.

Este será o movimento de análise apreendendo nessa relação do interdiscurso e da memória os espaços significativos da contradição na produção de sentidos, afastando se, redizemos, das evidências para pensar também no equívoco constitutivo do discurso. Tomando a memória como retomada de dizeres anteriores, como lugar de embate ideológico.

Destarte, nosso trabalho é organizado da seguinte forma: Introdução - Apresentação do Projeto Seca, Xote e Baião enquanto arquivo empírico, bem como explicação do modo de compreensão do *corpus* discursivo e da problemática de pesquisa que elucida os propósitos desse estudo. Capítulo II – Linguagem, Poder e Discurso em que fazemos inicialmente uma leitura reflexivo-filosófica sobre a linguagem de forma abrangente, e posteriormente a relacionamos com a noção de discurso com a qual trabalhamos, pensando, brevemente, nos modos do seu funcionamento no discurso pedagógico, e sobre esta seção, aprofundadamente, retomamos a discussão no capítulo V; Capítulo III – Tecitura da Análise de Discurso Francesa, aqui abordamos algumas noções fundantes da AD, apresentando, discutindo e referenciando para o nosso leitor a teoria que mobilizamos para a compreensão das materialidades em estudo; Capítulo IV – Condições de Produção: Os Sujeitos e a Situação Discursiva do Projeto Seca, Xote e Baião, nessa discussão explanamos sobre a conjuntura imediata da produção de sentidos no Projeto Seca, Xote e Baião dentro do discurso pedagógico, mas também a conjuntura sócio-histórico, ideológico em que se dá a retomada, pela memória, do nordeste, da seca e do retirante; Capítulo V – O Discurso Pedagógico, onde buscamos, a partir do nosso *corpus*, refletir sobre os modos de funcionamento desse discurso, sobre a produção textual na perspectiva discursiva,

autoria, textualização e o efeito-texto, a possibilidade da autoria no discurso pedagógico autoritário e a produção de sentidos pela paráfrase e polissemia. Capítulo VI – Análise Discursiva: Nossa compreensão do gesto interpretativo do sujeito-aluno materializado em imagens e poesias, nesse espaço, analisamos, à luz da AD, o imaginário, a imago e a produção de sentidos nas imagens e a escrita da memória pela ideologia e pelo inconsciente, nos debruçando sobre as poesias, ainda a relação do Xote e Baião com a cultura e ‘identidade nordestina’, sugerindo fissuras nessa identidade especular, discorrendo ainda sobre o que chamamos de EFEITO-resistência-SIMBÓLICO alcançado nas materialidades estudadas e, por fim, as *considerações finais* do nosso trabalho trazendo nosso argumento em relação a produção da autoria e da resistência discursiva.

Perseguindo a via dos sentidos e dos seus efeitos, almejamos que a leitura desse trabalho seja produtiva!

2 LINGUAGEM, PODER E DISCURSO

A Linguagem é um mundo de várias facetas e possibilidades, se manifestando de diferentes formas. Neste vasto campo, nossa leitura reflexivo-filosófica se produz no sentido de conceber que por meio dela o homem vai se constituindo sujeito ainda que ela o rotule, o classifique, o separe socialmente em posições e o ponha numa relação de autoridade, ou, de submissão. Logo, “A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 13), essa é para nós uma condição fundante, constitutiva.

A partir desse primeiro enfoque filosófico que discute de forma ampla a linguagem, procuraremos relacioná-la com a *noção de discurso*, de onde emana o poder e com a qual trabalhamos nesta tese, pensando ainda nos modos de seu funcionamento no discurso pedagógico, terreno no qual nosso corpus foi produzido. Assim, nesse capítulo dialogamos com autores de outras áreas como Barthes, Deleuze, Guatarri, Rancière, mas também na perspectiva materialista com o Pêcheux e Orlandi, ambos fundamentando e orientando nossa discussão.

Ressaltando a relevância e a força da linguagem, remontamos, então, a Aristóteles (2001), na obra *Política* para acentuarmos, ainda que sendo redundante, que desde a sua fundação a sociedade é política e que já nasceu dividida. Assim, é pela palavra que ele vai distinguindo homens e animais quando afirma que o homem é um animal político por que tem voz (*phone*) na polis, ou seja, a partir dessa visão pode-se pensar o mundo desmembrado em dois: os que têm “voz” e os que não a têm. Nessa compreensão falam aqueles que podem dizer o certo e o errado em contraponto aqueles cuja fala não tem “sentido”, ou legitimidade. Oportuno notar que para Orlandi (2009, p. 230), o não-sentido é o não experimentado, o que ainda não significa, mas por uma necessidade histórica poderá vir a significar.

O problema dessa classificação é, sobretudo, a naturalização das coisas, os rótulos construídos pela linguagem para distinguir grupos socialmente marcados e identificados numa relação de submissão, como menciona Levi Strauss (2004), essa maneira de se rotular o que é ser humano marca fortemente a questão do não humano. Afinal, é perceptível que nessa naturalização não há espaço para o questionamento.

Por essa relação, teríamos desenhado a figura do humano naquele indivíduo que possui a palavra (*logos*), a razão, o que comanda pela inteligência, porque é senhor, e por outro lado a caricatura do não humano, aquele que apenas tem som, mas não voz e, portanto, submisso, feito para o trabalho. Nas palavras de Rancière (1996): [...] a falsa continuidade do

útil ao justo vem denunciar a falsa evidência da oposição tão incisiva que separa os homens dotados de *logos*, dos animais limitados unicamente ao instrumento da voz (*phoné*).

Segundo Rancière (1996) a inferência sobre as qualidades do animal lógico e do político esconde a falha do útil e do justo, havendo *uma separação do corpo social* a que pertencem os dois. Essa associação deixa transparecer o caráter de dominação, que tenciona a luta de classes como pano de fundo, igualmente o não reconhecimento dos outros seres falantes, dotados de linguagem que, sem a ‘necessária competência’, são responsabilizados pela desordem causada no *logos*.

Noutro ponto, o autor aponta para o fato de a contradição entre animais políticos e fônicos não formar a base fundadora da sociedade política, mas um jogo de interesses presente na própria constituição da política. No entanto, em Platão tem-se colocado o dano da multiplicação do povo a quem chama de seres falantes anônimos, sendo afetada a ordem dos corpos em comunidades. Nessa relação há os que são visíveis e os que não se deixam notar, são rejeitados pela ordem social, justifica Rancière:

Mas inversamente “povo” é o nome, a forma da subjetivação, desse dano imemorial e sempre atual pelo qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes para a noite do silêncio ou o barulho animal das vozes que exprimem satisfação ou sofrimento. (RANCIÈRE, 1996, p. 36 grifos do autor).

O desenvolvimento desse princípio é pensado a partir do posicionamento dos corpos na sociedade, como revela Rancière: “[...] aqueles a quem se vê e a quem não se vê, os de quem há um *logos* [...] e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada” (RANCIÈRE, 1996, p. 36). Este recorte está voltado para a intensificação da noção do não humano, “não tendo *logos*, não existem” (RANCIÈRE, 1996, p. 36). Na perspectiva daquele que possui o *phoné*, o outro apenas imita, produz ruído, mas é desprovido de qualquer razão.

É fundamental perceber que os caminhos da linguagem, indo para além do senso comum e, portanto, sendo desnaturalizada, vai construir novas acepções tomadas como um dispositivo não dado e não transparente. Dessa forma, a partir do século XIX a linguagem se dobra sobre si mesma, se torna objeto do conhecimento da Linguística, sendo o próprio acontecimento, e os seres humanos passam a ser interpretados como sujeitos que edificam no mundo seu espaço na relação com o outro, por meio da linguagem.

Em Pêcheux (2012, p. 122), encontramos a observação de que nos dicionários a linguística constitui o estudo científico da linguagem, entendido nesse escopo como o conjunto de línguas faladas, ou escritas. Esclarecendo, ainda, que a linguística precisou elaborar uma

teoria geral da língua que possibilitasse a interpretação de fenômenos linguísticos próprios desta ou daquela língua - a fonologia, a morfologia e a sintaxe, conhecimentos que pertencem a esta teoria geral e se aplicam a descrição das línguas.

Nesse aspecto, Pêcheux (2012, p. 125) sublinha que “a linguística excluiu de seu campo as questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos”. Mesmo assim, essas questões são formuladas pelas diferentes ciências sociais, insistindo junto à linguística por meios para que elas sejam resolvidas, sendo que a forma como a linguística resiste ou cede a tal demanda está relacionada com o seu exterior e expressa pelo par opositivo língua-fala.

A distinção do conceito (científico) de língua e da noção de fala, que representa o modo como cada indivíduo usa a língua e que expressa à liberdade do sujeito falante, faz Pêcheux (2012), ponderar sobre as leis não apenas no sentido das coerções jurídicas, mas também no sentido das determinações sócio-históricas desta liberdade de poder falar. Assim, concebe que a fala em uma época dada e um meio social dado, seja “sob suas formas políticas, literárias, acadêmicas, etc, se organiza necessariamente por “sistemas” regidos por leis. E é, definitivamente, este par ideológico *liberdade* + (mais) *sistema* que recobre o termo fala” (PÊCHEUX, 2012, p. 126, destaques do autor).

Por esta concepção, Pêcheux (2012), enuncia que o segundo sentido da palavra “linguagens” se dá com a designação da existência de uma pluralidade de sistemas, exemplificando – sistemas de narrativa, do drama, dentre outros. Concluindo que essa abertura é uma tentativa de resolver a contradição posta entre língua e fala, reaplicando à “fala” os conceitos e operações de análise definidos para o estudo da língua (PÊCHEUX, 2012, p. 126, destaque do autor).

Esse preâmbulo retrata a separação das linguagens, que segundo Pêcheux (2012) permitiu inúmeras preocupações ideológicas ratificando a concepção idealista de que a infelicidade essencial da nossa sociedade estava nessa separação. Repetimos, com Pêcheux (2012) que esta visão reduz “a luta de classes à velha ideia de um “conflito” entre dialetos ou jargões de classe” (PÊCHEUX, 2012, p. 126, destaque do autor).

Se a linguagem possibilita ao homem “ver” e “sentir” o mundo e os objetos que os cercam, ela também produz sentidos e relações de dominação e, ou, de subordinação. Assim, a maneira como o sujeito enxerga as coisas evidencia certa estrutura e visão construídas pela linguagem como desdobramentos (segundo nossa leitura materialista) das relações de classes a partir de uma formação social dada, movimentação que, segundo Pêcheux (2012, p. 127) se dá a partir do modo de produção dominante, da hierarquia das práticas determinada por este modo

de produção, dos aparelhos pelos quais estas práticas se realizam, das posições e das representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas.

Para nós, estes são encadeamentos que farão do sujeito na sociedade senhor, ou escravo, um humano dentro de um poder difuso que inclui pela exclusão, contido, ou repellido por ele. Então, a estrutura de poder que se cria pela linguagem não resulta de uma escolha do indivíduo, mas exatamente o oposto, ela se dá pela imposição e exclusão social, inscrevendo-se na ordem do político, adiante trataremos de onde vem este poder, que não está exatamente no fato de sermos sujeitos linguageiros.

Corroborando com essa discussão, Barthes (1996) afirma:

A “inocência” moderna fala do poder como se ele fosse um; de um lado aqueles que o têm, de outro, os que não têm; acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas em suma que ele é sempre uno. (BARTHES, 1996, p. 11, grifo do autor).

Nesse sentido, Barthes (1996), aponta para além do político, o ideológico, os dois ditam de um lugar de poder o que é legítimo e o que é marginal, fazem ecoar as vozes “autorizadas” que formam o jogo do poder e que lhes são fiéis, que são seguidores do seu discurso, segundo o autor, um discurso sempre de arrogância. Podemos reflexionar sobre o fato de em todo e qualquer discurso o poder está atrelado, ainda que produzido por um indivíduo que “esteja fora dele” (mas os micro poderes são exercidos), indivíduo a quem falta à legitimidade dos dizeres por que partem de lugares externos aos centros de domínio.

O poder da linguagem se revela pela língua, como profere Barthes (1996): “a linguagem é uma legislação, a língua é seu código⁶”. Este é um poder infindo, contra o qual se tem lutado historicamente e que perdura insistentemente nos gestos opressores de prejulgamentos e estereótipos pelo uso da língua, nas palavras de Barthes (1996), “esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana é a linguagem – ou, para ser mais preciso sua expressão obrigatória, a língua⁷”.

Nessa perspectiva, a função constitutiva, paradoxalmente maléfica, da linguagem é constatada nas relações cotidianas de engodo, influência, persuasão. São relações que atuam sobre o indivíduo dominado na forma de um saber verdade, legitimado por uma sociedade cujas

⁶ Pela AD pensamos a linguagem não como código a ser decifrado pelo interlocutor e, nos afastamos da intencionalidade do locutor.

⁷ Isso se aproxima do que pensa Pêcheux, uma vez que a língua materializa o discurso, e acrescentamos que é deste que vem o poder.

bases estão fincadas nas relações sociais de produção e na ideologia, bases sobre as quais Marx (2003), fundamenta o materialismo histórico.

Noutro ponto, numa referência a língua como código a serviço da linguagem, Barthes (1996, p. 12) afirma: “[...] Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva: ordo quer dizer, ao mesmo tempo, repartição e dominação [...]”. Essa declaração aponta para um poder enraizado na língua, poder difuso que se dá na classificação e opera sempre como um contra, reforçando a existência de um outro, quase sempre, marginalmente tratado, afinal se vive em um sistema sócio-histórico-linguístico estruturado pelo poder e, portanto, escapar dessa lógica, romper com ela, tem seu preço.

Tendo em vista esse panorama que se descortina pelo uso da língua, cabe destacar em Barthes (1996), a posição do indivíduo, mesmo que inconscientemente a serviço de um poder, enunciando que: “[...] “em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na língua” [...] (BARTHES, 1996, p.15). O fato exposto traduz o paradoxo causado pelas estruturas do poder presentes na linguagem, buscando por ela se manter e a condição do indivíduo que ao tomar a língua se faz sujeito - ora mestre, ora escravo à disposição de algum poderio; indivíduos que vivem a ligação entre servidão e poder.

Nas palavras de Barthes (1996):

Na língua, portanto, servidão e poder se confundem inelutavelmente. Se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem. Infelizmente, a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado. Só se pode sair dela pelo preço do impossível [...] (BARTHES, 1996, p.16).

Dessa maneira, fica registrada a briga de Barthes com a linguagem, dado que dela emana a criação dos estereótipos, cristalizados também pela *dóxa* (senso comum). A língua trabalhada pelo poder se apresenta pura e transparente a serviço dos seus súditos e não oferece fora da sua estrutura outro lugar que seja distante dessa realidade, negando mesmo que este lugar exista.

Em face desse debate sobre a linguagem, na obra *Rumor da Língua*, Barthes (2004), reporta-se a ela como um espaço de guerra. Uma guerra entre classes, diferenciadas pelo fato de algumas utilizarem certos idioletos que marcam um uso individual de uma variante desprestigiada socialmente e tratada de forma subalterna pelo estatuto da verdade preconizado pela ciência.

Para a ciência, a linguagem não passa de um instrumento, que quer tornar transparente, tão neutro quanto possível submetido à matéria científica (operações, hipóteses, resultados) que, ao que se diz, existe fora dela e a precede: há por um lado e *primeiro* os conteúdos da mensagem científica, que são tudo; por outro lado e *depois*, a forma verbal encarregada de exprimir esses conteúdos, que não é nada [...]. (BARTHES, 2004, p. 4, grifos do autor).

São esses estatutos da verdade que produzem o efeito de que a linguagem é neutra, disfarçando que ela não é um discurso elaborado para servir ao poder, estabelecendo sentidos de dominação históricos e ideologicamente perpetuados. Mas essa condição de neutralidade é combatida pelo autor, valendo-se da literatura como artifício de liberdade, possibilidade única de se combater a língua no interior da própria língua, forma de trapaceá-la, sem ser prisioneiro das suas regras, nesse sentido declara: “[...] só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua” (BARTHES, 1996, p. 16).

Desse modo, na ideia do autor, burlar a língua pela literatura permite ouvi-la de “fora do poder”, como forma de revolução da linguagem, uma fenda que traz de volta certa independência, outrora negada. “[...] Politicamente, é ao professar e ao ilustrar que nenhuma linguagem é inocente, é ao praticar o que se poderia chamar de “linguagem integral”, que a literatura é revolucionária”. (BARTHES, 2004, p. 5, destaque do autor).

Assim, é fundamental notar o aprofundamento que faz Barthes (2004), quanto ao uso de uma variante de língua chamada de idioleto (pertence ao campo da língua), e que reduz a forma de expressão de indivíduos de determinadas regiões geográficas. As variações (gírias, jargões, dentre outras) levam o autor a avançar para uma especificação social desses diferentes usos, a que chama de socioletos (variante de uma língua falada) e designar, nesse neologismo, uma classe de indivíduos coletivamente filiados a estes dizeres:

É tempo de dar um nome a essas linguagens sociais recortadas na massa idiomática e cuja estanqueidade, por mais que a tenhamos sentido, de início, como existencial, acompanha, através de todas as trocas, todos os matizes e as complicações que é lícito conceber, a divisão e a oposição das classes; chamemos essas linguagens de grupo de socioletos (por oposição evidente a idioleto, ou falar de um indivíduo). (BARTHES, 2004, p.125).

O autor assinala que nessa divisão da linguagem, nesse recorte social, sobressai a luta de classes e o lugar de resistência de onde incessantemente parcelas de indivíduos falam engajados pela palavra, pela prática de seu exercício no mundo e se constituindo humanos, inscritos na ordem do político. Como afirma Deleuze (2011), na obra *Mil Platôs*, a linguagem é política, se fala porque se é um ser político, se fala por estar permeado de poder, numa relação de mando e de obediência.

Pelo que precede, nossa compressão nessa discussão é que o poder vem do discurso e não necessariamente da linguagem, afinal todos os sujeitos possuem linguagem, mas alguns não se inscrevem no poder. Uma coisa, então, é a condição de possibilidade de ser sujeito, e outra é o discurso que vai constituir os lugares e as posições para estes sujeitos da linguagem se colocarem, apontando que por si mesma ela não tem poder, apenas quando é concebida enquanto discurso, ou seja, quando se compreende sua materialidade social e histórica.

2.1 A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Preliminarmente, consideramos com Orlandi (2015), que são muitas as maneiras de se estudar a linguagem, seja concentrando a atenção sobre a língua enquanto sistemas de signos, ou como sistemas de regras formais, como a Linguística, ou como normas de bem dizer, e temos a Gramática normativa. Estas são diferentes abordagens que não devem ser tomadas em seu conjunto como semelhantes e que visibilizam o caráter multifacetado das manifestações da linguagem⁸.

Pontua, ainda, Orlandi (2015), que o trabalho com a gramática e com a língua também pode significar coisas completamente diversas, pela maneira de conceber este objeto de estudo em determinadas épocas e pelas distintas tendências que indicam outros olhares em autores diversos. [...] “é justamente pensando que há muitas maneiras de se significar que os estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular que é a que deu origem à Análise de Discurso” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Dessa forma, a Análise de Discurso não se ocupa da língua, não trata da gramática, mesmo tendo interesse por elas, todavia seu objeto é o discurso. Discurso pensado “como prática de linguagem [...] compreendendo a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico [...] constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Essas considerações destaca Orlandi (1996) marcam, *a priori*, um campo de estudos da linguagem que identifica a contribuição específica da noção própria de discurso. E nesse gesto separa a perspectiva empirista ou idealista da perspectiva discursiva, ótica que reconhece a materialidade da língua e a da história, complementando que no estudo da semântica discursiva “o que nos interessa é a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica” (ORLANDI, 1996, p.45). Na compreensão da

⁸ Nosso objetivo aqui é mostrar de que ponto de vista estamos tomando a linguagem, focando adiante a forma como ela é concebida na Análise de Discurso Francesa, mas dialogando com outros pensamentos e pensadores.

autora ordem e organização são distintas – a primeira dá a forma material e a segunda dá a forma empírica (exemplo – pata, ou abstrata, exemplo – p/b).

Através dessa articulação se estabelece uma relação entre ordem e organização, e o trabalho do analista é compreender essa relação. Não é a organização da língua que interessa, mas a sua ordem, o que Orlandi (1996) chama de ordem simbólica, ordem do discurso.

Desse modo, a linguagem é tomada como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, afirma Orlandi (2015). Explicando que o discurso vai tornar possível tanto à permanência e à continuidade quanto o deslocamento e à transformação desse homem e da sua realidade por meio do trabalho simbólico realizado pelo discurso.

Os fios que alinhavam a perspectiva discursiva podem aqui serem descritos nas seguintes palavras provocativas: Ideologia, Sujeito, Língua, História e Inconsciente. Ponderando que estes elementos não necessariamente carecem dessa ordem, mas acrescenta-se que nessa relação, também, é possível refletir sobre a construção e a movência dos sujeitos e dos sentidos, pois o estudo da linguagem nessa vertente expõe o sujeito que se significa no discurso. No capítulo três discutimos sobre o sujeito na perspectiva discursiva.

Dessa forma, ideologia, sujeito, língua e inconsciente na relação do entremeio tecem o discurso. Ou seja, a *ideologia* (herança do materialismo histórico) interpela o indivíduo em sujeito, um sujeito lacunar e desejante, um sujeito do inconsciente (noção da psicanálise), mobilizando a língua enquanto estrutura abstrata (concepção da linguística) e produzindo discurso.

A Análise de Discurso estudando a linguagem, não somente relacionada a um sistema interno, se apresenta como herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo, como já vimos. Mas conforme Orlandi (2015, p. 18), ela não o é de modo servil - a este respeito aprofundaremos a discussão no próximo capítulo.

Considera-se no discurso o homem na sua história e os processos e condições de produção da linguagem na relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Cabendo a figura do analista associar a linguagem à sua exterioridade, compreendendo nesse movimento a incompletude como marca da significação.

Para Pêcheux (1988[1975]) não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia [...] e é desse modo que a língua faz sentido. Corroborando com essa concepção, destaca Orlandi (2015), que no discurso conseguimos averiguar ‘o homem’ falando na sua condição social e histórica, contudo este não é um sujeito soberano sobre aquilo que diz, também não é a fonte do seu dizer, ele não está em ‘um mundo virgem de significados’, precisando sempre recorrer a um “já dito” para formular o seu sentido.

Nessa relação, insistimos com Pêcheux que sujeitos e sentidos se constituem se constituindo. Não há sujeito plenamente consciente que na sua intencionalidade enunciativa consiga dizer tudo, contrariando com isso o sujeito de Descartes (Sec. XVII) - “Penso, logo existo” – e, assim nos aproximamos mais do sujeito de Freud (Sec. XX) - “Existo onde não penso”, pois aqui o sujeito é descentrado, a consciência de si e dos seus atos não formam o seu centro.

Então, por esta segunda lógica, apoiados em Orlandi (2015), questionamos o esquema elementar da comunicação (que tantas vezes, na condição de professor, ‘ensinei’ aos meus alunos) em que um EU (consciente e soberano) envia uma MENSAGEM (transparente, sempre entendível), para um TU (consciente e soberano que capta com fidelidade a mensagem). Assevera Maliska (2017, p. 211), “[...] a linguagem não é um código a ser decifrado pelo receptor que a receberia cifrada pelo emissor. Não se trata de entendê-la como comunicação, mensagem, código, enfim, nada disso”.

Entendemos com Orlandi (2015), que a noção de discurso se distancia do modo como o esquema da comunicação dispõe seus elementos definindo o que é mensagem. Há uma intencionalidade latente nesse modo de conceber a comunicação, ela é tratada como mera transmissão de informação, como algo estático, seriado e repetitivo, sem falhas.

[...] como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em código, e receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência [...] (ORLANDI, 2015, p.19).

Nesse ponto em que se pensa à mensagem, a teoria de Pêcheux propõe que se conceba o discurso. E, a consequência dessa mudança, para Orlandi (2015), é negar nesse funcionamento a transmissão de informação, e perceber a relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história em um complexo processo que os constitui concomitantemente.

Demarcamos, com esta posição acima, o distanciamento da noção de discurso do conceito de transmissão de informação, fazendo ecoar que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (ORLANDI, 2015, p. 20). Nesse ponto, convocamos o silêncio como justificativa, afinal, pela língua, o sujeito tem a possibilidade de recortar alguns sentidos e calar outros, ou seja, ainda que tentemos não conseguiremos comunicar tudo o que silenciemos, mas também explicitando que [...] “As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e

seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: *o discurso é efeito de sentidos entre locutores*” (ORLANDI, 2015, p.20, destaque nosso).

Corroborando com essa perspectiva, apontamos que a linguagem enquanto discurso é abrangente, rompendo com a lógica que a concebe como instrumento de comunicação ou como suporte transparente, todavia ela é fruto da produção social. Indo além, ela é um espaço de conflito, de confronto ideológico, constituída em processos histórico-sociais e seu estudo não deve ser desvinculado das condições de produção, argumenta a autora.

Pelo que precede, o sujeito discursivo é clivado pela condição do inconsciente, constituindo-se como um não senhor do seu dizer. Nas palavras de Maliska (2017, p. 211, destaque nosso), esse fato determina a não unicidade do sujeito, o hiato entre o que ele diz o que ele pensa, ou almeja dizer, há sempre nessa esfera imaginária totalitária, um equívoco que *é a própria dimensão da linguagem, não transparente e não representável*.

Assevera o autor que - “A Psicanálise e a Análise de Discurso sempre souberam disso e construíram seus edifícios teóricos a partir dessa opacidade da linguagem” (MALISKA, 2017, p. 211). Evidentemente, nesse modelo que aproxima as duas disciplinas a linguagem é tomada não como código, ou transmissão de informação e o sujeito não é efetivamente consciente, tampouco de uma soberania concreta que não permitiria sua oscilação, ou duplicidade, sua falha, efeitos de sentidos outros sempre sendo tecidos em um constante processo discursivo.

Este ponto nodal da não transparência da linguagem sinaliza que a Análise de discurso procura mostrar uma não univocidade na relação linguagem/pensamento/mundo. Tal percepção aponta que esta relação não é direta como parece, mas tem suas especificidades, é diferente da ordem da língua pressupondo a existência de um real da história que se marca na/pela contradição, como já explicamos anteriormente,

Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica. (ORLANDI, 2015, p. 17).

Nesse campo, reafirmamos com as palavras de Pêcheux (2012), que nessa mudança de terreno, o ponto de vista no qual se insere o discurso é o do materialismo histórico, sendo este acento teórico exposto pelas relações sociais inscritas em práticas sociais. Diz Pêcheux (2012) “que estas relações resultam de relações de classes características de uma formação social [...]” (PÊCHEUX, 2012, p. 127).

Dentre estes pontos que relacionam a linguagem e o discurso é fundamental destacar que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo e com maneiras diferentes do homem se significar. Nesse ponto, Orlandi (2015), “vai reiterando que a análise de discurso considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2015, p. 14).

Sendo assim, nesse panorama em que se pretendeu relacionar a linguagem com o discurso mencionamos que a análise de discurso não trabalha o sentido como conteúdo, ela não deseja saber o que o texto quer dizer, mas como ele funciona. Em Orlandi (2012), encontramos que a própria mudança na forma de ler suspende a noção de interpretação, em vista disso, para ela a leitura aparece não mais como uma simples decodificação, mas a construção de um dispositivo teórico.

Explica Orlandi (2012), que esta noção de dispositivo tem um sentido preciso que leva em conta a materialidade da linguagem, ou seja, sua não transparência e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua discursividade. Aqui a autora revela o reconhecimento da impossibilidade de se ter acesso a um sentido escondido em algum lugar atrás do texto, argumentando que a questão do sentido se torna a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade e dos mecanismos dos processos de significação.

Eis que a análise de discurso, enquanto disciplina, toma assento nessa necessidade teórica de trabalhar a opacidade do texto, observando nele a presença do político, do simbólico, do ideológico, do fato do funcionamento da linguagem, declara Orlandi (2012). Justificando esta ideia ela fala da relação estrutura/acontecimento, “da articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco” (ORLANDI, 2012, p. 21).

A Análise de Discurso se apresenta como uma teoria da interpretação, ela coloca a interpretação em questão, de acordo com Orlandi (2012), revelando que os sentidos são abertos e o sujeito é constituído por gestos de interpretação, [...] “O sujeito é a interpretação” (ORLANDI, 2012, p. 22). Nesse batimento, a ideologia exerce seu papel ao fixar um conteúdo pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação da subjetividade, conclui Orlandi.

Portanto, na posição de analista não se pode estar alheio a este funcionamento da interpretação. É preciso como diz Orlandi (2012), que levemos “em conta a linguagem enquanto estrutura e acontecimento, e trabalhar com esses aspectos que tocam a ordem, a regra, mas

também o acaso, o equívoco, a forma histórica da significação na compreensão de cada gesto da interpretação” (ORLANDI, 2012, p.29).

2.2 FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM NO DISCURSO PEDAGÓGICO

Não almejamos nesse tópico produzirmos uma longa explanação sobre o discurso pedagógico, uma vez que essa discussão será retomada e detalhada no capítulo cinco e em outros momentos da tese, como na análise das imagens e poesias que trazemos para este estudo. Contudo, depois de termos refletido sobre a estrutura de poder que se cria pela linguagem, explicitando nossa leitura sobre a temática, de a relacionarmos com o discurso, nosso objetivo é aproximar este debate com o nosso *corpus* pensando como a linguagem funciona no discurso pedagógico.

Assinalamos com Orlandi (1987), a concepção de linguagem associada à de trabalho em que as duas são efeitos da interação entre o homem e o meio. Elucidando que neste entendimento, mediação não se aplica a possibilidade de conceber a linguagem como instrumento, conforme já explicitamos acima, mas como ação que favorece a mudança, a transformação.

Seguindo os passos teóricos de Orlandi (1987), indagamos com ela: o que é, então, o discurso pedagógico (DP)? E chegamos sobre seus fundamentos à definição de que é [...] “um discurso circular, isto é, um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende a escola” [...] (ORLANDI, 1987, p.28). Acrescentando, ainda, que é o fato de sua vinculação à escola, a uma instituição, que faz o discurso pedagógico ser o que ele é, e o mostra (revela) em sua função.

Abordando o modo de como o DP se revela aponta a autora que é sob a forma da neutralidade pelo qual a mera transmissão da informação se processa, pela ausência de qualquer problema de enunciação, uma vez que a linguagem é tomada como transparente e a língua é um instrumento perfeito de comunicação. Por esta constatação, há na relação entre emissor e receptor um distanciamento, uma não tensão, pois sob a figura do professor (agente que domina o conhecimento e o transfere) o aluno se anula na formulação do seu dizer, produzindo apenas (quando muito) a repetição (cópia) do que outrora lhe fora “ensinado”, assegura Orlandi que [...] “Do ponto de vista de seu referente, o DP seria puramente cognitivo, informacional” (ORLANDI, 1987, p. 29).

Nesse sentido, a autora estabelece critérios para a definição de modos de funcionamento desse discurso, se respaldando em elementos que fundam as condições de

produção e seu vínculo com os modos de produção dos sentidos e a produção de efeitos. Então, o objeto do discurso e os seus interlocutores são bases sobre as quais Orlandi (1998), estabelece três formas de funcionamento do DP, relacionando a estes os processos parafrásticos e polissêmicos.

Aqui, brevemente, trazemos a paráfrase e polissemia para estabelecermos seu vínculo com os modos de funcionamento do discurso. Para Orlandi (2015, p. 34) “[...] Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. “[...] na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação [...]”. Ou seja, a paráfrase é sempre um retorno ao mesmo, repetição, permanecendo no que é estável, o já dito, enquanto a polissemia traz o diferente.

Assim, é também sobre esta base que a análise de discurso ergue outra distinção - entre criatividade e produtividade. Considerando Orlandi (2015, p. 35), que na primeira há um confronto na relação com o contexto sócio-histórico incidindo na ruptura do processo de produção da linguagem, surgindo o diferente, afetando sujeitos e sentidos, marcando-se como acontecimento discursivo, e ligada ao nível da polissemia; na segunda há manutenção de uma base do mesmo do sentido, uma retomada do “espaço dizível”, é a produção da “variedade do mesmo”, está relacionada com a paráfrase. Esta formulação reforça a noção da multiplicidade dos sentidos que em meio a determinações outras (condições de produção) podem sempre ser distintos, mas igualmente revela a sempre relação de conflito entre o simbólico e político materializados no discurso.

Orlandi (2015, p. 85) articula, distingue e apresenta os três modos de funcionamento do DP, a saber: o discurso autoritário, o polêmico e o lúdico⁹. Explicando que no discurso autoritário a polissemia é sempre contida, tendendo para repetição, paráfrase, com a ausência do referente, ou seu apagamento, sobressaindo à exclusividade do locutor sob o interlocutor; no discurso polêmico a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos; e finalmente, a autora apresenta o discurso lúdico em que a polissemia está sempre aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente, não regulando sua relação com os sentidos, condição de reversibilidade total.

Uma vez enunciado que essa tipologia tem relação com o funcionamento do discurso, ou seja, com os sujeitos, os sentidos e com o referente, convém ainda, com Orlandi (2015), pontuar que as denominações – autoritário, polêmico e lúdico não se referem aos

⁹ No capítulo cinco fazemos ampla explanação e debate dessas formas, expondo nossa leitura por meio de gráficos.

sujeitos desses discursos. O que se marca no esclarecimento dessa questão são as determinações histórico-sociais e ideológicas e os devidos distanciamentos semânticos em que, por exemplo, o lúdico não é tomado no sentido do brinquedo, mas do jogo da linguagem (polissemia), “possibilidade que não contraria a hipótese da linguagem vista como trabalho [...] isto é como mediação” (ORLANDI, 1987, p.29), e o autoritário não é um traço de caráter do locutor, uma questão moralista, mas uma questão do fato simbólico (a injunção à paráfrase) – (ORLANDI, 2015, p.85).

Com este conhecimento, concebemos que as imagens e as poesias do Projeto Seca, Xote e Baião, nosso *corpus*, são frutos de práticas sociais e diante das condições de produção, da situação discursiva, se alcança um material de riqueza singular em que muita coisa pode ser lida, pode ser retomada, a partir do não dito. Nelas estão à possibilidade da resistência que anula a condição da igualdade entre os sujeitos-alunos, sujeitos ocupando uma posição, assumindo ‘personagens’ que, em muito, dizem de suas próprias existências, sujeitos a seus modos assentando-se em lugares de autoria, com formas prenes de sentidos na posição discursiva, pela historicidade.

Assim, vamos percebendo a ligação contrastante que subsidiou essa produção – numa primeira instância pelo lugar “comum”, “padrão”, “pré-estabelecido” que os sujeitos alunos ocupam no discurso pedagógico, lugar de espectador, mas também pelo modo “obrigatório” da repetição formal, como função do bom sujeito, noção com a qual trabalha este discurso. Logo, não obstante esta circunscrição, pelo funcionamento da linguagem, cuja estrutura se dá “na relação contraditória entre a paráfrase e polissemia” (ORLANDI, 1998, p.14), a atualização e a desconstrução dos sentidos postos se processam, sobrepondo à mera reiteração do mesmo, produzindo sentidos diferentes (numa polissemia contida) “pela incidência da memória, do interdiscurso [...] pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós” (ORLANDI, 1998, p. 15).

No nosso entendimento, esse lugar de inscrição dos sujeitos alunos, descrito a cima, é igualmente o espaço em que os efeitos de sentidos são construídos, espaço da polissemia ilustrando o discurso polêmico, viabilizando a reversibilidade. Destarte, nas fotografias e poesias do *Projeto* este espaço é revelado pela possibilidade dos sujeitos discursivizarem na exclusão do discurso pedagógico autoritário, sobretudo na sua transposição, na descontinuidade, nos furos das imagens em relação ao *Vidas Secas* e a outros discursos que o atravessam, na redução dos pontos sólidos da repetição, no/pelo “jogo da negociação” (Orlandi, 2015, destaque nosso), permitindo na relação professor/aluno a transferência, a repetição histórica.

3 TECITURA DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

A compreensão da forma de funcionamento da linguagem e do modo como os sentidos são produzidos, levando em consideração a historicidade, são inquietações que conduzem Michel Pêcheux em seus estudos sob os processos de significação, promovendo a relação entre a Linguística (língua), o Marxismo (ideologia) e a Psicanálise (sujeito). Tais bases determinam a Análise de Discurso como uma teoria de entremeios, lançando questões produtivas e definindo o discurso como objeto.

Se afastando do campo da objetividade, Pêcheux, fundador da Análise de Discurso de linha francesa, vai apontar que a língua enquanto sistema concreto está relacionada, antagonicamente, a história e aos sujeitos falantes, construindo sob um pilar político materialista, deslocamentos e avanços. Dessa forma, a AD não se dobra ao positivismo da ciência da linguagem e centra no sujeito não individualizado e nem neutro (mas ideológico e assujeitado) suas proposições teóricas.

Ideologia e assujeitamento são noções que Pêcheux (2014a), com base em Louis Althusser, vai trabalhar reformulando-as e adequando-as para chegar às condições de produção do discurso, pensando o processo discursivo. Conforme Orlandi (2017), teoricamente a AD está ligada aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua se caracterizando por pensar a relação entre elas e não considerando o sentido como mero conteúdo, contudo trabalhando a opacidade do texto.

Na construção do dispositivo teórico, Pêcheux no que toca a língua e sua unidade vai opô-la as noções de discurso, acrescentando a questão das contradições ideológicas e inscrevendo-as nas relações ideológicas que refletem a permanente luta de classes. Em Saussure, Pêcheux vai interessar-se pela noção de valor, por ser mais abrangente que a ideia de significado, e muito embora não despreze a dicotomia saussuriana - *langue, parole* - avança em relação à mesma, não omitindo ou secundarizando elementos preciosos ao objeto da análise de discurso como o sujeito e a sua história. Diz Orlandi: “[...] a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem)” (ORLANDI, 2015, p.17).

Outro cruzamento na AD se dá pela psicanálise, com as contribuições de Freud e seu conceito não empírico de inconsciente para, indo além dele, pensar o sujeito lacunar e marcado pelo desejo. Das leituras de Lacan em Freud e metaforicamente personificado no mito narcisista chega-se a referência do sujeito do discurso com a afirmação do próprio Lacan de

que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” atentando para o fato de que o desenvolvimento do significante e de sentidos novos são construídos pela metáfora.

[...] por intermédio da metáfora, pelo jogo da substituição de um significante por outro num lugar determinado, que se cria a possibilidade não apenas de desenvolvimentos do significante, mas também de surgimento de sentidos novos, que vêm sempre contribuir para aprimorar, complicar, aprofundar, dar sentido de profundidade àquilo que, no real, não passa de pura opacidade. (LACAN, 1999 p. 35).

Ainda, sobre o inconsciente argumenta Maliska (2010) que:

[...] não é uma realidade empírica, palpável, que está dentro da “cabeça” das pessoas; ao contrário, é um conceito. Da mesma forma, a língua saussuriana é um conceito; não é uma língua específica, particular, empírica. (MALISKA, 2010, p. 35, grifo do autor).

Importante destacar com Orlandi (2017, p. 39), que Pêcheux se propunha mostrar como a análise de discurso podia intervir na psicanálise e na teoria da ideologia, colocando questões para ambas, pondo em relação à língua que falha e que não é um sistema fechado e a ideologia – cujo funcionamento se assemelha ao inconsciente (mas ressaltando as dificuldades que ainda se têm de compreender a ligação entre inconsciente e ideologia). Desse modo, questões são colocadas e versão [...] “sobre o próprio conceito de discurso e sua relação entre o real da língua e o real da história” (ORLANDI, 2017, p. 40, nota de rodapé).

Por outro lado, Pêcheux filiado ao campo do marxismo e a partir da leitura de Althusser em Marx, traz para essa discussão, como já vimos, o materialismo ideológico vinculado à luta de classes e mobilizando a ideologia, elemento constitutivo do discurso “[...] *é a luta das classes* (conceito novo) que é o *motor* (conceito novo) da história; que move que faz avançar, que “mexe” a história: e realiza as revoluções. Essa tese é de grande importância: porque *põe em primeiro plano a luta das classes*” (ALTHUSSER, 1978, p. 26.)

Consideramos que a luta de classes passa pela luta dos Aparelhos Ideológicos de Estado, instrumentos pelos quais a ideologia é realizada e se realiza. Destacando, ainda, que é no modo de produção e, portanto, no modo de exploração que esta luta se enraíza e que a sua materialidade é a unidade das relações de produção e forças produtivas numa formação social histórica concreta.

Logo, para Pêcheux (2014a, p. 131) “é pela instalação dos Aparelhos Ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza que ela se torna dominante” [...]. Esclarecendo que estes aparelhos ideológicos de Estado não são meramente instrumentos da classe dominante, “ou máquinas ideológicas”, são na verdade “o palco de uma dura luta de classes” (PÊCHEUX, 2014a, p. 131).

É possível, ainda, perceber em Althusser que a existência de uma conexão de forma imaginária atua transformando e reproduzindo as relações de produção. Tal reprodução se processa por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, por sua vez, também formado pelos Aparelhos Repressores de Estado, ambos configurando a base da *superestrutura* (conceito desenvolvido por Marx) que engloba o jurídico, o político e o ideológico, e *infraestrutura* composta pela força e as relações de produção.

Convém ponderar, fundamentados em Thomas Herbert (1995, p. 67), que nas relações sociais de produção a ideologia desempenha a função de um mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais nas sociedades de classes. Ou seja, a ideologia faz o reconhecimento dos agentes da produção instituindo para estes lugares definidos, posições tipo ‘trabalhador/não trabalhador’, se estabelecendo como lei imanente a uma formação social considerando as relações sociais de produção na relação com estes agentes e os sistemas de lugares.

A noção de ideologia trabalhada por Herbert (1995), na relação com a linguagem, pressupondo a ligação entre o marxismo, à psicanálise e à linguística, visibiliza um funcionamento que permite aliar estrutura e acontecimento. Dessa forma, a ideologia enquanto estrutura real na aproximação com a condição de existência dos homens “é mais que a simples expressão - da ordem significante/significado, símbolo/realidade” [...] (HERBERT, 1995, p.78).

Assim, na relação com a dominação, com o controle Herbert (1995) enuncia:

Sob a condição de considerar devidamente que o que importa aqui é a diferença entre "relações naturais" e "relações sociais", podemos ver de que natureza o discurso capitalista se separa: trata-se da "comunicação imediata" do homem com o homem, sob a forma de sinais visíveis do controle e da direção hierárquica, encarnados pelo chefe, príncipe ou senhor rodeado de signos de seu poder (HERBERT, 1995, p. 74).

O autor acrescenta que nas relações sociais capitalistas as relações feudais-escravocratas adquirem o valor de uma natureza. Para nós, nesse ponto Herbert (1995), se aproxima do pensamento de Foucault (2014), em que o controle capitalista é exercido de forma plena, desprovido da perspectiva política chegando a assumir “[...] a forma de um processo de comunicação codificada entre os agentes [...]” o Estado deve, para atingir os seus fins políticos, recalcar a dimensão política nas relações de influência de controle, [...] (HERBERT, 1995, p.74), ao que adiciona como conclusão que essa dinâmica faz regredir ideologicamente aos mitos da época feudal.

Aprofundando este debate, na obra *Semântica e Discurso*, Michel Pêcheux (2014a[1975]) esclarece os fundamentos de uma teoria materialista e aponta que os meios de

produção são formados pelas forças produtivas e pelas relações de produção existentes. Assim, a ideologia é realizada e ao mesmo tempo se realiza pela instalação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), estes são mantenedores da hegemonia dominante, operando no sentido de reproduzirem os seus valores.

Por meio das Teses de Althusser de que “só há prática através de e sob uma ideologia”, bem como que “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (PÊCHEUX, 2014a [1975], p.135), encaminha-se para a noção de interpelação do indivíduo e por ela a ligação entre a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Por este modelo, a interpelação estabelece vínculo entre o Sujeito de direito e o Sujeito ideológico, ou seja, o sujeito é chamado à existência, pela ideologia, palco da eterna luta de classes¹⁰, carregando desse processo as marcas da evidência de ser “único, insubstituível e idêntico a si mesmo” (PÊCHEUX, 2014a [1975], p. 141), este sujeito está na história, mas não a constrói por conta própria, por sua soberania, fato que revelaria um posicionamento voluntarista, negando a teoria materialista. Este ponto adiante será retomado para demarcar o deslocamento necessário da noção de resistência para a Análise de Discurso.

Essa elucidação explicita os fundamentos da teoria materialista do discurso, e o que resulta do seu desdobramento, das suas práticas: a produção de evidências, nas palavras de Pêcheux (2014a [1975]):

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ‘ou possua um significado’ (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (PÊCHEUX, 2014a [1975], p. 139, grifos do autor).

Assim, pelo efeito ideológico elementar a constituição dos sentidos se vai produzindo conjuntamente a do sujeito através da interpelação. O fato de assumir uma ideologia passa então pela mobilização de um real afetado pelo simbólico, nesse movimento da interpelação em que “o indivíduo” / “sujeito” é chamado a existência.

“[...] a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que “o não-sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia[...] (PÊCHEUX, 2014a [1975], 140, grifos do autor). Nesse sentido, o autor, chama atenção para o “efeito retroativo”¹¹ da interpelação que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito”.

¹⁰ A luta de classes está enraizada, segundo Althusser (1978, p. 28) no modo de produção e, portanto no modo de exploração de uma sociedade de classes [...] A luta de classes é materialista.

¹¹ Este é uma condição que se apresenta na forma de transferência de um outro sujeito no processo de constituição.

Por tudo que precede, a AD constituiu-se, então, a partir de três domínios disciplinares

[...] Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade [...] questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente [...]. (ORLANDI, 2015, p.18).

Nesse campo, Courtine (2016) chama atenção para o fato de que essa interdisciplinaridade não pode ser constituída pela mera justaposição das disciplinas que formam AD, marcando que cada uma já tem seu “ponto de vista” e o fato que o discurso não prevalece como objeto de estudo dessas disciplinas, contudo “é o trabalho teórico-prático do discurso como objeto [...] que faz surgir a referência à articulação interdisciplinar neste objeto, atribuindo-lhe um conteúdo e uma configuração precisa” (COURTINE, 2016, p. 17). Percebe-se uma crítica do Courtine, de certo modo injusta, ao Pêcheux pelo fato de que ele poderia ter chegado ao objeto evitando a interdisciplinaridade, seguindo o caminho da própria análise. Atenta-se para o fato que uma via, ou outra não modifica a maneira de pensar o objeto da AD, contudo acentuamos que discurso é o objeto que Pêcheux elege nos entremeios das disciplinas que explanamos.

Pensamos, por fim, com Orlandi (1996, p. 24-25, destaque da autora), que a interdisciplinaridade dá a ideia de instrumentalização de uma disciplina pela outra (ainda que na bidirecionalidade). E, este não é o caso da análise de discurso e de outras disciplinas de entremeio. A autora argumenta ainda que a AD é uma espécie de “antidisciplina”, uma “desdisciplina” que coloca questões da linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga e coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando sobre a transparência da linguagem.

3.1 SOBRE O SUJEITO DO DISCURSO

Outro ponto imprescindível aqui é destacar o trabalho da ideologia e do inconsciente, pensados não mais como periféricos em relação à linguagem, mas como elementos fundantes do sujeito e do discurso, alterando a noção de sujeito no sentido ontológico, passando a ser concebido como sujeito assujeitado, atravessado e marcado pelo já-dito. Esse entendimento se deve a Pêcheux (2014a), concebendo a dinâmica de que o sujeito é atravessado pela ideologia e pelo inconsciente; um sujeito que não é origem de si mesmo, nem

mesmo do seu dizer, mas contrariamente, é um sujeito naturalmente afetado pelo que já foi dito e pelo pré-construído. [...] esse efeito de pré-construído consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado “antes, em outro lugar independentemente”. (PÊCHEUX, 2014a [1975], p. 142, destaque do autor do autor).

Nessa mesma direção, o autor falando sobre este efeito do “pensado antes” vai considerá-lo como uma modalidade discursiva, fruto da discrepância pela qual um indivíduo é interpelado em sujeito. É preciso notar que essa discrepância mencionada pode ser o modo de fixar e apreender os sentidos e, ainda, que estas modalidades vão incidir em tomadas de posição, conforme Pêcheux (2014a [1975], p. 160): “[...] a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito [...]” (em que o sujeito grafado com S maiúsculo diz respeito à Forma-Sujeito).

Pêcheux (2014a [1975], p.149, destaque do autor) “chega ao discernimento do interdiscurso, como o “*todo complexo com dominante*” das formações discursivas [...]”, lugar onde reside o já-dito e o jamais dito. Ao mesmo tempo ele vai relacionar esta noção às formações discursivas, uma vez que elas as determinam, acrescentando que a memória é o exterior específico de uma formação discursiva.

Nesse contexto, é oportuno pensar o mito adâmico da subjetividade, de se conceber como fonte, de se achar em um “mundo virgem” em que alguns sentidos ainda não foram construídos. Esse pensamento nega, pois, a condição do sujeito de em sua existência material ir, a todo o momento, produzindo interpretações, presentificadas na/pela ideologia que “não dorme nunca” e reforçando o significado da luta, como uma luta pelos sentidos, em que o “vencedor” vai, pelo resultado material, escalonando a população em classes.

Diz Pêcheux (2011): “No terreno da linguagem, *a luta de classes é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados*, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história”. (PÊCHEUX, 2011, p. 273, grifo nosso).

Ainda, sobre esta condição intrínseca de o sujeito recorrer à interpretação e ir construindo sentidos, Orlandi (2006) enuncia:

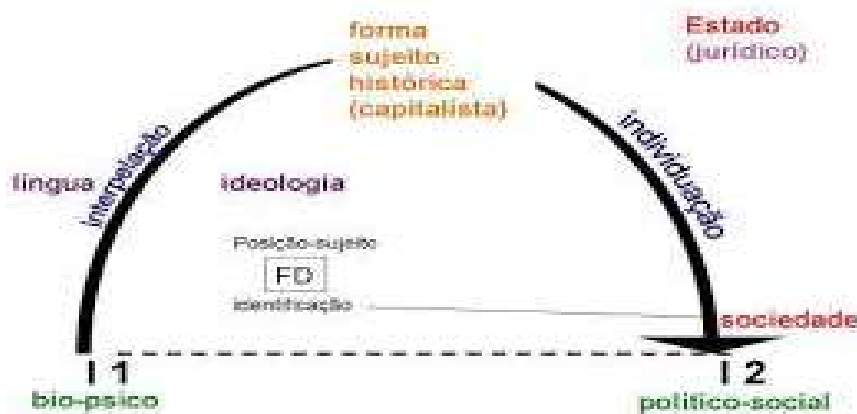
A interpretação é um excelente observatório para se *trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos*, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais. É assim que entendemos a ideologia [...] para entender também o que é interpretação. (ORLANDI, 2006, p 147, grifo meu).

Assim, percebe-se que na ideologia não há exterioridade, e sim “há exterioridade em relação à formação discursiva; exterioridade que se dá em outras formações discursivas”. O

homem vai interpretando, estando constituído pela ideologia, e esta vai apagando essa determinação e produzindo efeitos de sentido para o sujeito.

Vejam os gráficos abaixo:

Figura 1 - Interpelação do Indivíduo em Sujeito



Fonte: Orlandi (2017[2001], p.229).

Então, o papel da ideologia é interpelar o indivíduo em sujeito. Assim, para entendermos este processo, temos por um lado o indivíduo 1 (I1) – bio-psico, que é interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, assumindo a forma sujeito capitalista, sustentada pelo jurídico (direitos e deveres), e por meio das formações discursivas vão “colando” e determinando posição-sujeito, ou posições-sujeito. E o indivíduo 2 (I2) – político-social, inscrito nos processos de individualização, sob as determinações dos aparelhos ideológicos de Estado, como a família, a escola, a igreja, dentre outros, “resultando daí um sujeito ao mesmo tempo livre e responsável” (ORLANDI, 2009, p. 219).

Explica, Orlandi (2009, p. 219) que este sujeito 2 é o individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. A autora assevera que a noção de sujeito individuado1 não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política.

Dada essa discussão, é útil pensar com Magalhães e Mariani (2010) em algo que se estrutura em uma anterioridade lógica, significativa, sem a qual a ideologia não teria onde se prender. Ou seja, a partir do esquema pendular de Orlandi (2017) revelando um movimento duplo na constituição da subjetivação, conceber que “[...] há um outro movimento necessário para que se realize a passagem de “Indivíduo 1” (momento de interpelação do indivíduo em

sujeito) para "Indivíduo 2" (processo de individualização do sujeito)" (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 392, destaque das autoras).

Entendemos com elas que no movimento pendular de passagem do Indivíduo 1 para o Indivíduo 2 (que não se trata de cronologia), está posto uma inscrição no simbólico, nas leis que o regem, na linguagem enquanto produtora de sentidos e na qual intervém a história e a cultura. Justificando pela leitura lacaniana que esse momento anterior à interpelação-identificação de entrada na linguagem é a subjetivação, essa constatação requer aprofundamento da noção de sujeito na concepção psicanalítica, percebendo que à esquerda desse 1 (um) há um 0 (zero), um vazio, uma possibilidade de que algo possa advir.

Nesse aspecto explicam,

Isso implica pensar na transmissão do significante, uma transmissão que se realiza no contato-convivência com os pequenos outros, representantes do grande Outro. Para haver sujeito, para haver inconsciente, é preciso passar pelos significantes desses primeiros outros, os quais, ocupando o lugar do Outro, transmitem as leis do simbólico. (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 395).

Então, o processo de subjetivação é marcado pelo significante do outro, condição fundante para a existência do sujeito. E a subjetividade (no que se mostra, e no que se esconde) "resulta do acontecimento da linguagem no sujeito, [...] que tanto possibilita a singularização da diferença quanto a regulação do sujeito relativamente a uma universal adaptação do sujeito à ordem cultural e social através do mesmo simbólico que o constitui" (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 396).

Acontece que a inserção na linguagem não permite ao sujeito perceber o vazio que nela reside e que propicia o processo de subjetivação, afinal [...] "a presença de um significante implica a ausência dos demais" (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 397). O que precede reitera para o sujeito o fato de se apropriar da fala e da linguagem no vazio do entre significante, do furo, da falta de um sentido único, literal, concluem as autoras.

No que toca ao esquema pendular da Orlandi (2009), podemos inferir que pela interpelação ideológica o indivíduo, ainda que se coloque na condição de soberano, de senhor do seu dizer e da sua vontade, é conduzido a ocupar lugares, posições em diferentes classes sociais refletindo a formação social da qual ele é fruto. As classes sociais vão estabelecer relações de reprodução que são asseguradas materialmente pelos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Desse modo, as posições do sujeito se dão pela formação discursiva, espaço em que ocorre a articulação entre língua e discurso, caracteristicamente heterogêneos, e fundamentais

por que vão determinar a identificação, contra identificação, ou mesmo a desidentificação desse sujeito. Esse processo ocorre na forma-sujeito histórica, sob o efeito da dominação.

Nessa perspectiva, Althusser (1978, p.67) vai dizer que os indivíduos não são livres agindo sob a força e a determinação e ambas englobando tanto as relações de produção e reprodução, mas igualmente, assinalando o autor que esses indivíduos só podem atuar como agentes se passarem pela interpelação que os modificam em sujeitos (já foi possível averiguar como esta ação se processa). Essa modificação tem haver, como visto, com uma forma histórica, inserida no contexto das práticas sociais e que incide na forma sujeito.

O pensamento de Althusser sobre o assujeitamento pela ideologia marca, significativamente, uma ruptura com a forma do senso comum que a concebe como uma simples ideia de um indivíduo. Mas, paradoxalmente, ela se dá na própria existência material do sujeito, ela também não nasce com ele e seu grau máximo de eficiência é o natural/naturalização¹².

Para Pêcheux (2014a [1975]):

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem e lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer). (PÊCHEUX, 2014a [1975], p. 144, destaques do autor).

Os “voluntários recrutados”, decerto não conseguirão ter como evidentes os mesmos sentidos no que ouvem, ou no que dizem, estarão sempre permeados pela heterogeneidade dos sentidos. Estes sentidos vão ser sempre diferentes, na medida em que não acham um sempre consenso em torno das palavras e das coisas que elas apontam e dizem.

3.2 A LUTA PELOS SENTIDOS

Quando Pêcheux (2011) provoca o questionamento: As massas populares são um objeto inanimado? Ele vai alcançar resultados que apontam para a multiplicidade de sentidos, dado o contexto e a história. Estas conclusões atentam para os seguintes fatos: “a leitura objetiva de um texto não pode ser realizada”; “as palavras, expressões, enunciados significam diferente dependendo da posição da qual são formuladas”; “não há possibilidade de uma semântica

¹² Tal pensamento vai estar na obra *Posições I*, de Althusser (1978) – expressada pela noção de sujeito atrelado a ideologia, e “a ideologia como condição de existência”.

universal”; e ainda, “a luta de classes é luta pelos sentidos”, dentre outras que aqui não se traz como ilustração”, afirma Pêcheux.

Por este caminho, também Orlandi (2012) relata:

[...] não podemos ter certeza de como as pessoas estão significando/interpretando as palavras que supomos serem as mesmas para todos. Porque não temos controle sobre o modo como a ideologia funciona, constituindo o indivíduo em sujeito, nem como os sentidos fazem sentido para os sujeitos. (ORLANDI, 2012, p. 156).

Dessa maneira, o campo da semântica é o campo das formações discursivas e não seria adequado pensá-lo como componente do espaço discursivo da fala, ou componente universal. Observa-se que na região das formações discursivas as palavras vão oscilar em sua significação, vão tomar sentidos diferentes e mudar, assim como também mudam as formações discursivas.

Seguindo essa concepção, move-se com Pêcheux para a apreensão de que o sentido e as palavras que o edificam não são opacos, tampouco neutros, todavia são construídos e evidenciados pela ideologia, ratificamos:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2014a [1975], p. 146, grifo do autor).

Necessário, então, perceber as formações ideológicas desempenhando a função de reprodução das relações de produção, como já anunciado, pelos gestos de sujeição que caracterizam o sujeito ideológico e estabelecem a posição desse sujeito numa conjuntura. Assim, é pelo “todo complexo das formações ideológicas” que se chega à concepção de formação discursiva (FD): [...] aquilo que, numa determinada formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. (PÊCHEUX, 2014a [1975], 147, grifo do autor).

Desse modo, o autor vai mostrando que o sentido se estabelece nas FDs, ou seja, replicamos, “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras [...] da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 2014a [1975], p.148). Como apontamos anteriormente, Foucault conjecturou primeiro, a noção de FD, posteriormente, Pêcheux faz a sua reformulação, retirando-a do seu interior para o exterior, que é o interdiscurso.

Para Foucault (1971) FD: [...] “constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um discurso dado, um certo número de enunciados [...] é essencialmente lacunar e isto pelo sistema de formação de suas escolhas estratégicas” (FOUCAULT, 1971, p. 83). No entendimento dos teóricos da AD, Foucault estabelece regularidades revelando na FD o caráter homogêneo e restrito (fechado) que a forma, distanciando *a ideologia*, fator que o diferencia do posicionamento de Pêcheux que vai relacioná-la e assimilá-la como fundamento orientador de uma FD.

Então, a noção é tratada de forma diferenciada por Pêcheux que marca a ideologia na função de interpeladora do sujeito pelas FDs. Ou seja, ele se aprofunda na noção de sujeito, considerando o atravessamento da ideologia para a reformulação da noção de FD e chegando, portanto, ao sujeito do discurso.

Nesse aspecto, Indursky (2011) escreve:

Redizendo e já me posicionando: é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica. (INDURSKY, 2011, p.82).

Continuando seu entendimento, em Pêcheux, depreende-se que a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pelo processo da identificação desse sujeito com uma F.D que o domina.

Importante trazer as considerações de Courtine (2016) sobre FD:

[...] uma F.D não é “um único discurso para todos”, nem é “a cada um o seu discurso”, mas deve ser pensada como “dois (ou vários) discursos em um só.” Duas modalidades diferentes de um mesmo esquecimento: aquele da contradição como princípio constitutivo de toda F.D. (COURTINE, 2016, p. 18, destaque do autor).

Voltando a Indursky (2011), ela vai apresentar momentos diferentes no modo de Pêcheux pensar a reduplicação da identidade do sujeito processada pela “forma-sujeito”.

No primeiro momento, entende Pêcheux que a FD é um domínio fechado e homogêneo (visão assemelhada a de Foucault), assim o sujeito do discurso tomando uma posição identifica-se em plenitude com outros sujeitos. Nessa ideia, diz Indursky (2011, p. 82), só há espaço para reduplicação da identidade e lugar para os mesmos sentidos, não havendo, dessa maneira, espaço para a alteridade, tampouco para a contradição. Essa identificação do sujeito se dá diretamente com a forma sujeito.

O segundo momento é introduzido por Pêcheux com a definição de modalidades da tomada de posição, relativizando a reduplicação da identidade. Neste ponto, Indursky (2011,

p.83) revela que a primeira modalidade é a identificação, ou superposição entre o sujeito do discurso e a forma sujeito, o discurso do “bom sujeito”, enunciado por Pêcheux (2014, p.199), e que reflete o Sujeito, nesse caso, o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica.

Outra modalidade apresentada por Pêcheux (2014a) é a contra identificação, em que o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição se contrapõe a Forma-Sujeito e aos saberes que ela organiza no interior de uma formação discursiva. Essa contradição se dá por meio de uma separação – dúvida, questionamento, revolta desse sujeito do discurso, havendo uma movência de sentido em relação à formação discursiva dominante, conforme revela Pêcheux (2014a):

[...] caracteriza o discurso do “mau sujeito”, o discurso no qual *o sujeito da enunciação* “se volta contra” *o sujeito universal*, por meio de uma “tomada de posição” que consiste, dessa vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra evidência ideológica [...] evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (Pêcheux, 2014a [1975], p. 199, destaques do autor).

A terceira modalidade, diz Pêcheux (2014a, p.201, destaque do autor), funciona como uma *desidentificação* que seria uma tomada de posição não-subjetiva realizando a transformação-deslocamento da forma sujeito. Reitera Indursky (2011) “o sujeito rompe com a Formação Discursiva em que estava inscrito e com a qual se identificava e passa a identificar-se com outra formação discursiva e com sua respectiva forma sujeito”. (INDURSKY, 2011, p.85).

Segundo Beck¹³; Esteves (2012), esta formulação é posteriormente desconstruída por sua simetria, ao que chamam de interpretação às avessas em relação à primeira modalidade, que também será reformulada. Afinal, conforme os autores, “[...] não haveria superposição plena ou recobrimento completo. O bom sujeito interpelado é também um sujeito clivado” (BECK; ESTEVES, 2012, p.151).

À vista disso, os autores pontuam a cautela de Pêcheux (2014a), de não fechar questão sobre a conexão da resistência/revolta com as formações do inconsciente. Apesar de o lapso e o ato falho funcionarem produzindo furos no ritual, ou como bloqueio no campo ideológico e esses “[...] poderiam ter alguma coisa de muito preciso haver com esse ponto

¹³ Beck (2010) propõe o termo *feio* sujeito em contraponto ao bom e mal sujeito de Pêcheux (destaque nosso). Para o autor a desidentificação se dá pela via da superidentificação ideológica, possibilidade de revolução, ela vem do bom sujeito promovendo o furo.

sempre-já aí, essa origem não detectável da resistência e da revolta [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 278).

Pode-se dizer com Indursky (2011) que há um espaço de tensão no que toca a identificação completa do sujeito com uma FD e os seus saberes, com a contra identificação que se estabelece dentro de uma FD com estes mesmos saberes. Ponderando, evidentemente que a contra identificação traz para a FD, o discurso do outro, a alteridade e consequentemente mostra que uma FD é um campo de saberes heterogêneos, se verificando várias posições-sujeito.

Por fim, assinala-se que Pêcheux defende também que uma formação discursiva é sempre atravessada por outras formações e por pré-construídos que integram o interdiscurso, noções imprescindíveis para se trabalhar a perspectiva discursiva. Diante do recorte desse trabalho aborda-se o interdiscurso concordando com Indursky (2011, p.84), que uma FD é determinada por ele, abrigando no seu bojo “os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD”. A partir do interdiscurso se tem a reconfiguração de uma FD, e nesse sentido, as diversas modalidades de tomada de posição vão produzindo entrelaçamentos que se alternam entre as matrizes do idêntico e do diferente. Eis aí anunciada à conexão do interdiscurso com as diferentes modalidades de posição do sujeito do discurso.

3.3 O PAPEL DA MEMÓRIA NO DISCURSO

Consideramos indispensável compreendermos a importância do conceito de memória para a análise de discurso, pontuando, inicialmente, que ela é da ordem material sustentada pelo interdiscurso, que funciona como a base da memória e determina os seus sentidos. A memória discursiva faz referência à repetição de dizeres que surgem a partir de uma formação discursiva específica, sendo atualizada ou esquecida, silenciada, ou apagada de acordo com o processo discursivo, é algo que fala sempre antes, em outro lugar.

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015a, p.46).

Ainda, segundo Pêcheux:

Memória deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. (PÊCHEUX, 2015a, p.44).

Portanto, não se trata de lembranças pessoais, mas de uma memória pensada no histórico e no social, viabilizando a movimentação de sentidos no discurso. Nesse aspecto, Ferreira (2012, p.141), nos propõe pensá-la como “a morada dos sentidos” (para nós, como lugar de alguns efeitos de sentido, dos quais o esquecimento também faz parte), refletindo, ainda, se a memória é o que dá sentido ao discurso.

Nesse caminho, a autora concordando com Courtine (1988), na sua argumentação de que na ordem do discurso a memória se situa no campo do enunciável e constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso, indaga se por outro lado como morada dos sentidos ela produz efeitos de estranhamento e perturbações que afetam a nossa ilusão de controlar os sentidos. De certo que sim, a memória nos fala de um universo não logicamente estabilizado que sofre modificações.

Então, na AD a memória é concebida como um lugar de conflito que está para o sujeito do discurso, assujeitado pela ideologia e marcado pelo inconsciente, ambos incidindo nas formações imaginárias e ideológicas que são à base de uma formação discursiva e estas sustentando diversas posições sujeito. Pensar a memória no indivíduo produz o não reconhecimento do simbólico, do histórico e do ideológico.

Sugere Ferreira (2012, p. 143), que falar em memória na AD é também falar de um tecido que na hora que se esburaca se rompe, mas que exerce a função de nos constituir, de tecer nossos discursos, acrescentaríamos. Aqui, é importante notar que tratar sobre memória é também conceber um paradoxo, já que ela mobiliza duas operações na mesma ocorrência: à memória propriamente dita e o seu reverso, o esquecimento, estas são operações distintas que não se separam.

Para entendermos melhor o funcionamento dessa operação, Ferreira (2012) faz referência à fita de Moebius, enunciando que:

A representação topológica da Fita de Moebius, superfície bidimensional que contém um único lado [resultante da junção das duas extremidades da fita e da torção de uma das extremidades em 180 graus], nos auxilia a compreender esse modo de indistinção dos limites em que funciona, desfazendo a dicotomia direito-avesso, dentro e fora (FERREIRA, 2012, p. 143).

Ou seja, acessar a memória é produzir esquecimentos em alguns sentidos para que outros possam emergir. “Ela se caracteriza, portanto, como o acesso ao dizível, possibilidade do dizer, que se atualizam no momento da enunciação e como efeito de um esquecimento correspondente a um conjunto virtual de significações” (FERREIRA, 2012, p.144).

Noutro ponto, Pêcheux (2015a) nos alerta para a necessidade de nos afastarmos das interpretações psicológicas do “realmente já ouvido”. Esclarecendo, nesse sentido, que são as redes de memória que permitem o retorno aos discursos já-ditos, resignificados pela historicidade também pelo acontecimento discursivo, espaço de retornos e de tensões.

Pelo precedente, é crucial reforçar que o termo memória não deve ser referido a lembranças de um indivíduo, seja ela do presente, ou do passado, mas de acordo com Ferreira (2012, p. 146-147), e semelhante a Pêcheux (2015a), o termo memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos. Ou seja, esse termo se distingue grandemente da acepção psicologizante.

Explica Ferreira (2012):

[...] um texto se inscreve em uma formação discursiva, em função de uma memória discursiva que o texto retoma e do qual é parte. Sendo assim, quando uma determinada análise é realizada sob a ótica da Análise de Discurso de vertente francesa e, mais especificamente, nessa perspectiva aberta sobre memória discursiva por Pêcheux e Courtine, faz-se necessário olhar para o aspecto histórico-social, para os elementos constitutivos da materialidade linguística que se vinculam a formações discursivas específicas (FERREIRA, 2012, p.147).

Por isso mesmo a memória é relação da linguagem com a história, dos aspectos em que a historicidade reatualiza os dizeres, do processo tenso de inscrição do acontecimento, nas palavras de Pêcheux (2015a):

[...] uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória [...] sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto referência: o acontecimento que escapa a inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido. (PÊCHEUX, 2015a, p. 44).

Pêcheux, então, mostra que há um confronto entre as redes de memória e o acontecimento discursivo (quando uma memória é atualizada). As redes de memória tentam restabelecer e estabilizar os implícitos e o acontecimento discursivo, fazendo o oposto, trabalha na desregulação, desestabilização dos sentidos, ou dos já ditos.

Nesse sentido, Pêcheux (2015) conclui:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: - um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; –mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos” (PÊCHEUX, 2015a, p.47).

Entendemos ser importante elucidar com Pêcheux (2015a), sobre os implícitos - quando ele questiona: Onde residem os implícitos? Evidentemente, pontuando que essa noção é enunciativa e não discursiva.

Assim, quando Pêcheux aborda os “famosos implícitos”¹⁴ faz uma crítica que aponta para a necessidade de negá-la, uma vez que não é possível dizer que está tudo aqui posto definitivamente, mas que o discurso se marca na língua e são as marcas da língua que interessam, inclusive aquilo que não é dito, que não diz, marcas que se dão nas regularidades, mas não necessariamente vão buscar o implícito. Aqui, o contexto é imediato, não tem relação discursiva do amplo que envolve a estrutura e a historicidade.

Expondo os termos implícito e explícito ao tripé da AD se averigua que eles não funcionam. Basicamente, isso ocorre na forma da constituição do sujeito clivado pelo inconsciente e assujeitado pela ideologia, assim se no tripé pensamos no sujeito, na historicidade e na língua, sabendo que este (sujeito) não é único, mas dividido, atravessado, conforme já vimos no capítulo anterior; segundo, se sujeito e sentido se constituem se constituindo e se o sujeito não é origem dos sentidos, então o sentido também não é literal, o que faz repensar esta questão.

Concordamos, como já mostramos, com Ferreira (2012), que no dizer há esquecimentos e pela memória passam fios dispersos que são decorrentes da heterogeneidade, da descontinuidade dos dizeres, mas também dos sujeitos. Desse modo, [...] “É precisamente a memória e os sentidos que são dela derivados, os responsáveis por fazerem surgir (ou não) em uma memória social aquilo que é próprio de um determinado processo histórico” (FERREIRA, 2012, p.144, destaque da autora).

Pêcheux (2015a) traz, na discussão, P. Achard afirmando que [...] “sob a repetição há o efeito de série” (PÊCHEUX, 2015a, p.46). E essa regularização discursiva propicia a estabilização,

Sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...], provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira [...]; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 2015a, p.46, destaque do autor).

¹⁴ Para Pêcheux (2015a) tanto os implícitos como os explícitos estão dados na semântica, por exemplo, na análise sintática em que se produz a desmontagem estrutural, e no máximo semântica de um conjunto de frases é que se pode marcar os famosos implícitos e explícitos.

Dessa forma, o acontecimento discursivo novo vai produzir a desestabilização. Consequentemente, deslocar a memória, repor novos sentidos.

Precisamente nesse ponto, Ferreira (2012) chama à atenção que este é o trabalho substancial da memória, fazendo alusão ao modo de como ela opera uma constante reconfiguração dos sentidos. Ou ainda, a memória é um repositório dos sentidos que oscila entre presença e ausência, entre o acontecimento e o esquecimento, e isso também é primordial, [...] “pois não poderíamos correr o risco de lembrarmo-nos de tudo” (FERREIRA, 2012, p. 144).

Outrossim, na obra *O Papel da Memória*, Pêcheux (2015a) mostra que, em algumas relações discursivas, existe a separação entre a materialidade da palavra e a memória: “sob o mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva [...] “Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 2015a, p.47). Nesse ponto, ele convoca a análise de discurso para um afastamento das evidências, da não opacidade e para aproximação do equívoco e da contradição, ambos constitutivos incontornáveis do discurso.

Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação (PÊCHEUX, 2015a, p.47-48).

Pêcheux (2015a) reconhece e caracteriza a memória como um espaço móvel que abriga os pré-construídos, mas também os reconstrói pelo acontecimento discursivo, um espaço de conflitos, então,

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2015a, p. 50).

Por esta via aberta, não podemos deixar de marcar, como veremos adiante, com Pêcheux (2014), que “não há ritual sem falhas”, o sentido vai sempre escapar, vai sempre ser recortado pela memória. Por isso é que relacionamos como inseparável da memória discursiva o interdiscurso, pois [...] “Se a memória discursiva recorta os sentidos e os atualizam no acontecimento da linguagem, ela o faz determinada pelo interdiscurso, o lugar de todos os dizeres” (FERREIRA, 2012, p. 145). É estrutural, portanto, clarificar que “pensar a memória

discursiva ligada aos sentidos é associá-la ao já dito, o que a distingue, assim, em parte, do interdiscurso, como repositório de todos os sentidos, já ditos, não-ditos e por dizer” (FERREIRA, 2012, p. 145). Seria, assim, o interdiscurso o lugar de maior amplitude, em que todos os dizeres coabitam mesmo os possíveis e os impossíveis e a memória discursiva como um recorte desse todo.

3.4 A RESISTÊNCIA NA FORMA-SUJEITO CAPITALISTA

Sobre a condição da submissão para Deleuze (2011, p. 220) [...] “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”. Certamente em gestos políticos que promovem o pensamento, que instigam a construção de ideias, que desnaturalizam o estabilizado é possível organizar os pessimismos para podermos permanecer de pé e nutrir a possibilidade de fuga, estes funcionam como armas propícias contra a dominação.

Uma vez já tendo explanado sobre a Análise de Discurso enquanto disciplina de entremeio, intencionamos voltar ao ponto em que concebemos a ideologia no vínculo com a linguagem e com o sujeito, como “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1992, p. 85). Esse retorno exige que apontemos, novamente, que a teoria materialista do discurso, considera a luta de classe, desigual, como motor da história, e que “os aparelhos ideológicos de estado constituem, simultânea, e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2014a, p. 131).

Por meio desses aparelhos, observa Pêcheux (2014b), que a ideologia dominante burguesa se repete e se garante no domínio sobre as lutas dos movimentos operários, propondo que os dominados se reconheçam “no vazio de toda ideologia dominada de modo que o Grande Sujeito perverso do capitalismo manipularia até mesmo aqueles que têm a ilusão de se revoltar” (neste caso admite Pêcheux que a revolta é marginal) ou, noutro ponto que se identifique em um “mundo subordinado, desvalorizado e folclórico” (PÊCHEUX, 2014b, p. 12). Desse modo, assevera Pêcheux¹⁵ (2015b) a ideologia burguesa se endereça ao segundo mundo, e vai sendo mantida, e quando as massas questionam o poder do Estado ela faz de um tudo para mantê-los

¹⁵ Reitera Pêcheux (2015b): “Ao mostrar que a ideologia dominante é parte integrante do Aparelho estatal de dominação da classe que detém o poder, Althusser retirava toda possibilidade de esquiva ou de escape num fora-de-lugar qualquer (fora-de-classe ou fora-de-ideologia). Não há outra saída a não ser a luta das classes dominadas contra essa dominação e essa luta não possui um início assinalável, porque ela não é outra coisa senão a própria história dessas classes, tomadas em seu antagonismo, desde o momento de sua formação até o do seu desaparecimento”. (Pêcheux, 2015b, p.14).

presos “no museu-conservatório [...] Cada um no seu lugar, no seu mundo, o capitalismo para todos e as vacas serão bem guardadas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 13).

Logo, a ideia dos explorados de mudar de mundo, de modificá-lo tem resposta pronta: “isso surge dos maus espíritos, que vindos do exterior, “subiram à cabeça” dos explorados [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p.13, destaque do autor). Elucida Pêcheux:

O cerco é assim fechado na concepção burguesa da ideologia dominada e vemos como a série de relações entre interior/exterior, prática/teoria, quietismo/voluntarismo e guerra de posição/guerra de movimento constitui aí uma maquinaria de dilemas, destinada a repelir por todos os meios a possibilidade da revolução proletária. Face às ideologias dominadas, **a burguesia tem suas respostas, constatadas todos os dias, que se adaptam à relação de força...** (PÊCHEUX, 2014b, p. 13, destaque nosso).

Questionamos, desse modo, como pensar a resistência estando sobredeterminados por essa ideologia dominante, quando ela se nos apresenta eterna e intocável? A interpelação ideológica é um ritual sem falhas? E, embora retomemos estas perguntas profícuas no capítulo cinco, nos apoiamos em Pêcheux (2015), arrazoando que no “artigo de Althusser sobre os AIE [ele] toma exatamente por objeto *esse ponto de realização do impossível*,” (PÊCHEUX, 2014b, p. 15, destaque nosso).

Diz Pêcheux (2014b):

“Tomar até o final a interpelação ideológica como um ritual, supõe reconhecer que não é um ritual sem falha, falta e rachadura” “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto onde um ritual ideológico *vem se quebrar no lapso* (não faltam exemplos na cerimônia religiosa, no procedimento jurídico, *na lição pedagógica* ou no discurso político) (PÊCHEUX, 2014b, p. 15, destaque nosso).

Por esta via aberta, desejamos na nossa análise chegarmos aos pontos em que é possível que tais rachaduras ocorram, justificando com Pêcheux (2014b, destaque nosso), *que o lapso e o ato falho marcam o impossível de uma dominação ideológica fora de toda contradição*. Algo falha, é a partir desse saber que queremos compreender a resistência.

Dessa maneira, Orlandi (2012), pensando discursivamente essa temática aponta para o fato de que as formas de assujeitamento vão se modificando e o capitalismo vai desenvolvendo novas formas de dominação e segregação, consequentemente novas formas de resistência. Nessa percepção, há falha do estado no processo de individuação e falha da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva e são nessas falhas que o sujeito produz outros sentidos, e também se constituem sujeitos outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido” ao que ela chama de resistência.

Nessa mesma perspectiva, no processo de individualização pelo Estado funcionando por meio de seus aparelhos, a subjetivação sempre processual, de idas e vindas faz

atentar sobre a movências/movimento de sentidos que emanam dos sujeitos segregados, marginalizados. Essas idas e vindas têm a ver com as outras maneiras de assujeitamento praticadas pelo capitalismo que vai sempre criando outras formas de dominação.

Portanto, concordando com Orlandi (2012), é justamente na falha, na falta do Estado e da ideologia que há a possibilidade de ruptura no processo de individualização, e nesse ponto se localiza a resistência. Essa resistência está relacionada à forma-sujeito histórica e a individualização pelo Estado, processos que vão intervir na identificação do sujeito individuado com a formação discursiva.

Realizando uma breve aproximação teórica apresentada neste capítulo com o nosso corpus, sem objetivar uma análise mais esquadrinhada, uma vez que o faremos no capítulo cinco, averiguamos que nas materialidades fotográficas e poéticas, há reprodução das condições sociais dos sujeitos em cena, condições que miram para uma narratividade, elucidando posições que têm relação com as formações ideológicas. Isso vai se estabelecendo pelo movimento de sujeição que delimita o sujeito ideológico, e dá a posição desse sujeito nessa historicidade, a partir das formações discursivas que os atravessam e determinam seu dizer. Entendamos narratividade, nos termos de Orlandi (2017), como funcionamento da memória no sujeito.

Figura 2 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.



Fonte: Oliveira (2012).

Então, os efeitos de sentidos que queremos apontar nas fotografias e poesias estabelecem, a partir das formações discursivas, posições nas quais se inscrevem os sujeitos-

alunos, marcados historicamente pelas dificuldades econômicas e sociais, pelos traços de sofrimentos e da vivência com a seca, igualmente pela carga de pré-conceitos que se somam em torno dessa situação. O dito e o não dito nessa produção se compondo “[...] nas relações em que as palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões e proposições [...]”, conforme Pêcheux (2014, p. 148), ou ainda como na imagem acima, em que a desigualdade social se marca em sujeitos, na/pela relação de dominação, não livre das determinações que os cercam, de redes (in) visíveis de exploração do humano, indícios refletidos na precária casa de barro, no chão sujo e quebrado, mas igualmente, no vazio dos olhares dos personagens, no gesto de frieza e indiferença que envolve a materialidade fotográfica 01, imprimindo aí a questão social.

Retomamos, nesse aspecto, o que escreve Indursky (2011, p. 82), mostrando que é o indivíduo que sendo interpelado pela ideologia vai se constituir sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica. Mas para além da identificação estes sujeitos também podem, por meio de uma tomada de posição, se contrapor e romper com os saberes da formação discursiva, pelos deslizos. Isso é o que nós queremos pela análise revelar como furos do ritual que possibilitaram aos sujeitos alunos a resistência.

É pela memória discursiva que estes sujeitos trazem à tona saberes sobre o ser nordestino, o ser da seca e do imaginário local que carrega a noção de força e esperança desses brasileiros diante das contradições e intemperes da vida. Veremos nas poesias que há fendas nos sentidos cristalizados, há rachaduras com o discurso pedagógico autoritário.

Nas fotografias, como exemplos, que trazemos para favorecer a compreensão prévia do que estamos falando, tais gestos também são alcançados, e no conjunto dessa materialidade significativa, embora posta a ideia de abandono e indiferença, em que muita coisa é dita, mas também, muita coisa é silenciada, os gestos de resistência se imprimem. Evidentemente, enfatizamos que esta resistência não é voluntarista, afinal como vimos o sujeito não é soberano.

Figura 3 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.



Fonte: Oliveira (2012).

Dessa maneira, os efeitos de sentidos produzidos na fotografia, ao passo que retomam dizeres, são igualmente resignificados, acentuando, como veremos na análise, atravessamentos que os constituem e o fazem discurso no encontro entre estrutura e acontecimento. É possível notar que pelo funcionamento da memória se tem regularidades, há certa estabilização¹⁶ dos sentidos olhando para os elementos que compõem a imagem, expondo uma condição de vida no limite social, mas conforme Indursky (2011), essa repetição leva a um deslizamento, como no verde das plantas em meio à seca, como no gesto de afeto do pai que carrega o filho, rompendo com a lógica do desafeto, da brutalidade que a memória da obra *Vidas Secas* traz, como também, na limpeza das roupas. Insistimos, aqui, que os alunos produziram o roteiro conforme o *Vidas Secas* e a partir dele as decisões de como seriam as cenas foram tomadas, ou seja, a ideia era de reprodução, de “coerência” com o sentido dado pelo autor.

A imagem trabalha com a situação em que a memória estabelecendo uma significação pela relação com a historicidade reverbera só em parte aquilo que a totaliza. Considerando *aquilo que escapa* e que conduz a *opacidade*, argumentamos que qualquer pretensa verdade sobre a significação da fotografia em destaque deve ser mediada por essas

¹⁶ Nesse ponto, reforçamos com Orlandi (1996) de que há sempre interpretação, pois não há sentido sem ela, sendo estabilizada ou não, ela sempre acontece.

duas dimensões, que em outros termos retratam a linguagem, o sujeito e o sentido como parcial, incompleto e colocam a autenticidade da interpretação em cheque, trabalhando a memória do dizer.

Contra uma leitura totalizadora, e a certeza do que se é, do que se ver, fazemos repercutir a condição estruturante da falta, dos pontos cegos presos na imagem, nos trechos do poema, *Retrato do artista quando coisa*, de Manoel de Barros:

A maior riqueza
do homem
é sua incompletude.
Nesse ponto
sou abastado.
Palavras que me aceitam
como sou
— eu não aceito.
[...] Perdoai. Mas eu
preciso ser Outros [...].

Deslocamo-nos desse gesto ‘integral’ que pela interpretação pretende dar conta da significação, acreditando que essa possibilidade é da ordem da intencionalidade de um sujeito absoluto que tudo alcança, apagando os efeitos de evidências produzidos pela ideologia. A riqueza da incompletude é fundante - “Isso supõe que o sujeito não seja considerado como eu-consciência mestre dos sentidos e seja reconhecido como assujeitado ao discurso: da noção da subjetividade [...] passamos assim a de assujeitamento” (ORLANDI, 2017, p.47).

4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: OS SUJEITOS E A SITUAÇÃO DISCURSIVA DO PROJETO SECA, XOTE E BAIÃO

Impressionante a “voz” significadora das palavras e sua relação de identificação, contra identificação, ou desidentificação com os diferentes sujeitos que as empregam, construindo, para além do unívoco, sentidos múltiplos. Na ilusão da linguagem que tudo diz, que tudo representa, tais efeitos de evidência precisam ser esclarecidos, problematizados, sobretudo, desnaturalizados pela condição ímpar da ideologia e da eterna luta de classes marcada pela força da exclusão, seja de bens de consumo, seja de bens simbólicos, como o direito de dizer e de ser legitimado em seu discurso.

A prática pedagógica vivenciada pelos sujeitos alunos, filhos do sertão, herdeiros da seca, tem seus efeitos de sentidos inscritos na ordem do imaginário e da situação que os envolvem nessa problemática histórica, explodindo nesse discernimento a potência das palavras “[...] *sujeito e situação*” (ORLANDI, 2015, p.28, destaque nosso). Dessa forma, os sujeitos em torno dessa ação escolar, pela memória, materializaram filiações de sentidos e, tais filiações estão muito acima de uma questão de escolha consciente por um, ou outro sentido, sobressaindo nessa constatação o vínculo desses sujeitos com uma posição discursiva, com um lugar social marcado historicamente, afinal ainda que seja “[...] Uma mesma palavra, na mesma língua [...] ela vai [...] significar diferentemente, dependendo da posição do sujeito [...]” (ORLANDI, 2015, p.58).

Pêcheux (1997) trabalhando os mecanismos que estabelecem as relações entre situações e posições expõe:

[...] é bastante provável que essa correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada por várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar (PÊCHEUX, 1997, p. 82-83).

As situações, segundo Pêcheux (1997) são objetivamente definíveis e as posições funcionam como representações dessas situações. Mas tal como na citação ele acentua que há uma variação entre ambas, uma vez que, o sujeito do discurso pode em diferentes situações manter-se na mesma posição, como uma determinada situação pode retratar diversas posições desse sujeito.

Grigoletto (2007), no texto - Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito - discute a questão da diferença entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito, revelando como o sujeito do discurso elabora movimentos de identificação e

desidentificação. Pondera-se com a autora que a noção de sujeito na AD vai considerar o sócio-histórico e o ideológico, entendendo com ela que o lugar que este sujeito ocupa na sociedade será determinante para o seu dizer. “No entanto ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim de sujeito de um discurso” (GRIGOLETTO, 2007, p. 126).

Logo, Grigoretto (2007) traz à formação social, que compreende o espaço empírico, para apresentar como os lugares são por ela construídos, através de sentidos já cristalizados e dados como verdade pelas instituições, mostrando nessa relação como vai ocorrer a determinação do lugar discursivo a partir do social. Conclui a autora que ambos se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão diretamente relacionados à ordem de constituição do discurso, sustentando a tese de que só é possível pensar na noção de espaço discursivo como uma categoria de análise que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo.

Importante destacar com a autora que o sujeito ao se inscrever em um determinado lugar discursivo vai se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica e os saberes que ela abriga quanto com a posição-sujeito. Desse modo, afirma Grigoretto (2007), que a relação do sujeito enunciativo com o sujeito do saber (forma-sujeito) e, conseqüentemente, com a posição-sujeito é deslocada para as relações de identificação.

Assim, ancorados na AD, nos debruçamos então sobre as condições de produção do discurso desses sujeitos-alunos protagonistas do Projeto Seca, Xote e Baião, uma prática de linguagem ideológica, processual, responsável pela imersão do sujeito na sua existência material e na historicidade. Para esta disciplina a possibilidade dos dizeres se relaciona plenamente com as posições que estes ocupam, estando interpelados pela ideologia e o inconsciente, fazendo surgir os sentidos a partir de fatores como as relações de força, relações de sentidos e antecipação, conforme Orlandi (2015, p. 37).

Segundo Pêcheux (2012), no campo da linguagem a luta de classes é uma luta pelos sentidos. Esta assertiva reclama pela desnaturalização da linguagem e das narrativas construídas pela História; narrativas sempre escritas na ótica dos vencedores, sob os vencidos e, nesse processo discursos são calados, apagados, silenciados em nome da verdade daqueles (as) que têm autoridade para cristalizar um sentido.

Convém citar Benjamim (1994), em suas Teses afirmando a necessidade de “escovar a história a contrapelo, ou seja, opor a tradição dos oprimidos à versão oficial da história”, sendo necessário “lutar contra a corrente, contra o que pode ser considerado natural”, acrescentamos, e “não ideológico”. Assim, estamos convencidos de que o enfrentamento dessa

realidade passa pelo ponto de avançarmos contra a lógica das evidências, fazendo de apoio para este discernimento às palavras de Pêcheux (2014, p. 139, destaque do autor) – “[...] *a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema [...]*”.

Pelo que precede, as relações de força são determinantes por indicar o lugar social do qual o sujeito fala, espaço que caracteriza o que ele diz, determinando seu discurso e se marcando nele por meio das posições que assume. Estas relações de sentidos são maneiras diferentes dos sujeitos significarem, de mostrarem seus acentos dentro de um campo semântico bastante revelador, trazendo à tona uma memória que grita alto e serve para estabilizar, ou mover os sentidos; sentidos que não estão colados perfeitamente nas palavras, mas dependem grandemente das condições históricas, ideológicas em que eles são construídos, e nessas condições a função da reprodução das relações sociais se tornam visíveis pelos sinais de sujeição que caracterizam o sujeito ideológico e estabelecem sua posição numa dada conjuntura.

Buscando o entendimento de como os sujeitos alunos se inscrevem na história começaremos pela descrição e interpretação, tentando alcançar as posições por eles assumidas, no efeito ideológico elementar em que sentidos e sujeitos se vão constituindo mutuamente. Desse modo, pelas condições de produção, que definem o discurso, tencionamos efetivar o gesto de compreensão sobre a discursividade relativa à memória mobilizada pelo sujeito-aluno no Projeto Seca, Xote e Baião, transpondo a memória do discurso pedagógico, sobre a relação entre essa memória mobilizada no projeto e a presente na obra *Vidas Secas*, que eles exploraram enquanto leitores, ainda da identificação dos processos parafrásticos e polissêmicos nessa relação entre memórias.

Portanto, para apreendermos o que torna possível o dizer, o que está na base do dizível sustentando as palavras e expressões (a memória), conforme Orlandi (2015), consideraremos as condições de produção do sentido no contexto imediato (as circunstâncias da enunciação) e no contexto amplo (sócio-histórico, ideológico). Nessa intersecção, as imagens e poesias do Projeto, enquanto trabalho da história, reverberam o que fora dito em outro lugar e o não dito, mas presentificado nas bordas dessa produção.

Esse percurso será traçado levando em consideração o Projeto Seca, Xote e Baião, mas também, a historicidade da geografia, dos aspectos sociais e climáticos determinantes da tríade *nordeste, sertão e seca*, que de forma geral se confundem, se completam, mantendo traços distintos que precisam ser explicitados. E na relação com estes três elementos, os sujeitos, sob o efeito da interpelação, se subjetivam no vínculo com a história, com a memória, com o

acontecimento, e no jogo do simbólico, do real, do imaginário produzem o funcionamento do discurso e constroem acima da univocidade, deslocamentos.

4.1 CONJUNTURA IMEDIATA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PROJETO SECA, XOTE E BAIÃO DENTRO DO DISCURSO PEDAGÓGICO

O funcionamento do discurso pedagógico é temática que discutiremos, de forma aprofundada, no capítulo cinco deste trabalho, carecendo nesse momento trazer, de forma geral, aspectos centrais que determinam às condições de produção do discurso no liame desse espaço. Assim, a posição do sujeito professor, figura de autoridade nesse discurso, é colocada como exclusiva anulando o interlocutor, no caso o sujeito aluno, posto em condição de submissão.

Como o discurso é entendido por Pêcheux (2014a), como efeito de sentidos entre interlocutores, depreende-se que no pedagógico teremos por parte do sujeito aluno um retorno aos saberes da formação discursiva dominante, com os sentidos parafrásticos materializados realçando as relações de poder que permeiam essa discursividade. Nessa conjuntura, segundo Mariani (1998, p. 24) a “[...] produção simbólica ininterrupta [...] organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita a possibilidade de ruptura do dizer [...]. Concluindo a autora que estes são [...] elementos constitutivos dos processos sociais e [...] da materialidade linguística” (MARIANI, 1998, p. 24).

Essas construções teóricas da AD expõem o trabalho com a linguagem enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2015, p.13). Ou seja, um trabalho que é amplamente afetado pela exterioridade e pelas relações de força que se presentificam na edificação dos sentidos.

A descrição e interpretação das condições de produção do Projeto exige explicitação dos seus agentes, das formas de interlocução, da articulação que fora necessária para seu desenvolvimento, da mobilização dos saberes dos sujeitos em torno dessa proposta, dos atravessamentos pela memória discursiva, dos produtos finalísticos, enfim, do contexto em meio ao qual ele surgiu. Por este caminho, vamos compreendendo as maneiras dos sujeitos alunos se significarem, na relação da língua com a exterioridade, na possibilidade de os sentidos serem outros, dadas às situações e posições desses sujeitos ao materializarem seus dizeres.

Convém destacar que na introdução da nossa tese fizemos uma pequena apresentação do pesquisador e seu corpus como forma de fornecermos pistas para o sujeito leitor reconhecer os gestos de interpretação que funcionam como indícios de leitura desse

trabalho. Aqui, faremos a descrição do processo de construção dos sentidos levando em consideração a determinação histórico-ideológica, todavia [...] não o histórico cronológico ou evolução, mas sim historicidade [...] (MARIANI, 1998, p. 24). Historicidade, repetimos, como “a trama dos sentidos”.

Dessa maneira, vislumbramos atingir a “determinação histórica dos processos de significação, os processos de subjetivação, os processos de identificação e de individualização dos sujeitos e de constituição dos sentidos” [...] (ORLANDI, 2012, p.35). Essa perspectiva nos leva, como afirma Orlandi (2012), à prática de uma política de leitura, revelando as determinações que qualificam o processo discursivo.

Considerando estas determinações e situações presentes na dinâmica discursiva, afirmamos que as condições de produção do Projeto Seca, Xote e Baião compreendem, conforme Pêcheux (1997, p.182), [...] as relações no interior de uma formação discursiva, como também, [...] a produção da superfície linguística. Assim, descreveremos a conjuntura dessa construção no discurso pedagógico tendo como cenário a escola.

O ano letivo de 2012 foi para nós (sujeitos - professor e alunos) desafiador, uma vez que nos lançamos ao ‘novo’, trazendo na nossa proposta de trabalho didático ações que desenvolvessem a política da leitura, notadamente em baixa no ambiente escolar. Isso é mostrado nas constantes avaliações externas e internas reveladoras do fracasso da instituição em promover atividades que reúnam os prazeres da leitura e da escrita, como parte do trabalho pedagógico que se inicia na sala de aula e se efetiva como gesto contínuo para além dos seus domínios. Assim, decidimos incrementar o plano de curso da disciplina de Língua Portuguesa, fugindo das aulas monótonas de ensino da gramática pela gramática, ou do ‘texto’ (redação) e da literatura como pretexto para o ensino da norma culta.

De certa forma, para os educadores ‘tradicionalistas’ acentuar o ensino da Língua Portuguesa em questões que extrapolem as regras trabalhadas a partir de enunciados linguísticos soltos, em níveis como a palavra e a frase pré-fabricadas para ilustrar nas aulas de morfologia e sintaxe o que se quer que o aluno ‘aprenda’ é perder o foco do ‘principal’, do objetivo exclusivo que deve permear o ensino-aprendizagem da língua (sistema abstrato). O pensamento se torna ainda mais espantoso quando nos deparamos com falas intuitivas, da ‘experiência’ de quem nunca ousou fazer diferente (em um tempo que se caracteriza pelas diferenças) e sentenciam que o fracasso do ensino do português é do aluno, sobretudo, daqueles advindos das camadas mais humildes da sociedade que carregam consigo carências que afetam, também, o conhecimento do linguístico, ou melhor, da língua.

O discurso pedagógico que envolve os sujeitos professores reclama por saberes homogêneos sem se dar conta que na base da sociedade há exclusões que são causas, faltas reverberadoras do fracasso escolar das classes dominadas. Muito mais que cobrar assentos confortáveis nas regras propagadas, a escola poderia ser o ambiente que oportunizasse acessos, abrisse portas para ampliação dos conhecimentos linguísticos, valorizando aquilo que o sujeito aluno já conhece, já domina, reconhecendo seu potencial e investindo nele, propiciando a este sujeito à condição da autoria e não apenas da repetição empírica descrita por Orlandi (1998).

Essa percepção pode ser filiada ao que argumenta Rancière (2002), na obra *O Mestre Ignorante* em que o autor desaprova os métodos da sociedade que ele nomeia por ‘pedagogizada’. Nela há uma estrutura rígida que funciona sob a égide da superioridade daquele que sabe, que tem o conhecimento e do outro passivo a quem este se dirige para repassar o saber. O saber escalado rotula e classifica os sujeitos em posições antagônicas e desiguais, favorecendo o embrutecimento e não contribuindo para o alcance do princípio da emancipação – processo de aprendizagem em que as capacidades do aluno são reconhecidas e desenvolvidas, argumenta Rancière. Retumba aqui nossa discussão sobre linguagem e poder estabelecida no primeiro capítulo.

Destaca Rancière (2002), que há embrutecimento quando uma inteligência é subordinada a outra inteligência. Afirmando que o homem e a criança, em particular pode ter necessidade de um mestre, quando sua vontade não é suficientemente forte para colocá-la e mantê-la em seu caminho. Todavia, refletindo também que “a sujeição é puramente de vontade a vontade. Ela se torna embrutecedora quando liga uma inteligência a outra inteligência. No ato de ensinar e de aprender, há duas vontades e duas inteligências”. (RANCIÈRE, 2002 p. 25)

Nesse panorama, acreditamos que para propormos o Projeto Seca, Xote e Baião, enquanto professor da disciplina de Língua Portuguesa foi necessário uma aprofundada reflexão sobre a prática docente e os conteúdos elencados para as turmas, igualmente, da necessidade de ressignificar estes dois entrelaçados momentos, saindo da mesmice, correndo riscos, acreditando que algo a mais poderia ser realizado. Toda essa situação tem sua explicação nas palavras de Pêcheux (2014a, p.281, destaque do autor) é preciso “ousar se revoltar”, acrescentando é preciso ter coragem para propor um ensino da língua menos dogmático, menos autoritário e mais formador, com objetivos e metas que concebam o português

Diferentemente de todas as outras disciplinas e práticas escolares a apresentação de uma teoria, ou simplesmente o fato de ter uma teoria de base , **a apresentação de modelos e conteúdos e o treinamento através de exercícios de fixação, não garantem a produção linguística dos alunos** porque não há nenhuma referência

lógica, nem nenhum conteúdo prévio a ser transmitido que garanta o efeito autoria (GALLO, 2008, p. 15-16, destaque nosso).

Reiteramos, nesse sentido, com Gallo (2008), que enquanto professores da Língua Portuguesa precisamos criar possibilidades dos nossos alunos se inscreverem em posições-sujeito de discursos de autoria e não apenas discursos circulares, auto avaliativos. Dessarte, dar novo significado aos velhos conteúdos gramaticais, estabelecendo o elo com a prática da leitura dos clássicos literários e da escrita expressiva como forma de significação do sujeito aluno, como lugar da sua constituição, é conceber que o português são dois, são três, são muitos como no poema de Drummond (1988), e que isso reflete a condição de existência do sujeito e a determinação histórica e ideológica, pilares do funcionamento discursivo.

Metaforicamente, ensina Drummond (1988):

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério (DRUMMOND, 1988,
destaque nosso).

Nesse contexto, para além do ensino de uma língua padrão e vigiada pela instituição, o Projeto Seca, Xote e Baião foi um esforço para desenvolvermos competências de leitura e escritura, excedendo a forma descontextualizada como ela vem sendo trabalhada. Assim, a preocupação com a leitura não mecânica, não escolarizada, apesar da inscrição dessa proposta no discurso pedagógico autoritário, favoreceu a consecução desses objetivos, seja pela articulação teórico-metodológica, seja pelo interesse das turmas que realizaram as atividades com envolvimento e compromisso, fugindo da lógica puramente avaliativa, ou punitiva.

A produção da leitura aliada ao conhecimento crítico do fenômeno da seca foram argumentos de autoridade que impulsionaram o desenvolvimento do projeto e a sua estruturação com metas definidas, foco para a aprendizagem do alunado e a produção das materialidades

(unidades de análise) que trazemos para estudo nessa tese. Acreditamos que a interlocução promovida possibilitou a identificação dos sujeitos, provocando o processo de significação.

Descrevemos, aqui, as principais metas do Projeto Seca, Xote e Baião para uma maior compreensão de como foram articulados leitura e escrita, saberes teóricos e práticos considerando o trabalho com a língua portuguesa na aula.

- 1- Integrar a comunidade escolar no estudo da realidade da seca no sertão, aspectos geográficos, históricos, social e político;
- 2- Discutir com a comunidade escolar a problemática da falta de água na cidade e alternativas para seu enfrentamento;
- 3- Promover com discentes a leitura crítica do clássico *Vidas Secas* de Graciliano Ramos;
- 4- Fazer análise da obra *Vidas Secas*, bem como das personagens, atualizando-os;
- 5- Trabalhar os gêneros textuais com foco na Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa;
- 6- Refletir sobre a seca e o povo nordestino;
- 7- Vincular docentes e suas disciplinas para um trabalho interdisciplinar;
- 8- Visitar famílias e associações de agricultores, fazendo levantamento da realidade e discutindo a questão da migração;
- 9- Homenagear Luiz Gonzaga no seu centenário (2012);
- 10- Conhecer a musicalidade de Luiz Gonzaga e sua contribuição para a cultura do povo sertanejo;
- 11- Promover ações de entretenimento com sanfoneiros, violeiros, banda cabaçal, xaxado e danças típicas do sertão;
- 12- Desenvolver oficinas de poesias, trabalhando a temática da seca.
- 13- Intercambiar com a Gerência de Ensino e a Universidade Federal de Campina Grande parceria para disponibilização de profissionais preparados para debater a temática da seca na escola;
- 14- Produzir com os alunos ensaio fotográfico na zona rural, com roteiro elaborado a partir da obra *Vidas Secas*.
- 15- Divulgar resultados junto a Regional de ensino e aos meios de comunicação locais.

Dessa forma, as ações previstas para os semestres letivo de 2012 intencionavam diversos eventos que favoreciam o protagonismo docente e discente no processo de ensino-aprendizagem. Foi necessário um planejamento sistemático das atividades: encontros de

formação docente, semanas de estudo e pesquisa com discentes, tempo extra classe para leitura do *Vidas Secas*, acompanhamento das dificuldades surgidas durante a leitura, preparação das oficinas de poesia - foco no trabalho com a escrita. Foi preciso nos transformarmos em professores e alunos pesquisadores para conseguirmos contextualizar a aula, seja na escola e, ou, fora dela, perspectiva que também aponta para ruptura com o discurso pedagógico autoritário.

Sobressaia em toda essa atividade pedagógica, a centralidade da produção da leitura do *Vidas Secas*, o lugar da literatura determinando todo o desenvolvimento das demais ações. Dessa forma, as condições de produção da leitura passaram necessariamente pelo crivo das condições sociais e econômicas dos sujeitos alunos, uma vez que até o acesso a obra literária foi difícil, pois nem todos tinham a possibilidade de adquirirem a fotocópia do material a ser lido e a escola não dispunha do livro, sendo necessária a promoção de bingo, rifa entre amigos para podermos garantir o acesso à obra por todos os educandos.

Asseveramos que o trabalho reflexivo pela linguagem expôs o sujeito, sua história a partir do discurso literário e viabilizou o confronto desses com as relações de sentido que se vão sendo produzidas no processo discursivo. De fato, para significarem os alunos retomam dizeres estabelecidos pela literatura, apontando o papel preponderante desse discurso na constituição das materialidades (no caso em questão fotos e poesias).

Tomando no contexto do Projeto Seca, Xote e Baião a literatura do Graciliano Ramos, segundo Abel (1999), ali é possível notar o nordeste de maneira intrínseca, uma vez que a maior parte das experiências vivenciadas pelo autor ocorreram justamente nesse lugar. Tal vivência foi uma rica fonte de alimento para suas ideias sobre a 'identidade' social e cultural da população nordestina, oprimida pela fome e miséria, vulnerável diante da intensa e cruel desigualdade social, um discurso produzido com o histórico e o social do sujeito, conduzido por um fio ideológico.

A literatura de Ramos, então, retrata, denunciando à realidade do retirante nordestino, as mazelas da opressão social, a perda de território, de sua história e de suas raízes. Certamente, esses são significados que, em um primeiro nível de interpretação, serão replicados servindo de base para outros enunciados sobre o nordeste no conjunto das múltiplas formulações.

A experiência pedagógica com o Projeto Seca, Xote e Baião nos autoriza a compreender que os limites do discurso pedagógico autoritário podem ser rompidos, nesse caso associamos também o fato ao trabalho significativo com a leitura e a exploração da escrita a partir de negociações abertas, com o sujeito aluno se colocando na condição de produtor do seu

discurso. Isso indica ousadia de pensar de forma ampla o ensino da língua sob o pilar de problemáticas atuais e desafiantes, sob ‘hipóteses’ a serem verificadas, sob princípios linguísticos menos dogmáticos, com base em situações discursivas que concebem a língua na relação com o sujeito e a ideologia.

Para Antunes (2003):

[...] O grande equívoco em torno do ensino de língua tem sido o de *acreditar que, ensinando análise sintática, ensinando nomenclatura gramatical*, conseguimos deixar os alunos suficientemente competentes para ler e escrever textos, conforme as diversificadas situações sociais (ANTUNES, 2003, p.46).

Assegurando nossa concepção de ensino da língua, citamos também Gallo (2008), quando enuncia “[...] acreditamos que em relação ao ensino de língua materna é absolutamente necessário abandonar os estereótipos pedagógicos que fazem *referência a um aluno receptor, um professor emissor e um conteúdo a ser ensinado* [...]” (GALLO, 2008, p.16, destaque nosso). Tal postura traz a compreensão da não unicidade dos sentidos, pois estes elementos na prática não estão fixados de modo circular.

Uma vez concluída a leitura do *Vidas Secas*, o espaço do debate foi inaugurado e as experiências de cada sujeito expostas, sem correções, sem bloqueios, sem fichas de leitura, sem compromisso com o que o autor quis dizer. Por esta abertura, o referente se nos apresentou como negociável, os sentidos não foram cristalizados pela figura do professor, as histórias de leitura vieram à tona, o literal imaginário cedeu lugar para a construção de sentidos possíveis, de acordo com a identificação e significação de cada sujeito aluno inserido em um contexto social, político e ideológico que, por vezes, se confundia (mas com derivas) com a própria obra literária.

O Projeto Seca, Xote e Baião embora não estivesse fundamentado na teoria do discurso, uma vez que ainda não a conhecíamos, mas *intuitivamente* nossa prática pedagógica em 2012 teve vínculo com o que menciona Orlandi (2015), ao tratar sobre a análise de discurso: “[...] “não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave [...] Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2015, p.24).

Consideramos que nesse ponto da nossa descrição valeria um esforço para dar a nossa interpretação do discurso pedagógico e do Projeto os pré-construídos constituintes que permitiram esses gestos de compreensão. De tal modo, mencionamos que a nossa vivência pessoal com a realidade social e política local desde a infância e por outro lado à experiência

escolar na função aluno marcada por um ensino punitivo, dogmático, prescritivo, sem a presença da leitura como deleite, ou fruição, como lazer, mas sempre na perspectiva escolarizada em que se lia a lição do livro didático para fazer prova e tentar passar de ano, não fora uma jornada fácil, inclusive com uma reprovação no primeiro ano fundamental, me fazendo quase desistir da sala de aula. Estes, foram elementos concretos presentes ao desenhar o Projeto Seca, Xote e Baião, no sentido de conhecendo esse caminho pedagógico de ‘*insucesso*’, por ele não trilhar enquanto docente.

Nestas condições, chegar à universidade se torna uma tarefa ainda mais delicada, seja pelo ritmo da instituição, ou pelo seu modelo de ensino que exigem posturas mais críticas do aluno. Evidentemente, mesmo com as lacunas que carregamos, o ensino superior trouxe suas contribuições teóricas e práticas, exercícios de criticidade e construção metodológica, condições de letramento que nos sustentaram na proposição de atividades plurais para os nossos alunos do ensino médio.

Desse modo, nos lançamos em mais uma aventura do Projeto, o prazer da escrita, na tentativa de materializar tantas ideias delimitando um ‘começo’, meio e um ‘fim’, tentando controlar múltiplos sentidos manifestos, imputando uma autoria para os dizeres. Esse processo longo foi iniciado com uma sequência de oficinas de poesias, com conversas sobre este gênero textual e as condições para sua produção, dentre elas destacamos naquele momento a criatividade e as vivências propiciadas pelas leituras do *Vidas Secas* e pela realidade que nos cercava.

Conforme Schons (2005):

[...] Numa escrita, a articulação entre o repetível e a novidade pode manter ou dismantlar a regularização; pode deslocar e produzir retrospectivamente outra série sobre o texto-fonte. Essa inscrição na matriz de sentidos aponta também para a função da memória [...] que retorna à origem e vai ao encontro de efeito que produz na atualidade (2005, p.138).

Nesse movimento sujeito e sentidos são constituídos e a historicidade, a memória e o acontecimento se apresentam como pilares constituintes. Logo, conforme argumentamos na nossa análise, as poesias do Projeto Seca, Xote e Baião são frutos de uma prática discursiva que, pelo seu caráter ideológico, exerceu sua função pela contradição e por ela os furos, as falhas, a possibilidade do sentido outro. Soma-se ao papel da ideologia, nesse processo, o jogo simbólico da língua expondo o equívoco, de forma que as paráfrases, metáforas, metonímias se vão tecendo como componentes linguísticos em uma dada formação discursiva.

Extrapolando a produção no ambiente da sala de aula a proposta nos levou a montagem de um ensaio fotográfico a partir do *Vidas Secas*, alargando a interpretação da obra e gerando outros conhecimentos como o da fotografia e do teatro por meio do debate que antecedeu essa construção. Ainda, outras oficinas preparatórias foram necessárias para conhecermos um pouco sobre produção de imagens, essa parceria foi desenvolvida com a disciplina de sociologia, ficando como tarefa do professor produzir as fotos.

Discutimos sobre fotografias que retratam o nordeste brasileiro, as cenas típicas que são clicadas e que em muito falam da realidade, mas igualmente escondem outros aspectos, reforçando estereótipos. Essa perspectiva foi trabalhada por meio de uma dinâmica em sala de aula, em que fotos do sertão foram espalhadas pelo chão e os alunos em círculo as observavam atentamente, tendo que ao final responderem sobre como eles se sentiam em relação às fotografias, se elas os “representavam”.

Evidentemente, associamos também, a imagem que a obra *Vidas Secas* faz do nordeste, de um mundo quase inumano, percebendo certo elo no discurso intrínseco nessas fotos. E, pelo que precede, foram montadas as cenas (seguindo roteiro escrito pelos alunos), conforme capítulos do livro, sendo ainda elencados figurino e utensílios necessários para o ensaio fotográfico que ocorrera na comunidade rural Xique-Xique, na cidade de Triunfo-PB, se configurando como uma atividade lúdica e prazerosa que entusiasmou o alunado, pontos fortes do projeto que foram levantados durante a autoavaliação em sala de aula.

O relato acima nos autoriza a dizer que os sujeitos do Projeto Seca, Xote e Baião, para se inscreverem no discurso da fotografia e do teatro, mobilizaram uma memória a partir das experiências pessoais que os incluem nessas posições, seja de fotógrafo dos registros cotidianos da própria vida, seja do que ouviram, leram e assistiram sobre a arte de encenar, de se colocar na condição do outro por meio dos personagens e do próprio discurso pedagógico sobre elementos da narração. Nesse sentido, os saberes práticos, muito mais que os teóricos, sobre estes discursos deram suporte para a produção das fotografias e por eles sem voluntarismo, e, ou, heroísmo, os deslizes de significantes se teceram, atestando que o simbólico é lei constituinte (está sempre em processo), conforme apontamos na nossa análise.

Então, as condições de produção revelando a historicidade, o papel da memória, propiciam pensarmos nos furos no discurso pedagógico autoritário dentro do Projeto Seca, Xote e Baião, cabendo ainda pontuar que a avaliação docente deste trabalho foi completamente aberta. A autoavaliação foi à forma pela qual atribuímos conceitos aos alunos pelas atividades desenvolvidas, sendo que inicialmente eles precisavam dar notas para o projeto e, posteriormente, avaliarem o grau de envolvimento pessoal nas tarefas, justificando.

4.2 CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICO, IDEOLÓGICO: A RETOMADA DO NORDESTE, DA SECA E DO RETIRANTE PELA MEMÓRIA¹⁷

Fundamentados por Orlandi (2015, p. 28-29), ponderamos que o interdiscurso, tratado como memória, faz parte das condições de produção do discurso, tornando possível todo o dizer, ele volta sob a forma de pré-construído. Assim, o interdiscurso viabiliza dizeres que vão marcar o sujeito na sua forma de (se) significar em determinada situação discursiva.

Entendemos que esta seção da nossa tese pode, no conjunto das diversas formulações sobre o nordeste, o sertão, a seca, trazer sentidos “já ditos em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes” (ORLANDI, 2015, p. 29), produzindo efeitos nas materialidades construídas pelos sujeitos alunos do Projeto. Afinal, sempre recorreremos ao dito para dizermos e por este retorno vamos tomando parte na história, nos (re) inscrevemos nela, “falando com “outras” palavras [...] O que é dito em outro lugar também significa em “nossas” palavras” (ORLANDI, 2015, p.30, destaque da autora).

Uma vez já tendo enunciado sobre os lugares de memória, os atravessamentos de discursos no *Projeto* queremos reforçar estas outras marcas do já dito, “as filiações históricas que podem se organizar em memórias” (ORLANDI, 2015, p. 58), e que vão contribuir com os sentidos postos nas fotografias e poesias em destaque nesse estudo. Esse movimento revela a relação entre o já dito e o que estamos dizendo [...] entre a constituição do sentido e sua formulação (ORLANDI, 2015, p.30).

Começamos, então, indagando sobre as condições de produção do discurso da formação do nordeste enquanto região geográfica do Brasil. Para tanto se faz necessário compreender o processo social de construção e de transformação desse conceito situado no limiar do século XIX, época em que o ‘nordeste’ era entendido como parte da região norte, e o Brasil categorizado em Sul e Norte, um século marcado pela “construção da nação e (em) que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 47).

Scoville (2011) aponta três vias para a especificação do Nordeste. A primeira delas está inscrita nas políticas de governo que visibilizam as divisões administrativas do país em regiões e em sub-regiões, concretizando o caminho oficial de demarcação territorial que

¹⁷ Esclarecemos que nessa seção, uma vez já tendo partido do acontecimento que foi o Projeto Seca, Xote e Baião trazemos *a historicidade como memória, como pré-construído*. Destacando que isso transforma o projeto empírico em um objeto teórico. A importância dessa historicidade é poder mostrar o processo de identificação, e, ou, contra identificação do sujeito aluno com o trabalho. Tudo o que aconteceu enquanto autoria está nessa relação, é pelo recorte que justificamos essa historicidade aqui descrita e interpretada.

resultou na atualidade em cinco regiões, uma delas o nordeste, asseverando que desse fato novos e importantes efeitos históricos foram propiciados.

Segundo o autor, o regionalismo, um sentimento anterior à divisão oficial e que aparece na literatura de meados do século XIX até a década de 30 (trinta), seria outro fator preponderante no discernimento do nordeste visto em suas multifaces como um registro da unidade territorial. O sentimento regionalista a que se refere Scoville (2011), reforça a construção de uma identidade nordestina, noção que necessita melhor ser elucidada por carregar antagonismos e visões pré-concebidas do lugar e dos sujeitos representados de forma estereotipada.

A questão da ‘identidade’ se apresenta como uma questão não resolvida. Assim, o discurso da identidade prevê um sujeito na condição da estabilidade, que assume que algo se marca, se demarca em forma de características que incidem numa identidade fixa, ou seja, somente fora da possibilidade limitadora do mundo, das vivências e das experiências é que podemos refletir sobre a condição da identidade, no capítulo seis produzimos fissuras nessa identidade especular.

Na perspectiva de Scoville (2011), o sentimento regionalista pode ser compreendido como uma intenção de valorização da cultura, tradições e costumes de certa região. Nesse ponto nodal, ele chama atenção para o fato de que outras interpretações podem dar elasticidade ao conceito servindo a “ordens, a interesses tanto particulares quanto públicos, tanto nobres quanto mesquinhos, tanto casuísticos quanto conjunturais” (SCOVILLE, 2011, p. 30-31).

Posteriormente, Scoville (2011, p. 31) acentua que as manifestações de sentimento regionalista se levantavam como um retorno “a quadros de centralização do poder, ou de favorecimento de algumas regiões em detrimento de outras”. A própria constituição da nação gerava estes pontos de deriva contrários e questionadores de uma pretensa unidade nacional e que podem ser entendidos como movimentos de reafirmação do local em detrimento a uma conformação de pátria que reúne em si uma lógica de “autenticidade”, de origem comum, de um patamar de referência discernida para todas as regiões.

Concordamos com Scoville (2011), que efetivamente pelo enfoque político “o regionalismo estaria em oposição ao nacionalismo durante os anos que se seguiram à Proclamação da Independência e, em especial, no período regencial do Império” (SCOVILLE, 2011, p. 31). Compreendemos, dessa forma, que este caminho do regionalismo, do sentimento que filia o nordestino à sua terra produz noutra mão, segundo Albuquerque Jr. (2011), uma idearia identidade da região, massificando uma referência pronta sobre a população.

Como em Althusser (1978, p. 30): “A palavra homem não passa de uma palavra.” É o lugar que ocupa e a função que exerce na ideologia e na filosofia burguesa que lhe confere seu sentido. Assim, o discurso que se conforma como regionalista além de ideológico é alienante pela imago que constrói, sendo ainda voluntarista e idealista a própria condição do sujeito que faz história por si mesmo.

Pelo que precede, a imago que recai sobre o nordeste “é uma *produção imagético-discursiva* formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 62, destaque nosso). Essa constatação reflete a problemática que impede outros sentidos, outras imagens que não recaiam no idealismo, na autonomia de sujeitos que configuram e legitimam no mundo o certo e o errado.

4.2.1 SECAS, RAÍZES DO NORDESTE

Scoville (2011) aponta que a posição antagônica a de sentimento regionalista como separatista, a partir da década de 1840, pelo menos nos meios intelectuais e culturais, já aparece associado ao “ideário do romantismo, do qual o nacionalismo era um dos aspectos característicos” (SCOVILLE, 2011, p. 31). Desponta, nesse interim, como fato notório para a particularização do nordeste, o fenômeno da seca, que é discutida pelo autor como a terceira via no contexto da caracterização dessa região brasileira fortemente marcada pela reiterada condição climática de falta de chuvas e consequentemente pelas mazelas sociais decorrentes da exploração e dominação sobre o trabalho, sobre o modo de produção do homem sertanejo, vítima dos limites naturais e sociais desse espaço geográfico e polarizado pela permanente luta de classes.

Assume Althusser (1978) que,

A luta de classes não se trava no ar, nem num campo de futebol convencional: está enraizada no modo de produção, e portanto no modo de exploração de uma sociedade de classes.[...] É preciso considerar a materialidade da luta de classes, sua existência material [...] em última instância, é a unidade das relações de produção de um dado modo de produção, numa formação social histórica concreta. (ALTHUSSER, 1978, p. 28)

De forma concreta, os discursos políticos, ideológicos, artísticos da época incidiram sob a formação dessa imago nordestina, consequência de um modelo “linguageiro bem específico que funciona apoiando-se sobre uma das propriedades fundamentais da linguagem: sua capacidade de construir o unívoco” (PÊCHEUX, 2012, p.56). Esse espaço de expressão

generalizada que recobre todo o nordeste é pano de fundo para um modo de produção e, portanto, de exploração, condição da ideologia burguesa se manifestar, de interpelar os indivíduos da seca.

Suplementando esta compreensão, ao tratar sobre o Nordeste, Albuquerque Jr (2001), o qualifica como filho das secas, repetimos, “produto imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como problema mais importante desta área” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 68). Assim, ele admite que a criação da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOS), no ano de 1919, foi preponderante para a modificação e para a cisão entre “Norte/ Nordeste”, sobre este mesmo fato, Scoville (2011) cita e reflete a luz dessa percepção que esta foi à motivação que levou a nomeação Nordeste.

Neves (2001) assinala que no ano 1932 ocorreu pela primeira vez a intervenção do Estado brasileiro em um período de seca no semiárido cearense, uma ação coordenada e centralizada.

[...] “quando a seca assumiu o caráter moderno que ainda hoje possui, as propostas de resolução ou de simples amenização da “questão climática” que assolava os Estados do “Norte” não passavam de respostas localizadas às invasões de retirantes famintos que assolavam as cidades, reivindicando trabalho e comida” (NEVES, 2001, p. 108).

Nesse sentido, o autor fundamenta que para além das irregularidades pluviométricas, a seca pôde ser vista como um fenômeno social inserido nas redes de relação e mediação política e socioeconômica, sobressaindo as sofridas condições de pobreza de parcela da população agravada pelos repetidos momentos de crise. Entendemos, então, que o fator de naturalização do evento seca consegue ser indagado e articulado na perspectiva governamental, portanto na instância do social, do político-ideológico que materializa pontos de vista, e ações de bases fincadas na dominação.

Evidentemente, essa percepção não produz tomada de decisão, no discernimento, ou, na desnaturalização dessa problemática que segue na contemporaneidade sendo tratada pelos governos na *radicalidade da constatação de um martírio humano determinado pela divindade e que deve ser cumprido enquanto sentença* (vai haver retomada desse dizer na poesia que analisamos - atravessamento do discurso religioso, embora com deslizes de sentido). É esse o direcionamento político do sentido da seca que foi historicamente trabalhado e inscrito na memória do nordestino sertanejo e nessa ótica de um sempre fenômeno da natureza, parafraseando Neves (2001) a seca sustenta suas raízes na sociedade brasileira, reforçando uma teia política e social oponente aos parâmetros estabelecidos da modernidade.

O texto de Albuquerque Jr (2011) deixa marcada a inscrição do povo da seca que (1877 a 1932) foram acomodados numa estrutura de marginalidade da qual “os sentimentos em relação à pobreza generalizada a que a seca dava visibilidade” os degradavam ainda mais. Constatando que uma nova relação entre retirantes, governantes e habitantes das cidades se tornou o fulcro de diversas ações voltadas aos miseráveis, por outro lado, essas ações representavam respostas às multidões de retirantes que mostravam suas necessidades, sua condição humana sendo apagada pela animalização da precariedade da sua existência material.

Impressionante, siderante o relato de Neves (2001), sobre o período de 1930 em que campos de concentração foram criados no Ceará para conter as massas de retirantes fugindo da seca.

[...] um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal no Ceará. A fim de prevenir a “afluência tumultuária” de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo os agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. Uma vez dentro do campo, o retirante era obrigado não só a permanecer nele durante todo o período considerado de seca, mas deveria submeter-se a condições de moradia, relacionamento, trabalho e comportamento regulados pelas normas irredutíveis ditadas pelos dirigentes indicados pelo interventor – prefeitos nomeados e engenheiros do IFOCS. Os campos, portanto, pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica. O controle dessa imensa população – o maior campo, na cidade do Crato, chegou a abrigar quase 60 mil pessoas – representou um gigantesco esforço de organização, que tinha seu contraponto nas ações violentas das multidões de retirantes que ameaçavam tomar em suas mãos a resolução de suas aflições (NEVES, 2001, p.109, destaque nosso).

Há um mundo degradado descrito na citação. Essa atualização de memória ativa a formação de um coletivo de sujeitos que compartilham, no mundo capitalista, da mesma dose de sujeição e que em suas aflições buscam, pela resistência, saída pela via do “direito que deve recair sobre todos”, mas que continua sendo privilégio de uns poucos humanos. Esse pronome indefinido *todos*, na lei, no social, no político, no cultural é uma falácia, nada mais que isso!

Parafraseando Pêcheux; Gadet, enunciamos que o ideal de igualdade dos cidadãos, inclusa aí a igualdade de humanidade é uma das condições para se efetivar a liberdade [...] Mas aí se organiza uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão política entre humanos e não humanos, nos moldes discutidos no capítulo I. Os termos Nordeste e seca, à época, parecem corroborar como exemplificação da paráfrase, localizados na segunda classificação e na noção alienante de representação desse indivíduo, a quem tudo falta.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p.17).

Os discursos emergentes sobre a direção dos sentidos que aproximam e fazem confundir Nordeste e Seca são reforçados na obra - *Perfil de Euclides e outros perfis* - Freyre (1987) cujo olhar se dissocia em duas percepções. Em uma o Nordeste é determinado pelas ações de combate às secas [...] mas “esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras El Greco é apenas um lado do Nordeste” (FREYRE, 1987, p. 5), ao que adiante entende como o Nordeste do gado, ou do sertão. E, por outro lado, o segundo Nordeste é o “de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa [...] arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão” [...] (FREYRE, 1987, p. 5), a este nomeia como Nordeste da cana-de açúcar, do litoral e da zona da mata.

A nosso ver, este trabalho de Freyre (1987) faz a representação social de dois nordestes particularizando-os e segregando-os, pelos costumes locais, o contexto da historicidade de uma mesma realidade, essa visão reproduz a atuação da ideologia, sempre presente, reforçando o que Althusser (sem data de publicação, p. 102), chama de representação da relação imaginária do sujeito com o mundo, sendo sua ação trabalho da própria ideologia que lhe interpela como tal. Dessa forma, retumba como separatista essa classificação de Freyre (1987), se desdobrando em nordeste do “litoral” e do “sertão”, “em que, apesar de se perceber uma relação com a divisão socioeconômica “açúcar” e “gado”, o privilégio recai sobre os aspectos fisiográficos” (NEVES, 2001, p. 51, destaques do autor), concluindo que esta divisa possui fronteiras moventes e interligadas.

Dessa maneira, renovando o debate em Albuquerque Jr. (2011), e seguindo sua linha de interpretação sobre o Nordeste, o que sobressai como urgente é a sempre necessidade de se complexificar esse espaço, averiguá-lo sob a ótica do poder que o edificou com seus objetivos. Por isso mesmo, a memória e a historicidade que cercam o nordeste e seus filhos devem mobilizar dispositivos outros, como o da resistência política que subsidiem a modificação das práticas repetidoras e justificadoras do preconceito.

4.2.2 RETIRANTES - “Até mesmo a Asa Branca bateu asas do sertão”

Segundo Neves (2001), a temática dos retirantes prevaleceu fortemente em 1930 refletindo especificamente a conexão entre estes e os governantes. Essa relação ocorre em um campo mal delimitado quer seja pelos costumes tradicionais da vida sertaneja, quer seja, pelo “liberalismo oligárquico” que dominava a esfera do Estado no Brasil, com todas as suas peculiaridades.

Argumenta, vigorosamente, Neves (2001):

[...] as demandas apresentadas pelos refugiados da seca, nesse contexto, eram recebidas pelas autoridades ora com desdém – confiantes na capacidade do mercado de reequilibrar-se por si mesmo e na secular submissão do homem do campo –, ora com temor – diante das possibilidades de revolta contidas na formação da multidão como agente de organização popular. No segundo caso, porém, as intervenções no mercado de trabalho e alimentos se tornavam comuns, regulando a ordem econômica para que a miséria e a fome não se alastrassem a níveis insuportáveis, destruindo *as redes de relações sociais e políticas que mantinham – ou pretendiam manter – o homem preso aos vínculos da dependência pessoal, da obediência e da submissão*. Do ponto de vista dessas autoridades, foi daí – deste alastramento da fome e do risco da mortalidade em massa – que surgiu a reação destruidora dos retirantes, como um “espasmo” de preservação última da vida. (NEVES, 2001, p.141, destaque nosso).

Sublinha-se nesse registro de forma delineada a principal preocupação política dos governantes, “*manter o homem preso aos vínculos da dependência pessoal, da obediência e da submissão*”. Qualquer tentativa de inclusão amenizando os sofrimentos da seca vem travestida pelo desejo de por meio dela combater com o homem sertanejo, deixando-o na ilusão de que é enxergado, de que possui um “porta voz” reclamando saída definitiva para a situação. Não temos dúvida que no presente estas ideias, de forma uníssona, endossam os discursos dos nossos governantes que ‘inflamados de amor pelo sertanejo’, fazem o julgamento do passado inerte, da falta de vontade dos que puderam e não quiseram, se auto sentenciando inocentes, “vozes ativas” a favor do povo nordestino.

A memória que separa o ontem (1938) e o hoje (2020) desse insistente discurso da política, também justifica no momento uma descrença máxima naqueles que olham e fecham os olhos para as demandas reais, que se dizem às ordens, mas apenas do poder, do dinheiro, da propina, dos acordos e conchavos políticos amarrados em gabinetes. Para Neves (2001), quando

O liberalismo predomina [...] direcionando as políticas sociais, o conflito com os padrões paternalistas se estabelece com maior intensidade; nestes momentos, a resistência “moral” se fortalece e ganha visibilidade em ações, muitas vezes, violentas. (NEVES, 2001, p. 114, destaque do autor).

Assim, o drama dos retirantes ganha repercussão nacional, rompendo os limites administrativos e servindo de pauta para as artes e a mídia que amplamente a divulg(a)ou, legitimando uma imagem discursiva sobre o nordeste e sua gente. Arrazoa Albuquerque Jr (2011, destaque nosso) que a repercussão na imprensa nacional sobre a seca [...] foi (é) fundamental para a legitimação desse discurso, “*miséria e sofrimentos* sobressaem como características [...]”. Ainda segundo Albuquerque Jr, (2011, destaque nosso), este foi um momento em que ela (a seca) foi desenhada como integrante do discurso sobre o Nordeste, justamente quando “transcendeu a questão econômica, abalando o status quo e a dominação do espaço”.

A racionalização do discurso da seca em sua formulação canônica reproduz uma ótica limitada sobre “o mundo Nordeste” e sua diversidade, provocando apagamentos e a reiteração de um “mundo” em ruínas, “enaltecido” como exótico, engraçado, anacrônico. Nesse ponto, Orlandi (2016, p. 22), constata que “a razão implica a compreensão de que não é possível constituir-se uma comunidade de seres humanos se não forem respeitadas as premissas da universalidade e individualidade”. (*Apud* M. Acselrad, 2006), ou seja, o pensamento da conexão entre “tudo e todos” é utópica, distância entre o “que é” e o “que devia ser”.

Trazemos do nosso *corpus* mais uma imagem, num gesto de aproximação com esta discussão, pensando na retomada do nordeste, refletindo sobre estas outras formulações que se tecem a partir do contexto histórico-social.

Figura 4 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.



Fonte: Oliveira (2012).

Nesse cenário, a questão da migração produz a ‘representação’ da figura nordestina, estabelecendo na relação especular uma imago, conforme veremos em nossa análise no capítulo seis, cujas fronteiras distinguem pessoas pelo estereótipo, sem o devido aprofundamento do que é, mas não foi visto, do que poderia ser, mas o imaginário, pela condição da alienação, não permitiu. Afirma Spivak (2010): “O sujeito não é visto como uma consciência representativa (uma consciência que “re-presenta” a realidade adequadamente)” (SPIVAK, 2010, p.32). Por isso mesmo, a imagem nordestina cristalizada é fruto do desdobramento do olhar externo que se estreita, se torna pequeno e circular - “Ao representá-los [...] representam a si mesmos como sendo transparentes” (SPIVAK, 2010, p. 33).

Aproximamos essa interpretação da visão de Mariani e Medeiros (2011), quando ao estudar a fotoreportagem chama à atenção para o fato de que esta acena para uma narratividade, provoca ruptura com a objetividade proposta pelo discurso jornalístico. É esse efeito de ilusão, de percepção do todo na imagem que queremos negar, para alcançarmos outros efeitos, aqueles inscritos em redes significantes da memória discursiva “em que lembrar se faz na tensão com o esquecer” (MARIANI; MEDEIROS, 2013, p. 13), e a evidência se estilhaça, propondo interpretações para aqueles que desconhecem as memórias que as inscrevem.

Narratividade que nas palavras de Orlandi (2017, p. 309), contribui para o entendimento dos processos de formulação, de significação e movimentação dos sentidos. A imagem-narratividade propiciando, de forma indireta, acesso à constituição dos sentidos no sujeito e se colocando como espaço de observação de como a memória é contada pela formulação.

De fato, a imagem aqui concebida como materialidade, unidade de análise, textualiza o político, pelo funcionamento da memória no sujeito, pela ação da narratividade. O efeito de evidência tende a apagá-lo, produzido um sentido único em detrimento a outros que são silenciados. Não estamos aqui afirmando que a imagem em debate não ateste processos identitários sob o efeito ideológico constituinte do (s) sentido (s), contudo se insere a partir de certos detalhes captados, o que Barthes (1984), trata como punctum – possibilidade de outras interpretações, lapsos que nos encaminham para a incompletude da linguagem e do sujeito.

Assim, concebemos com Souza (2011, p. 393), que:

[...] dado o caráter de incompletude da linguagem e dado o caráter da textualidade do não verbal, haverá sempre a possibilidade de se instituírem outros pontos de vistas: já que o punctum é histórico e da ordem do interdiscurso [...].

No nosso caso, de imediato, a posição dos corpos alçados, erguidos, endurecidos, se confrontam com a narrativa do *Vidas Secas*, (que compara os personagens à animais, como

veremos nas sequências discursivas adiante) (re) significando a memória deste dizer e possibilitando diferentes interpretações, sob outras condições de produção.

Importante, também, nesse debate citar o texto – *Ante el tempo - História del arte y anacronismo de las imágenes* - Didi-Huberman (2008), trazendo a compreensão de que a imagem está relacionada com o tempo e que admirá-la, senti-la é encontrar-se com o tempo; noção que traz à tona questões como fraturas e ritmos, ambas atreladas à imagem. O autor, assim, expõe as peculiaridades que associam o tempo à imagem e da conexão que ela produz refazendo inúmeros presentes reconstruídos pelo olhar e pela mobilização da memória, *todavía* conforme Pêcheux (1999), essa imagem se torna opaca, negando a condição da transparência que se dá plenamente na representação.

Desse modo, nas fraturas e nos ritmos concebemos os furos necessários para a deslinearização, a desnaturalização do olhar enviesado que gera uma unidade fechada na imagem nordestina emoldurada pelo tempo que o contorna. Para Didi-Huberman (2008) frente a uma imagem, não obstante seu tempo, se produzida recentemente, ou, se antiga, acontecem as ressignificações do presente e do passado, estabelecendo pela ação do segundo a construção da memória e na dinâmica temporal, ele observa o quanto às imagens sempre possuíram, conduziram e produziram a memória, no nosso estudo especificamente, a memória discursiva, “*a morada dos sentidos*” (FERREIRA, 2012, p. 14, destaque nosso).

A condução e produção da memória sobre os retirantes nos limites simbólicos da imagem se desdobra em pelo menos dois pontos, para os quais chamamos à atenção:

O Primeiro, segundo Neves (2001, p. 118, destaque do autor), na visão dos técnicos, os retirantes “deveriam ser distribuídos pelo território em obras e serviços a serem definidos [...] inseridos em relações de trabalho que não dominavam [...] Esta racionalização dos socorros evitaria a “esmola desmoralizante””. A partir desse ponto, as correntes de migração se fortaleceram, provocando o egresso dos nordestinos que sem opção se lançavam a sorte da vida em busca de melhorias, desterrados do seu chão batem em retirada, “como a *Asa Branca*”, mas junto do sonho de uma vida nova, o sonho do regresso também se edifica como fortaleza motivadora da luta.

O segundo ponto é propiciado por uma abertura do primeiro, podendo ser ilustrado e justificado, na obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Muniz Albuquerque (1999), em que o nordeste é percebido como espaço da saudade, a saber:

O nordeste foi construído como espaço da saudade, do passado, não apenas por aqueles filhos de famílias tradicionais e seus descendentes que acabaram entrando em declínio com as transformações históricas ocorridas neste espaço, desde o final do

século passado. É também espaço da saudade para milhares de homens pobres, do campo, que foram obrigados a deixar seu local de nascimento, suas terras, para migrar em direção ao sul, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, para aonde iam a busca de empregos, na pujante agricultura comercial, mas, sobretudo, no parque industrial que, a partir da primeira guerra, se desenvolve aceleradamente. (ALBUQUERQUE, 1999.p. 51).

Pelo que precede, avaliar os silêncios e silenciamentos constituintes desse espaço de êxodo e de saudade requer perscrutar a história, questionando as estruturas do poder geradoras do sujeito emigrado oprimido. E dessa forma, o passado iluminado pelo presente será capaz de favorecer o entendimento de que a revolta e a resistência são os melhores caminhos diante da insuficiente ação política de combate a seca e outras mazelas e que tem atravessado todas as contemporaneidades, em contínuos “Atos de contrição fingidos, memórias inventadas, desfiles de falsos heróis e de verdadeiros charlatões” (COLLIN, 2008), de opressores.

A escassez, portanto, não seria um fato natural, mesmo se relacionada a um fenômeno climático, mas resultado de uma dada forma de relações sociais que perpetua as desigualdades e baseia-se na produção de conflitos generalizados de interesses. (NEVES, 2001, p. 124, destaque do autor).

Reflexionar desse modo é reterritorializar, mover-se contra a lógica estabilizada, é ter acesso a outros sentidos de “realidade”, outras posturas de interpretação, tentativas de trapacear o discurso dominante, mesmo agindo sob seus ‘inequívocos’ efeitos. De fato, nordeste é um mundo enraizado na dominação e somente escorregando pelos espaços de ruptura, na transgressão possibilitada pelo simbólico poderemos aprofundar nossos olhares, provocando a irrupção na exatidão e autenticidade (im) postas pela imagem-imaginário do olhar externo que recobre este território brasileiro.

Por outro lado, a politização do aspecto cultural é um desses espaços simbólicos que funcionam como nascentes de resistência, de ampliação de discursos na heterogeneidade do sujeito-outro e na alteridade que se materializa na expressão do plural. Nesse contexto, o trabalho de Luiz Gonzaga do Nascimento, músico, compositor nordestino, se destaca contemplando o cenário da seca, produzindo o histórico-cultural poético do sertanejo em sua condição de humano vulnerabilizado, de retirante que vai desenhando seu caminho de ilusões e se fortalecendo por meio delas.

Luiz Gonzaga inscreveu na história, na cultura e na arte o xote, o baião e o xaxado popularizados como ritmos do nordeste, narrativas que reatualizam sobrevivências. Por meio destas o homem da caatinga ganha “voz” e o nordeste, espaço discursivo da seca, no entremeio da língua, da ideologia, do inconsciente vai sendo (re) significado, os sentidos se agitam e entre

o mesmo e o diferente vão se constituindo. Tais questões demandam análise mais aprofundada, destarte no capítulo seis nos deteremos a ela.

5 O DISCURSO PEDAGÓGICO

Primeiramente, é necessário, retomar questões pontuais sobre o sujeito do discurso, insistindo na sua condição de assujeitado pela ideologia, marcado pelo inconsciente, e produzindo sentidos sob o efeito de esquecimentos. Conforme Pêcheux (1975), estes esquecimentos são da ordem da enunciação, quando falamos de um modo e não do outro, formando-se as famílias parafrásticas, e com elas as redes de sentidos que visibilizam a possibilidade de uma multiplicidade de dizeres; e o outro é da ordem da ideologia, em que o sujeito se concebe na origem dos discursos, fonte dos dizeres sem perceber que há sempre um retorno ao já construído.

Com esta constatação, compreende-se que a simbolização das relações de sentido e de força que se presentificam no texto passam pelo seu processo de historicidade, ao que explica Orlandi (2015, p. 66), se tratar do acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Seria a própria trama dos sentidos sendo tecida, levando em consideração as condições de produção, que por sua vez asseveram a condição do ser sujeito assujeitado nessa construção.

Então, Orlandi (2015), ao desenvolver a concepção de discurso a faz firmando-o na condição de palavra em movimento, de um espaço em que é possível perceber o homem falando, o homem edificando por meio do simbólico suas relações, enquanto sujeito ideológico, político e social. Essa explanação se respalda, fortemente, nas palavras de Pêcheux (1975), quando enuncia que não há sujeito sem discurso e não há sujeito sem ideologia, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, premissa ímpar para o funcionamento da língua, segundo o autor.

Dessa forma, Orlandi (2015), considerando as tipologias, pelo viés da análise de discurso e dentre elas aquelas que refletem as diferenças institucionais e suas normas, menciona que para o analista elas não são uma questão central, uma vez que, para além do tipo de discurso, o seu modo de funcionamento é que se torna a questão chave, sob uma etiqueta, uma identificação. Mas, é olhando as características internas do processo discursivo, tais como - condições de produção, remissões e modo de funcionamento, que o analista estará, de fato, debruçado sobre a relevância do seu objeto de estudo.

Conforme apresentamos no capítulo dois, Orlandi (1987), estabelece que o discurso pedagógico é um discurso circular, um jogo entre as coisas que se garantem e aquelas que buscam legitimidade. É a sua ligação com a escola enquanto instituição que faz o discurso pedagógico ser aquilo que ele é, propondo como já colocamos critérios para estabelecer modos

de funcionamento do discurso pedagógico, observando as condições de produção, sua relação com a produção dos sentidos e seus efeitos.

Orlandi (2015, p. 85), apresenta, então, o discurso autoritário, o polêmico e o lúdico como modos de funcionamento do discurso pedagógico. Para a autora o discurso autoritário se marca pela repetição, pela paráfrase, pela ausência do referente, ou seu apagamento, se impõe o locutor sob o interlocutor; na forma do discurso polêmico a polissemia é controlada, há disputa pelo referente entre os interlocutores; no discurso lúdico a polissemia é aberta, os interlocutores se expõem aos efeitos da presença do referente, não há, pois, regulação e a possibilidade de reversibilidade é plena.

Pelo que se anterioriza, é imprescindível pontuar ainda que a reversibilidade na relação dos interlocutores faz parte do critério de distinção desses discursos, conforme assevera Orlandi (1987, p. 29): o discurso autoritário procura estancar a reversibilidade; o lúdico vive dela; no polêmico, a reversibilidade se dá sob condições. Dessa maneira, a tipologia deve incorporar a relação do movimento da linguagem com as suas condições de produção, num determinado contexto imediato de enunciação e amplo dadas às determinações histórico-sociais, isto é, observando a sua “dimensão histórica e seu fundamento social” (ORLANDI, 1987, p.153).

Intencionamos trazer presente a forma/matriz como Lacan (1992) caracterizou o discurso no liame social, estabelecendo lugares e funções fixas desses discursos e em que “[...] há uma referência da parte do sujeito em relação ao outro [...]”. (JORGE, 2002). Os lugares e funções apontados por Lacan (1992), revelam que o [...] discurso apresenta uma verdade que o move, sua mola propulsora, sobre a qual está assentado um agente, o qual se dirige a um outro/ produtor, a fim de obter deste uma produção” (JORGE, 1997, p. 158).

Então, dispomos a seguinte forma fixa, segundo Lacan (1992):

Gráfico 1 - Estrutura Fixa de Lugares no Discurso em Lacan.

Agente	Outro
verdade	Saber

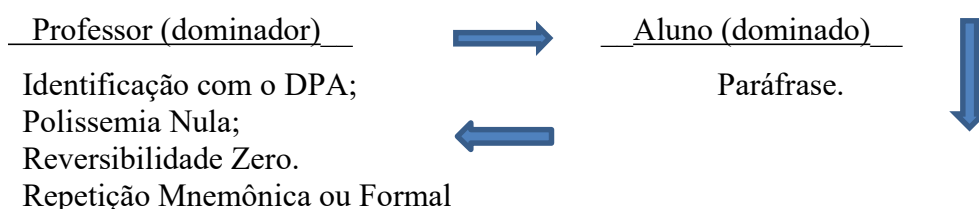
Fonte: Lacan (1992 [1969-1970]).

Explicitamos que para Lacan (1992), o agente corresponde ao dominante, assentado sobre uma verdade que sustenta o discurso, (determinando o campo do sujeito); o outro designa o para quem se destina o discurso e o saber é a produção, o efeito do discurso, sob a condição de uma verdade. Evidentemente, nosso objetivo não é desenvolver a tese lacaniana dos quatro

discursos, nem a opor ao que estamos estudando, mas, *unicamente*, a partir dessa estrutura fixa de lugares, *produzimos nossa leitura sobre o discurso pedagógico* desenvolvido por Orlandi (2015) materializando a nossa compreensão sobre esta temática debatida pela autora.

Estamos, à vista disso, concebendo que o professor está na função do agente, o outro é a posição do aluno, o saber é a produção originada nessa relação, a verdade é o que apoia o discurso do professor e o saber que é gerido entre ele e o aluno. Balizados, desse modo, pela argumentação de Orlandi (2015-1987) sobre o DP, um dizer institucionalizado, de caráter puramente cognitivo informacional, com o distanciamento entre emissor e receptor, poderíamos estabelecer, como interpretação nossa, a seguinte forma das condições de produção do discurso pedagógico autoritário (DPA):

Gráfico 2 - Condições de Produção do Discurso Pedagógico Autoritário.



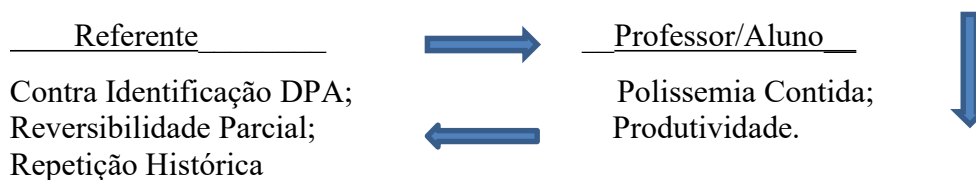
Fonte: Autor (2019).

Pelo exposto, dada a relação não tensa entre professor *versus* aluno, a produção é parafrástica e está assentada perante a “verdade” das “coisas garantidas” (Orlandi, 1978, p.27), que sustentam a posição legitimidade (dominadora) e apontando que nessas condições a circularidade e a identificação plena com os saberes da formação discursiva do DPA são predominantes, a possibilidade de reversibilidade na relação dos interlocutores é nula. Dessa forma, depreende-se que no espaço escolar, os sentidos estão postos em uma relação de unicidade prevalecendo à noção de “sentido literal” e negando o efeito ideológico elementar; este é um posicionamento fechado, guia das diversas práticas e atividades de leitura e escrita da escola.

Camuflado como veículo de informação o DPA se aproxima do esquema de comunicação que toma a linguagem como instrumento, nesse espaço o saber do professor é legitimado na forma de ciência, apropriação que ele faz para exercer a função dominante no processo, assumindo uma posição não mediadora. Dessa vertente, trabalhando com o discurso nos afastamos, acreditando residirem aí evidências que a limitam e nos aproximamos da ótica da linguagem constitutivamente contraditória, incompleta e marcada pelo social, a incompletude aqui pensada como a ‘vida’ da linguagem.

No DP polêmico teríamos a seguinte dinâmica sob outras condições de produção:

Gráfico 3 - Condições de Produção do Discurso Pedagógico Polêmico



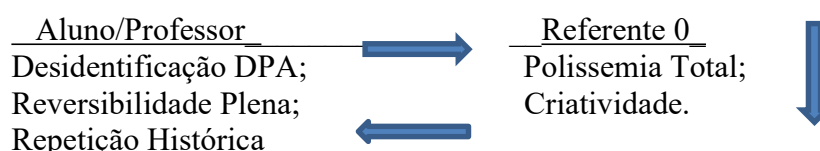
Fonte: Autor (2019).

Aqui o referente é o dominante, ele é disputado parcialmente. Está bem acentuada nessa concepção a ‘interação’ na interlocução pela forma como se colocam os interlocutores criando a possibilidade da assunção da autoria. Assim, há a negociação na posição de dominância em relação ao referente, que se apresenta como possível, apesar das condições que ainda se impõem “sob perspectivas particularizantes que procuram, lhe dar uma direção” [...] “o objeto de discurso é mantido como tal e os interlocutores se expõem a ele” (ORLANDI, 1987, p.154).

O jogo da alteridade é presentificado se revezando e buscando a simetria, condição discursiva na qual o pedagógico deve se inscrever. Para nós, esta inscrição exporia, pensando na luta de classes, a possibilidade do deslizamento e de outros sentidos serem alcançados, legitimados, pela viabilidade de se poder dizer (não só pelo que se diz). “No polêmico a relação com a referência é respeitada: ‘a verdade’ é disputada pelos interlocutores” (ORLANDI, 1987, p. 155). Destacamos, nesse nível, que a repetição não é reprodução, mas retomada, com os devidos deslizamentos.

Finalmente, no funcionamento do DP lúdico disporíamos da seguinte relação:

Gráfico 4 - Condições de produção do Discurso Pedagógico Lúdico



Fonte: Autor (2019).

O esquema interpretativo desse discurso indica o aumento da negociação de forma plena entre os interlocutores, marcando a ruptura com o autoritário do DP. Assim, dessa relação à produção alcança o novo, a polissemia aberta (ORLANDI, 1987, p.154), se destaca

carregando a criatividade sustentada sob a desidentificação dos interlocutores com o DPA, há reversibilidade total entre estes mesmos interlocutores.

Dessa maneira, o aluno é o agente do lúdico que questiona o outro (o professor), produzindo a polissemia. O referente fica fora desse discurso, pois se a polissemia é total, não há referente.

Então, Orlandi (1987), ratifica que o DP se dissimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação ante a rubrica da cientificidade, “[...] O que se explica é a razão do é-porque-é e não a razão do objeto de estudo.” (ORLANDI, 1987, p.30). Logo essas estruturas fixas que exemplificam seu modo de produção determinarem os lugares e posições dos interlocutores, em que o professor assume a condição do cientista, daquele que sabe, se mostrando como “voz mediadora”, [...] “em que dizer e saber se equivalem” (ORLANDI, 1987, p. 31).

Ou seja,

[...] O professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender. O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe: a isso se chama escolarização. (ORLANDI, 1987, p. 31).

Por tudo quanto precede, é validada a noção de circularidade da produção textual na prática de ensino escolar, cabendo dentre outras coisas, problematizar a ideia de texto difundida nessa instituição, entendimento igualmente globular, fechado, composto de etapas definidas (com início, meio, progressão e fim), destinando-se a correção e avaliação docente sobre o discente. Essas provocações criteriosamente se mostram como alargadoras dessa visão ingênua (pela falta de reflexão) e mimética, no sentido de seguir o pré-estabelecido pelo discurso pedagógico autoritário, tomando assento confortável sob os materiais didáticos que são o coração do ensino de língua materna no Brasil. Então, com Gallo (2008) perguntamos: Qual a noção de texto difundida nas escolas? Como esta noção pode ser polemizada tomando o conceito de imbricação material (tal como proposto por Lagazzi, 2011)? Qual o limite de um texto?

E, diante dessas indagações, debruçados sobre a discursividade das imagens e poesias em análise nessa tese, *a priori*, mencionamos como perceptível que, de fato, a concepção de texto foi ampliada no horizonte da escola. Nesse sentido, na textualização desses discursos produzidos identificamos vários efeitos “fecho”, e estes foram dando unidade a uma série de coisas dispersas em relação ao Projeto Seca Xote e Baião, a saber: um texto se fecha na escrita de poesias, outro se fecha na publicação desse material, nas fotografias, outro na

apresentação aos pais e a comunidade escolar, ainda na publicação do livro *Mestres da Educação* (2012) idealizado pelo Governo do Estado da Paraíba (quando o projeto foi premiado).

5.1 A TEXTUALIZAÇÃO E O EFEITO-TEXTO

Pelas noções que se antecedem, na perspectiva discursiva toma-se o texto como produto da língua materializando o social, o histórico e o ideológico, problematizando-o quanto ao seu funcionamento e enquanto uma unidade de análise. Assim, Orlandi (2015, p. 67), esclarece que o texto não é definido pela sua extensão, podendo ter desde uma só letra até muitas frases, não sendo delimitado por esse quesito, mas extrapolando essas bordas, transbordando para o modo como este significa, com investimento em fazer perceber a sua opacidade, sugerindo ir além das evidências de um dizer único e soberano, fundando novas maneiras de entendê-lo, de interpretá-lo.

Logo, texto é concebido como uma unidade de análise, formado por diversas outras materialidades e atravessamentos, feito “[...] de som, letra, imagem, sequência com uma extensão, (imaginariamente) como começo, meio, fim e que tem um autor que o representa em sua unidade, na origem do texto, “dando-lhe” coerência, progressão e finalidade” (ORLANDI, 2012, p. 64, destaque da autora).

Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica (ORLANDI, 2015, p.67).

Para Orlandi (2012, p. 63), a Análise de Discurso vai articular a relação da linguagem com os modos de produção social, reiterando a presença sempre já lá de um sujeito marcadamente atravessado pela ideologia. Chama-se à atenção para o fato de que dentre as diversas formas em que o social é produzido, o simbólico se destaca enquanto prática e esta quando materializada é o próprio discurso.

Dessa forma, pode-se demarcar um trabalho com o texto para além das suas marcas e de seus dados, relacionando processos que contribuem para sua significação, implicados dentro de uma prática e não em um objeto finalístico. Para Gallo (2008, p. 43, destaque da autora), “[...] não há TEXTO enquanto um objeto que tenha uma existência independente da prática de sua produção (ou de sua reprodução)”. O que implica com ela concluir que é no

processo de textualização que ocorre a produção textual, podendo sempre ser reaberta, reiniciada, reinventada, abrindo a possibilidade de outras múltiplas formas de ler.

Nesse viés, quando Orlandi (2012, p. 63, destaque da autora), discute a materialidade simbólica como sendo um “efeito de sentidos entre interlocutores”, ela possibilita traçarmos uma conexão entre a língua e a história fazendo sentido, construindo uma significação que envolve mutuamente sentidos e sujeitos. Indo além dessa conexão, chega-se a concepção de que as diversificadas formas de leitura do texto se dão, igualmente, nessa relação de efeitos de sentidos atrelados a questão da interpretação, afinal como menciona Orlandi (2012, p. 63): “A rigor, não há língua, sem interpretação, e, ao interpretar, ancoramos na textualidade”.

Nas palavras de Gallo (2008, p. 43, destaque da autora): “O TEXTO é definido pela sua inscrição, pela sua escritura. Considerando, então, TEXTO como sendo um efeito de TEXTUALIZAÇÃO” [...]. Desse modo, ela propõe o conceito de textualização, em que o texto não se dá como objeto, mas como um fragmento em sua condição de provisoriedade, de uma estabilização igualmente provisória e fruto de um funcionamento processual em que sua tessitura se deu e a este processo, na condição de sujeito que interpreta, todos são subordinados.

Nos termos de Gallo (2008), textualização é:

[...] uma prática de fixação, de “escrituração” de um fragmento. Nessa perspectiva não se tem jamais um texto em si (como objeto). O que se tem é um fragmento determinado, estabilizado, resultado de um trabalho, um funcionamento: a prática de sua produção [...] (GALLO, 2008, p.43, destaques da autora).

Importante realçar nesse funcionamento que o texto vai sendo produzido na imbricação de diversos momentos de significação em que a historicidade e a memória foram desenvolvendo seus papéis, formulando sentidos, realizando a discursividade que o marca enquanto um produto. Assim também, o texto vai se individualizando, conforme Orlandi (2015, p. 68), como uma unidade – conjunto de relações significativas, ao que explica a autora, unidades complexas, resultantes da articulação linguístico-histórica.

Especificamente, nas imagens e poesia do Projeto Seca, Xote e Baião, ambas relacionadas a um mesmo referente - a seca que permanentemente assola o sertão nordestino, se tem em curso sujeitos alunos inscritos no discurso pedagógico, se colocando na origem dos dizeres, no exercício do seu assujeitamento, sem assim perceber-se e, portanto, não absorvendo esta instância, todavia apagando-a e produzindo sentidos imbuídos no efeito de transparência e unicidade, no efeito de evidência, segundo Pêcheux (1988 [1975], grifo do autor), replicamos: [...] inclusive aquelas que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um

significado”. Sujeitos, processualmente, buscando definir uma unidade fechada de linguagem, mobilizando para tanto a língua, a história, no permanente enfrentamento de um complexo de formações ideológicas com dominante, conforme Pêcheux (1988), manejando no construto do texto a discursividade sempre presente nessa conjuntura que envolve sujeitos, sentidos, esquecimentos e condições de produção.

Assim, os sujeitos-alunos que ‘não possuem o domínio da linguagem’ a mobilizam pela mediação com o social, afinal ao tratarmos da linguagem como relação mediadora não estamos instrumentalizando-a, mas fazendo elaboração sobre a relação constituinte, portanto processual, em que a mediação é ação “que modifica, que transforma” (ORLANDI, 1987, p.25). Toda essa discussão é centrada no eixo em que a linguagem é trabalho resultante da interação simbólica entre homens e realidade social, dessa junção e movimentação a produção de materialidades se nos apresentam como produtos especificadamente sociais.

Assim, o entendimento nesse trabalho sobre a produção de sentidos não se afasta dos processos históricos e sociais que estão na base da linguagem na relação da incompletude, da linguagem que não é produto. Afirmo Orlandi (1987), que a Análise do Discurso é uma privilegiada, uma vez que seu objeto pode ser tomado como instância de se produzir linguagem, “no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é social” (ORLANDI, 1987, p. 26).

Nesse contexto, convém notar que em um texto as palavras mudam de sentido a depender da formação discursiva e que ele se define como um produto heterogêneo, sejam pelos aspectos materiais que o formam, sejam pelos aspectos da linguagem em suas múltiplas facetas, exemplificando Orlandi (2015, p. 68), a linguagem oral, escrita, científica, literária, narrativa, dentre outras. E, pontuando ainda que essas variações presentes no texto são também marcas das formações discursivas que o atravessam, embora ele se organize em torno de uma formação discursiva dominante.

Pode-se constatar que a constituição de um determinado discurso se dá pela dispersão de diversos discursos e textos, daqueles produzidos pela coletividade dos que o compõem. Como paradigma, podemos observar o discurso universitário, todos os textos que se formam em seu entorno se agregam a ele constituindo-se discurso universitário, destaca Orlandi (2015).

Outrora, nesse trabalho, se afirmava que o texto tratado discursivamente tem dependência com a ideia de unidade de análise, agora aprofundamos essa percepção com a

noção de imbricação material¹⁸, discutida por Lagazzi (2011). Ela apresenta o texto nessa condição de funcionamento, com diferentes materialidades significantes imbricadas, uma concepção que traz consequências outras para se pensar a própria noção de texto.

Convém pontuar que o trabalho da análise de discurso se assenta na perspectiva materialista, se insere em práticas sociais, portanto vai além das formas abstratas, mas sem ignorá-las, unindo-as às formas materiais da linguagem. Conforme Orlandi (1995, p. 35), “[...] todo processo de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria, entendendo a autora que a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a constitui, ao contrário, é na prática material significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente”.

Assim, as imagens e poesias dos alunos são o resultado de práticas sociais e pensando na função-autor, por meio das condições de produção e da situação discursiva, muitas coisas se dão a ler. Há, portanto, gestos particulares que resistem na resistência, sujeitos-alunos na mesma posição, mas cada um a seu modo (resistem mais uma vez) uma dobra na forma de pensar a questão da resistência discursiva, pela via da imbricação material que traz o discursivo na forma do pedagógico, estando esse também imbricado na literatura, na cenografia (outro discurso), na fotografia, sendo, portanto, possível apontar aí as marcas da falta, do equívoco, pela imbricação e na incompletude da linguagem.

Repetimos que estes sujeitos estão marcados na imbricação, com um discurso afetando o outro discurso, não se tecendo como um discurso sobre, pois, o sujeito não está em outra posição para falar de um discurso, mas ele se marca ali, está posto no efeito de neutralidade, na evidência dos sentidos. E estão imersos numa prática discursiva, restituindo pelo histórico-social a linguagem que os envolvem no jogo da memória, entre o mesmo e o diferente.

Por estas especificações, o trabalho com o simbólico se sobressai no movimento pendular entre paráfrase e polissemia (ou em pontos em que o mesmo é fragmentado, diminuído) e no funcionamento das diferentes linguagens observando “aquilo que constitui uma relação produtiva na semelhança entre elas, e distinguir o que é lugar de particularidade irreduzível e de diferenças constitutivas da especificidade dos distintos processos significantes dessas diferentes linguagens” (ORLANDI, 1995, p.46).

Aqui, retomamos Orlandi (2015, p. 68), percorrendo sobre o discurso quando o considera como uma dispersão de textos e o texto como uma dispersão do próprio sujeito em

¹⁸ Entendemos com a autora que essa noção polemiza a noção de texto, questiona sobre seus limites.

sua ação de produção. Aspecto semelhante ao que Gallo (2008, p. 49), também menciona indo na contramão da tendência que visa à estabilização em forma de texto, a percepção de que a condição de sua produção se dá pela contensão da dispersão.

Entendemos, desse modo, que as imagens e poesias do Projeto, Seca, Xote e Baião refletem a interiorização e a significação do ser sujeito sertanejo, inserido no ‘cenário’ emoldurado pela seca, mas igualmente feito de lutas, desafios, sonhos e de uma sempre viva esperança. Estas materialidades foram sendo tecidas nos gestos de controle da dispersão, na busca de um fecho¹⁹.

Assim, a unidade é um efeito histórico estabelecido pelos lugares de memória, no caso a obra *Vidas Secas*, pelas experiências do convívio com a seca, pelas memórias atravessadas que marcam as fotografias e que vem de outros discursos já postos e esquecidos pelo efeito ideológico elementar, este produz a noção da não opacidade da linguagem (Orlandi, 2012, p.102), incidindo sobre o processo de textualização, produzindo sentidos nessas materialidades aqui abordadas; textualização que ocasionou a contenção da dispersão de sentidos e gerou um fechamento, aquilo que Gallo (2008, p. 50, destaque da autora) chamou de efeito-TEXTO.

Em conformidade com Gallo (2008, p. 50, destaque da autora), destacamos que: “A unicidade e o fechamento na linguagem é exatamente um efeito que estamos chamando de TEXTO, produto da prática de TEXTUALIZAÇÃO”. Logo, essa unidade, tratada por Gallo (2008), é tomada como um efeito que se produz na busca de estabilizar, retomar os sentidos que estão presentificados em todo o processo dessa construção e não no produto final (texto). A autora chama de fragmento, e não de texto esse produto, fazendo referência “à matéria linguística e ao objeto empírico, que quando concebido desse modo é sempre opaco e intratável” (GALLO, 2008, p. 40).

Convém ressaltar em Orlandi (2012, p. 64), que visibilizar o texto como uma prática discursiva faz abrir o que até então estamos chamando de unidade fechada, que é o texto em si mesmo, e pensá-lo enquanto matéria do simbólico, expandindo diferentes formas de leitura, fato este que para a autora faz perceber o processo de textualização do discurso e suas particularidades. Nessa abertura, é possível perceber a textualização como um processo com

¹⁹ Os sujeitos-alunos ao produzirem a leitura da Obra *Vidas Secas*, ao debatê-la, ao fazer anotações, tendo ainda participado de oficinas de poesia, de visitas à zona rural para, *in loco*, constatar as mazelas da seca, tendo construído roteiro para o ensaio fotográfico e vivido a experiência da escrita de poesias com essa temática, puderam experimentar um processo de textualização de diversos textos que se foram fechando e dando unidade a um conjunto de coisas dispersas, mas que foram se formando texto, se fazendo discurso pela historicidade, pelos esquecimentos.

“falhas”, com “defeitos” (destaques da autora), uma vez que a língua e a história não estão perfeitamente vinculadas, mas é [...] “resultado de um jogo da língua sobre a própria língua, face à sua inscrição na história”. (ORLANDI, 2012, p. 64).

A inscrição do discurso no viés da falha, do furo, da incompletude são características que elucidam o equívoco como parte da própria constituição do discurso, em que a língua falha ao se inscrever na história e o sujeito falha ao materializar pela língua o seu discurso. Pelo processo de textualização se tem uma sempre fissura dos sentidos, ou da sua construção, até da sua reprodução, como já vimos em Gallo (2008), nessa fenda outros entendimentos se vão compondo em conjunto com aqueles já tecidos e formando redes de sentidos, em que o texto se abre para outras discursividades.

Orlandi (2012, p. 64) diz: “O que proponho pensar é que, na textualização do discurso, há uma distância não preenchida, há uma incompletude que marca uma abertura do texto em relação à discursividade”. É nessa relação não perfeita do texto com a discursividade que emerge a pluralidade de formas de ler, de olhar e perceber aquilo que o texto materializou e que escapa da vontade soberana do sujeito consciente, senhor de suas palavras, de seus dizeres, na relação com o esquecimento constitutivo.

[...] a textualidade enquanto matéria discursiva dá ensejo a várias possibilidades de leituras. Como a discursividade, repetimos, se marca com falhas, há textos que expõem mais o sujeito aos efeitos da discursividade, face à abertura do simbólico, e, outros, menos. (ORLANDI, 2012, p. 64).

Ao tratarmos da questão da escrituração do texto, convém igualmente pontuar, no pensamento de Gallo (2008), que no Brasil esta modalidade sempre esteve vinculada a uma língua estrangeira²⁰, herdada do colonizador, fato este que exprime, *a priori*, o sentimento de usuário falho, ilegítimo dessa variedade de língua, no caso a escrita. De todo modo, é nessa perspectiva linguística que o sujeito se lança na aventura da escrita, com estes estereótipos e pré-concebidos, buscando legalização para o seu dizer, fato atrelado a essa modalidade de língua, afinal o que ficou de materno (tupi) nessa relação é esquecido e não se legitima.

Notadamente, a relação escolar com a prática textual se mostra de fato assinalada pelo trabalho do professor com fragmentos (matéria linguística). Mesmo ancorada nas melhores intenções pedagógicas, a prática da textualização como se concebe na teoria de Gallo (2008, p.44), não é alcançada pela escola, consolidando-se, aí, como um grafismo, manifestação gráfica da escrita de um texto.

²⁰ Convém acentuar que nós não passamos por um processo de nacionalização da língua.

Assim, com Gallo entende-se que: [...] **“a prática de TEXTUALIZAÇÃO só é efetivada nos casos onde houver um momento de fechamento, de conclusão dessa prática, necessariamente fora (da Escola e) do discurso didático-pedagógico”** (2008, p.55, destaque da autora). Chamando a atenção para o fato de que nesses casos se tem junto a essa construção simbólica a tomada de posições em discursos não circulares, nem avaliativos e que rompam com o discurso autoritário, que é característica primeira do modo de funcionamento do discurso pedagógico, viabilizando também a assunção da autoria, dentro desses parâmetros já mencionados.

Então, do ponto de vista discursivo, esse trabalho que leva pela textualização ao produto texto vem fortemente assinalado pela historicidade enquanto a possibilidade das tantas formulações possíveis e do acontecimento do discurso em texto, a viabilidade dos sentidos irem sendo concebidos no discurso, conforme explana Orlandi (2012, p. 88). O Texto, nessa ótica é uma “peça”, “uma engrenagem”, fazendo funcionar o trabalho da interpretação e do equívoco (ORLANDI, 2012, p. 65). Engrenagem que produz encadeamentos de sentidos, um batimento entre o mesmo e o novo, entrelaçados pelo simbólico e pelo político, nesse político não se pode deixar de frisar a luta de classes, a relação entre dominante e dominado na trama dos sentidos das palavras e expressões.

Outrora trouxemos aqui a noção de Orlandi (2015, p. 13), sobre discurso como palavra em movimentação, como prática de linguagem, no centro dela o homem-sujeito manifestando-se. É necessário acrescentar que esta prática não se fecha, está sempre determinadamente em curso, com sujeitos também estruturando outros discursos imersos no simbólico e sublinhando com a autora (Ibidem, p. 69), que um “discurso não é igual a um texto”, decorrendo desse mecanismo a tomada do discurso como campo transitável, sempre aberto a novas formulações e compreensões, sempre possível do sujeito intensamente poder dizer, poder representar-se, e a discursividade se vai conduzindo, pelo jogo da memória se textualizando.

Portanto, a composição textual é amplamente tocada pelas condições em que sua produção se dá, e enquanto unidade que se presta para uma análise, é um espaço de o sujeito simbolizar-se e a sua leitura “é a aferição de uma textualidade no meio de tantas outras” (ORLANDI, 2012, p. 65). Complementando, explica a autora que “[...] O analista tem de compreender como ele produz sentido, o que implica em saber tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele [...]” (ORLANDI, 2015, p.70).

5.2 POSSIBILIDADE DA AUTORIA NO DISCURSO PEDAGÓGICO

Primeiramente, atentamos com Orlandi (2015), para a seguinte constatação: “O sujeito, diríamos, está para o discurso assim como o autor está para o texto. Se a relação do sujeito com o texto é a de dispersão, no entanto a autoria implica em disciplina, organização, unidade” (ORLANDI, 2015, p. 71).

Nesse contexto, então, recai sobre o sujeito autor um sistema de responsabilização para com o seu texto. Isso traz à tona a questão da assunção da autoria para além da questão da escrita em si do texto, que representa apenas uma parte desse processo, no sentido de na base do dizer existir um nome, uma identificação a quem se possa atrelar àquele discurso, assumindo uma posição que demanda contenção da dispersão dos sentidos, por meio do que Orlandi (2015), também trata por disciplina, organização e unidade.

Essa tríade anunciada por Orlandi (2015), não é destoante da relação que estamos trabalhando entre textualidade e discursividade. Acentuamos, aqui, o simbólico como matéria prima dessa produção, transformando-a em uma unidade fechada, enquanto produto, enquanto texto e estruturado como expressão discursiva de um sujeito e sua elevação à condição de autor, em que autor “é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (ORLANDI, 2015, p. 71).

Importante pontuar ainda em Orlandi (2015, p. 72), que para a análise de discurso o que se concebe como real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, ambas constitutivas tanto do sujeito como do sentido. Dessa forma, a noção enfatizada, na citação acima, de representação e de unidade se locupleta com as de completude, de coerência, de clareza, de não contradição e opacidade, todas elas inscritas no imaginário, movimentando-se o discurso entre esses espaços, real e imaginário e por meio deles funcionando enquanto tal.

Explica Orlandi (2015):

Trata-se de considerar a unidade (imaginária) na dispersão (real): de um lado, a dispersão dos textos e do sujeito; de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor. Assim, mesmo se o próprio do discurso e do sujeito é sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições do sujeito, ele é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição. (ORLANDI, 2015, p. 72).

Essa singularidade grifa o trabalho de organização para controlar a dispersão (real) de textos e dos sentidos alcançados pelos sujeitos, fazendo emergir dessa prática a figura do

autor dentro de um esquadrinhado coerente, uno (imaginário) chamado texto. Para a autora (Idem, 2015) esse é mais um efeito discursivo que traz para o processo um direcionamento ideológico e político.

Nesses termos, encontramos desenhada em Orlandi (2012), a concepção da função-autor, “uma função do sujeito do discurso” (ORLANDI 2015) e atrelada a uma conexão organizada que esta produz em termos de discurso. Esse elo atua reforçando o efeito imaginário de unicidade, composto por um começo, meio, progressão, não contradição e fim, conforme aponta Orlandi (2012, p. 65). Esta performance é o trabalho da textualidade, com um sujeito sendo evidenciado numa posição e assinando seu dizer, sua produção de linguagem, exercendo sua função discursiva. Ainda, para Orlandi (1993) é nessa função-autor que a relação do sujeito com a linguagem está mais sujeita ao controle social.

Orlandi (2015, p. 73), ampliando a noção de função-autor trabalhada por Foucault (1971), estabelece essa função está posta para todos, apontando sua relação com o esquecimento número 2 (que é da ordem da enunciação) tendo relação com o interlocutor. Em Foucault a função-autor está para aquele que funda um paradigma (que são poucos), construção baseada na criatividade, ele nomeia de instauradores ou fundadores de discursividade, reconhecendo em Freud e Marx exemplos desses instituidores. Destarte, para Foucault (2006) “A função autor²¹ é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade”.

Se por um lado o princípio da autoria em Foucault (1971) não se marcava para todo e qualquer tipo de discurso, a exemplo das conversas, das receitas, decretos, etc. Por outro lado, Orlandi (2015) acentua, diferenciando sua posição, que o que se toma como unidade do texto carrega consigo imbricado o efeito discursivo. Nota-se, mediante essa elaboração, que a origem da autoria está aí relacionada, é parte dessa engrenagem, dessa unidade, desse efeito, é preponderante em qualquer criação discursiva, faz parte da textualidade. “[...] um texto pode até não ter um autor específico, mas pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele” (ORLANDI, 2015, p. 73).

Nesse debate, é relevante perceber em Foucault (1992), que no âmbito das competências que envolvem a função-autor, está fortemente determinada a sua relação com o sistema jurídico, com o sistema institucional. Na verdade, esses sistemas agem no sentido de determinar e articular o processo discursivo, enquanto autor ele está atrelado às normas desses sistemas legitimadores.

²¹ Acrescentamos com Orlandi (2015) que o autor é, pois, apontado como princípio de agrupamento do discurso, como princípio de unidade e de origem das suas significações, como base estruturante da coerência que ele produz.

Outro ponto notável a se verificar está posto por Orlandi (2012), em relação à variância, mostrando que mesmo quando um sujeito repete o mesmo discurso posto em um texto, esse fato já implica em outra formulação, em outro texto, ainda que a posição ideológica e política permaneçam as mesmas. Explica a autora: “Também no plágio se mantém a função discursiva da autoria, pois o sujeito que plagia é ainda um sujeito” (ORLANDI, 2012, p.65). Pontuando que por variância se concebe as possibilidades de deslizamento e desvios apontando para caminhos outros da formulação.

Dessa maneira, a função-autor abrange a dimensão do sujeito sendo delimitado e marcado pela exterioridade, demandando um olhar sobre o contexto sócio- histórico, pela responsabilização e fechamento do texto com coerência, sem furos e, ou equívocos, tampouco contradições. À vista disso, Orlandi (2015), destaca que a autoria é tocada fortemente pelo social e suas implicações, estando esta função ligada às instituições e suas normativas, sobressaindo sua concepção disciplinar, circular e fechada. Isso, no entanto, denuncia o caráter contraditório dessa relação de produção textual e do discurso, do sujeito e autor produtores, em que de um ponto de vista se concebe o sujeito e o discurso em sua opacidade peculiar, e por outro ponto se determina o autor e o texto como não incoerentes, ou contraditórios, um dizer com uma origem previamente estabelecida.

Desse modo, rematamos com Orlandi (2015), que:

É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento de regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto (ORLANDI, 2015, p. 74).

Tantas demandas postas sobre a condição do ser autor notabilizam a expectativa de um sujeito plenamente consciente, agindo dentro de parâmetros previsíveis e contornáveis, uma identidade conhecida, pronta e fixada. Mas dada à impossibilidade de tantos fechamentos sobre tais questões o que se torna viável é o trabalho com a relação entre interioridade e exterioridade, a fim de avançar para compreensões que abracem certa discursividade e suas características proeminentes. “Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele (o sujeito) “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo chamei assunção da autoria” (ORLANDI, 2015, p.74, destaque da autora).

Gallo (1995, p. 58, destaque da autora), tratando da assunção da autoria clarifica que a elaboração da função-autor retrata, na verdade, a assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo o texto. Justamente, será este fecho que é apenas uma possibilidade diante de tantas outras, que promove a noção de sentido único, da

unicidade do texto. Para ela “[...] a assunção da autoria se dá quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado (hoje, institucional)” (GALLO, 1995, p. 58, destaque da autora).

Essa é uma leitura atualizada uma vez que a autoria permanece, em grande medida, sendo balizada pelas instituições a que estão filiados os autores, sendo legitimada pelos pares para quem escrevem, em certo grau, difundindo a ideia de que autor é aquele que é submisso ao controle institucional que regula todo o processo. De tal modo, os questionamentos cunhados por Gallo (1995), sobre os discursos não legitimados, parecem que ainda retumbam na presente conjuntura, de forma mais forte e incisiva, uma vez que outros processos de escrita e de autoria foram surgindo com o desenvolvimento da sociedade, sobretudo da tecnologia.

Aqui, se faz necessário enfatizar essa problemática anunciada outrora por Gallo (1995, p. 59), sobre o discurso legitimado e o não legitimado apresentando a escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado, como guardião desses dois discursos. Exclama a autora que, de fato, essa instituição secular é o conservatório dessas duas modalidades de linguagem, sendo nomeada por ela, seguindo razões históricas, como Discurso da Oralidade e Discurso da Escrita e funcionando, ainda hoje, com o seguinte ritual: o discurso escrito é apresentado aos estudantes, como modelar e sua forma como normativa, daí advém o pensamento de que se produz por meio dele um sentido único e sem ambiguidades, mas paradoxalmente a escola não ensina esse discurso, pois ele é próprio de outro lugar, fora de seus muros, como exemplificação, as universidades (que produzem discurso de escrita científica). Então, a escola em seu discurso pedagógico é apenas a que mantém o discurso de escrita e não se qualifica como sua produtora.

Nesse cenário, o que os estudantes produzem na escola se insere no Discurso da Oralidade, para Gallo (1995), esse formato permanece mesmo após o período de alfabetização em que a oralidade é bastante privilegiada e tomada como ponto de partida, acompanhando este estudante em toda sua vida escolar, incluindo-se aqui textos grafados. Sobressai o fato de que embora se apresente o discurso de escrita como modelo normativo, a sua produção não acompanha tal formato, permanecendo sempre o inverso do que ora lhe é mostrado. E mesmo que ele consiga escrever segundo as normas, seu texto permanece ilegítimo e “não produzirá um efeito de sentido “único”, ao contrário, produzirá um sentido ambíguo e inacabado, um texto de Discurso de Oralidade” (GALLO, 1995, p. 60, destaque da autora).

Na verdade, uma escrita dentro do discurso pedagógico não se legitima pelos aspectos gramaticais e textuais, pelos quais a escola se referencia para ensinar produção escrita. Para Gallo (1995), longe dessas normas e mesmo só fora dos muros da escola é que ele pode

ser legitimado, pode circular, romper com um modo vigente de produção voltada para avaliação docente sobre o discente.

A partir dessas considerações, convém trazer a perspectiva do que se toma como discurso da escrita e discurso da oralidade. Prontamente, ancorados em Gallo (2008), apontamos a distinção:

O Discurso da Escrita (DE) é aquele cujo efeito é de fechamento, de finalização. Em que se deseja produzir um sentido mais ou menos único, sem ambiguidades aparentes, efeito do discurso que é produzido institucionalmente, tendo um efeito-Autor mobilizado pela inscrição de um sujeito em uma prática simbólica. O Discurso da Oralidade (DO) é proposto como sendo o discurso cujo efeito é de uma permanente ambiguidade e de uma permanente abertura. Nesse discurso, o sujeito não se vale do efeito-Autor (GALLO, 2008, p. 71).

Tais considerações e diferenciações levam ao reconhecimento de que sob o efeito de evidência, daquilo que é, sem ser, ou do que aparenta ilusoriamente constituir-se, a instituição escolar vem, desde muito, descaracterizando, fazendo desvanecer a assunção da autoria, deixando os educandos distanciados da condição de assumirem uma posição sujeito em um processo de pertencimento em que trocam a posição de enunciadores pela de autor. Conforme, Gallo (1995), justamente porque não sendo a escola a promotora do D.E, também não assegurará ao sujeito uma inscrição no D.E, permanecendo na borda, “imaginariamente como transmissora desse conhecimento (D.E)” (GALLO, 1995, p. 63).

Contudo, cabe, indo além dessa argumentação que distingue o D.E do D.O, encaminhar outros aprofundamentos em Gallo (2008), no sentido de afastar-se da lógica que separa dispersão e fechamento. Nesse sentido, a autora elucida que tanto uma quanto a outra coabitam e se relacionam concomitantemente e produzem seus efeitos de “fim” e de “inacabados” inseridos em uma prática simbólica de textualização. Ao que acrescenta ser a textualização uma produção da “relação tensa entre essas duas formas de construção do sentido” (GALLO, 2008, p. 73).

Ratifica Gallo (2008): “Reforçamos então nossa proposta anterior ao mostrar mais uma vez que o “fechamento” é uma “prática” do sujeito de todo discurso não circular, e que este fechamento só se dá na relação com a dispersão” (GALLO, 2008, p. 73, grifo da autora). Ou seja, pela divisão dos conceitos de D.E, D.O o equívoco sobressaiu, uma vez que a produção do fechamento estava marcadamente como característica do D.E. Da mesma forma, que o efeito unidade outrora atribuída ao D.E é colocado por Gallo (2008), como sendo da ordem do texto e o texto como efeito de uma prática de textualização.

É valoroso ponderar que estes novos achados nas formulações de Gallo (2008) não revogam as formulações edificadas anteriormente, mas funcionam no sentido complementar. “[...] podemos dizer que a prática de TEXTUALIZAÇÃO e, conseqüentemente, o efeito-TEXTO e o efeito-AUTOR acontecem dentro de um DE, enquanto que o DO seria um discurso sempre circular e sem “fechamento””. Avançamos mais pensando a textualização e o processo da construção dos sentidos e da autoria, citando Gallo (2008) quando afirma:

A materialização do sujeito do discurso não se dá através de uma marca enunciativa, mas através de uma operação sintática que define as paráfrases possíveis na relação com o enunciado. É essa a diferença entre determinações enunciativas e determinações discursivas. Essa operação que pode historicizar o “texto”, como um todo, no momento da emissão, através de efeito TEXTO [...] (GALLO, 2008, p. 39, destaque da autora).

Então, a historicização do texto funda no processo de sua textualização bases sólidas que reclamam tratamento sobre a trama dos sentidos em que se vai produzindo o discurso e a forma como este discurso pode romper a barreira da circularidade, sustentáculo do trabalho com o texto na escola.

Entretanto, nosso trabalho mostra [...] como a circularidade de um discurso é “trabalhável” de maneira a fazer penetrar o evento na estrutura desse discurso circular e assim historicizá-lo diferentemente, tornando-o não circular (GALLO, 2008, p. 73, destaque da autora).

Nesse sentido, é conveniente, diante das ambiguidades e desvios constatados no âmbito escolar em relação à produção textual, notar que em Gallo (1995), há caminhos de como trabalhar essa questão sendo tecidos e impulsionando, de fato, o ensino do D.E. Para o alcance dessa modificação a autora propõe duas condições elementares: “ensinar como se produz um texto que se inscreva no discurso D.E, e dar condições para que os alunos realmente produzam esse texto” (GALLO, 1995, p. 64).

Aqui, em um sucinto batimento da teoria que estamos abordando com as materialidades em estudo nessa tese e vislumbrando a perspectiva discursiva, pontuamos que no nosso trabalho com os alunos foi possível alcançar pela relação do sujeito-aluno com a língua em sua materialidade linguística, social, histórica e ideológica, e por tudo quanto se anterioriza, o efeito-autoria nas produções de poesias, lembrando que mesmo essa produção tendo sido concebida no discurso pedagógico, com sujeitos não “inscritos em instâncias de poder” para falar legitimamente. Mas, isso foi possível quando os sujeitos-alunos, mediados pelas condições dadas pelo professor, transpuseram barreiras do DPA assumindo um lugar, se pondo enquanto autor, rompendo com a circularidade da produção de texto escolarizado e pela textualização do

processo chegaram à assunção do que Gallo (1995), chamou de passagem do Discurso de Oralidade para o Discurso de Escrita.

Por esse ângulo, clarificando como é exequível a produção da passagem do D.O ao D.E, Gallo (1995, p. 99) declara que é necessário à assunção da autoria, que não resulta do fato de simplesmente se escrever no D.E, nesse caso só se realiza a Função-Autor. Assim, é preciso “acreditar-se” autor, “sentir” que produziu, realmente, um livro etc., Ou seja, na perspectiva da Análise de Discurso, isso seria uma forma de representação do sujeito se colocando no “lugar de autor”, “ocupar uma posição”, e isso tem implicância com o constituir-se sujeito, reconhecer à assunção da autoria, percebendo que o sentido e a coerência do seu texto não estão de forma pronta, sempre posta, “sempre-já-lá”, se colocando com compromisso e responsabilidade diante do seu dizer.

Destarte, para Gallo (1995), a passagem do D.O ao D.E pressupõe duas instâncias: produzir um texto que se inscreva no D.E, e saber “como” se produz tal texto, ponderando que essas duas não ocorrem simultaneamente. Resumidamente, a passagem do D.O ao D.E, só acontece quando o sujeito que produz o texto está inserido em um discurso institucional produtivo (livro, jornal, etc.); se situa no “impossível” do discurso pedagógico, mas rompe seus limites e assume uma posição; reconhece uma permanente ambiguidade no sentido construído e produz um “fecho”, “efeito fim” para o texto.

Ainda, em Gallo (2008), o fechamento da textualização produz concomitantemente três efeitos: “TEXTO, AUTOR, LEITOR. Ou seja, o efeito de que existe um sujeito 1 aí presente através de uma produção (TEXTO) pela qual esse sujeito 1 (AUTOR) se responsabiliza, e existe um sujeito 2 (LEITOR) que assim o concebe. (GALLO, 2008, p.76-77, destaque da autora).

Portanto, a autoria é de fato uma construção que se vai processando pela movimentação dos sentidos com o sujeito assumindo posições ideologias, dentro de um campo de responsabilidades e de direitos, organizando a dispersão e buscando a ilusória unidade, um fechamento sempre provisório, sempre possível de ser outro, como também os sentidos ali postos sempre podem ser outros, afinal conforme Orlandi (2009):

[...] o sentido não existe em si mas já é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio históricos em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2009, p.42).

Fortemente nos filiamos à fundamentação teórica que estamos apresentando e discutindo para determinarmos a sua relação com as materialidades em estudo nessa tese, demandando um gesto de compreensão sobre os sentidos e os sujeitos (alunos) delimitados pela

condição do DP, conseqüentemente da escola e seu modo raso de conceber a escrita, quase sempre a confundindo com a noção de grafia. Sobressai o caráter da evidência, mas no que estamos analisando, sobressai também o trabalho discursivo embalado por uma prática necessariamente ideológica e conflitante, pelo próprio papel que desempenha a memória (lugar de conflito/ pré-construído) nesse funcionamento que se dá sob certas condições de produção.

Uma vez já explicitado os gestos dessa prática no Projeto Seca, Xote e Baião, mencionamos com Gallo (1995), que os sujeito alunos identificados com a formação discursiva dominante, institucional do DPA conseguem pelos efeitos de sentidos do DE, transpô-lo. Assim, embora estes efeitos localizem um certo já-dito, ou, já lá construído, os sujeitos se produzem enquanto autores no discurso, fazendo arremates, alinhavando formulações, produzindo fechos, na ficção da unidade, admitindo ambiguidades, estabilizando certos sentidos e, na junção de todas essas coisas, promovendo a passagem do DO ao DE.

5.3 PARÁFRASE E POLISSEMIA: O REPETÍVEL E O DIFERENTE NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Debater o modo de funcionamento do DP implica em pensar o ambiente escolar e sua força de autoritarismo, de controle, das exigências de passividade do sujeito aprendiz e de atividade do sujeito que ensina. Para nós a fixação desses lugares não é produtiva, mas reforça a imposição do AIE responsável pela manutenção do *status quo*, se apresentando como garantia de igualdade e de oportunidades para todos os cidadãos.

Poderíamos chamar de fala da inocência, da ingenuidade permissiva que recai sobre a escola e aqueles que reproduzem na prática esses saberes, anulando a criticidade e o poder ideológico que sustenta a produção nessa perspectiva. A capacidade de abstrair as características desse discurso parece estar encoberta pelo véu da neutralidade, como obrigação dos sujeitos inscritos na formação discursiva do DP.

Nesse sentido, concordamos com Barthes (2004, p.472-473, destaque nosso) no texto – *Grão da Voz*: [...] *A aula comporta fatalmente uma força de repressão*, ainda que fosse só por que ensinam coisas de que o adolescente não tem forçosamente desejo [...]. E nesse gesto de coibição, sob a égide da promoção humana, do sucesso pessoal e do conhecimento enciclopédico, a exclusão, o silenciamento, o ônus recai, com mais severidade sobre os sujeitos alunos para quem o ensino é voltado e sob quem a docilização/manipulação dos corpos é gerida, nos termos de Foucault (2010, p. 134), [...] “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Está, então, circunscrito nesse discurso o estabelecimento que determina socialmente o que é certo e errado, o que é justo e bom, o que é sentido literal e o que nem sentido é, sendo, portanto, marginal, ordinário. Reforça-se aqui o quão repressivo são estes espaços que localizam e solidificam sentidos na evidência do que só pode e deve ser, oprimindo os efeitos da produção que se dá com sujeitos numa determinada condição e historicidade.

Está contido aí o que é próprio do jogo ideológico pelos efeitos de sentido “na ilusão discursiva dos sujeitos de serem a origem de seus próprios discursos” (ORLANDI, 1987, p. 32). Nas palavras de Orlandi (1998, p. 16) é preciso, então, “pensar a língua enquanto capaz de jogo e a discursividade como inscrição desses efeitos linguísticos na história”.

Assim, o jogo explica Orlandi (1998), é o jogo nas regras e sobre as regras da língua, tocando no segundo caso a repetição e produzindo deslocamentos. Essa movimentação [...] “É estruturante, afeta a materialidade discursiva e não produz meramente uma substituição de conteúdo” (ORLANDI, 1998, p. 16).

Retomamos Pêcheux (2014a, p. 135), para reiterar que toda prática discursiva se dá através e sob uma ideologia e que se há ideologia é pelo e para o sujeito. Isso assevera a condição da ideologia como “estruturas reais que, entretanto, na medida em que se referem à relação dos homens com suas condições de existência, não constituem a simples expressão da ordem significante/significado/símbolo/realidade” [...] (HERBERT, 1995, p. 78).

Nesse sentido, o gesto de interpretação se revela como contradição, facultando ao sujeito do discurso a repetição e o deslocamento. Sob a condição do já dito se fundamenta o primeiro caso em que se aciona a matriz de sentidos, aquilo que permanece no dizer, na/pela memória; e pela historicização o segundo caso, com sentidos em deslizos, suscitando o diferente dentro na produção da linguagem.

Segundo Orlandi (1998, p. 16): A interpretação se faz assim entre a memória institucional (arquivo) e os seus efeitos da memória (interdiscurso). Tal constatação nos faz ponderar que no confronto entre o simbólico e o político, a paráfrase como repetibilidade busca manter o dizer institucional e pelo interdiscurso (reiteramos: aquilo que pode e deve ser dito no domínio da FD) há a promoção, pelo contraditório, da ruptura como efeito da polissemia.

Dessa forma, na escola, o DPA preponderante traz para a cena discursiva a memória institucional, caracterizando o modo de funcionamento do ensinar e do aprender, mas obrigatoriamente esta memória estará em conflito com a memória discursiva, ou interdiscurso. A presença do interdiscurso, na leitura de Orlandi (1998), põe para a linguagem a consideração do inconsciente e da ideologia.

Nessa conjuntura, a ideologia e o inconsciente provocam a filiação do que dizemos as redes de sentido. Ilustra, então, Orlandi (1998): “Toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, à memória discursiva: conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 1998, p. 9).

Ora, essa é a concepção da AD em que o sentido é construído na relação do sujeito, da história que inscreve a língua e a faz significar. [...] “quando se fala, mobiliza-se, pois, um saber que, no entanto, não se aprende, que vem por filiação e que nos dá a impressão de ter sempre estado “lá”” (ORLANDI, 1998, p. 10, destaque da autora). Tal relação permite se visibilizar a presença do que não foi dito, naquilo que se disse.

Sobressai na discussão que empreendemos o deslocamento trabalhado pela ótica do discurso “entre o estabilizado e o sujeito a equívocos” (ORLANDI, 1998, p. 11). Essa é a dinâmica no cruzamento da língua com a história, pelo simbólico, mostrando o equívoco do sujeito pelo inconsciente e o equívoco da história pela ideologia, ainda, conforme Orlandi (1998), nesse entremeio se dá o espaço da interpretação, ratificando que ideologia não se aprende, inconsciente não se controla.

Se assim estabelece a teoria, é possível associá-la aos objetos simbólicos que trazemos enquanto corpus discursivo para análise nessa tese, compreendendo a ligação e os efeitos de interpretação dos sujeitos alunos, falhos, sujeitos expostos à ordem do simbólico e da história, como lembra Orlandi (1998). Desse modo, a materialização dos sentidos traz as marcas do equívoco que também se manifesta na língua e que possibilita “pontos de deriva” (ORLANDI, 1998, p. 11, destaque da autora).

No artigo para além das Vidas Secas, resistência: Linguagem-Poder (2017), texto fruto das nossas pesquisas de doutoramento, estabelecíamos essa aproximação do já dito sustentando a viabilidade do dizer. Assim, os sujeitos alunos nas leituras e nos gestos de escrita retomam o que outrora foi dito para poder saber também dizer e se reinscrevem na história, lugar no qual se imprimem as lutas contra a pobreza, a submissão, mas também, os sonhos coletivos de uma vida mais próspera.

Para Pêcheux (2011), repetimos, “*as palavras, as expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 160, grifo do autor). Nesse ponto, ele relaciona o sentido com as posições postas na ordem das formações ideológicas.

Pela análise de algumas imagens e poesias do projeto, discutíamos o papel das formações ideológicas desempenhando a função de reprodução das relações de produção, pelo

movimento de sujeição que marca o sujeito ideológico e dá a posição desse sujeito nessa historicidade. É pelo “todo complexo das formações ideológicas” que Pêcheux chega à concepção de formação discursiva (FD): “[...] aquilo que, numa determinada formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, *o que pode e deve ser dito* [...]”. (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 160, grifo do autor).

Desse modo, dizíamos que os efeitos de sentidos alcançados nessas materialidades estudadas se estabeleceram a partir das FDs dominantes nos discursos em que se inscrevem os sujeitos alunos produtores, marcados historicamente pelas dificuldades econômicas e sociais, pelos sofrimentos da vivência com a seca, igualmente pelos pré-conceitos em torno dessa situação. Ou seja, o dito e o não dito nessa produção se compondo “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras [...] da mesma formação discursiva”. (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

É importante, nesse aspecto, o que escreve Indursky (2011, p. 82): “é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica”. Pêcheux depreende que a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pelo processo da identificação desse sujeito com a FD que o domina.

Nesse trabalho, Rosendo (2017), explicávamos que o processo de identificação se dá pela filiação com os dizeres da FD que mobiliza pelo interdiscurso os pré-construídos e a memória e que permitem estes dizeres em detrimento de outros. Logo, são dizeres carregados de sentidos, exatamente por já estarem inscritos e já constituírem sentido em outro lugar, em outro momento, se reescrevendo em outros saberes e reconfigurando a FD; enunciados que apontam gestos de interpretação.

De acordo com Orlandi (1998, p. 11): “Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua sendo, portanto, suscetível de tornar-se outro”. Nesse entendimento, ela esclarece que o outro enunciado é o espaço da interpretação, da expressão do inconsciente e da ideologia constituindo sujeitos e sentidos, emergindo desse processo “a alteridade constitutiva, o interdiscurso” e a constatação de que “as coisas a saber são sempre tomadas em redes de memória nas quais os sujeitos se inscrevem filiando-se ao que os identifica. (ORLANDI, 1998, p.11-12).

Como percebemos, sujeitos e sentidos se vão formando no campo do simbólico, através das transferências, “efeitos metafóricos que produzem a deriva, o deslizamento do sentido outro nas diferentes posições do sujeito” [...] (ORLANDI, 1998, p. 12). Além do

inconsciente, barreira para a soberania do sujeito, a ideologia se presentifica como estrutura real, nessa percepção, para Herbert (1995, p. 83), o processo ideológico deve ser compreendido como a combinação do efeito metafórico com o metonímico em que pelo primeiro se tem a produção das significações e seu deslocamento, e pelo segundo se dá a articulação horizontal dos elementos ideológicos segundo uma estrutura sintática.

Dessa relação, elucida Herbert (1995, p. 83), se produz a identificação do sujeito com as estruturas políticas e ideológicas que constituem a subjetividade como origem do que o sujeito diz e faz. Nesse contexto, ocorrem os pagamentos como ‘negação’ da inscrição do sujeito no mecanismo da interpelação pela ideologia e pela marca do inconsciente, efeito que evidencia a ilusão da transparência²² dos sentidos, da existência espontânea do sujeito, do efeito fantástico ao qual Pêcheux (2014a), atribui o nome de “efeito Munchhausen” em memória ao imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos (PÊCHEUX, 2014a, p.144, destaque do autor).

Negar essa transparência para a AD é determinante. E, esse posicionamento visibiliza que os deslocamentos e transformações nas redes de memória ocorrem sob a condição da opacidade do não-dito e conforme Pêcheux (2015a), estas redes buscam por um lado restabelecer e estabilizar os implícitos e de outro como uma força que insiste na desregulação e perturbação dos já ditos.

Assim, o discurso materializado em fotografias e poesias no Projeto Seca, Xote e Baião carrega a impressão da ideologia do inconsciente do sujeito aluno no jogo simbólico, de forças entre o estabilizado e o móvel, aquilo que Pêcheux (2015a), delimita como sendo o estatuto da memória. Nesse batimento, considerando as diversas posições no discurso pedagógico, seja a do sujeito aluno, ou a do sujeito professor, “deve haver um espaço de jogo que possibilite a transferência, trabalho de memória que permita a repetição histórica e os deslocamentos de sentidos” (ORLANDI, 1998, p.16), ainda que estes apontem uma polissemia contida.

De acordo com Orlandi (2015):

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos. [...] a paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação [...] (ORLANDI, 2015, p. 34).

²² É necessário afastar-se desses efeitos de evidência para alcançarmos os pontos constitutivos do discurso, pelo equívoco e pela contradição, no funcionamento do “trabalho simbólico em sua historicidade” (ORLANDI, 1998, p.12).

Tal perspectiva concebe um retorno à memória do dizer, sendo ela “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas” [...] (PÊCHEUX, 2015a, p.50). Prevalece a noção de que o sentido não é garantido, consoante com Orlandi (1998, p. 13), mas vai sendo tecido pelos pontos diversos dos processos de identificação que se cruzam e se afastam no movimento das identidades.

Com os conceitos até aqui explanados, nosso intento ao considerar as derivas praticáveis estabelecidas pelas condições de produção dos sujeitos ideológicos, “na tensão constitutiva da paráfrase e da polissemia” (ORLANDI, 2015), é refletir o papel da instituição escolar na geração de possibilidades para a assunção da autoria. Uma vez já tendo descrito e discutido os entraves e as relações teóricas que embasam a produção de sentidos no DPA, ponderamos que [...] “A noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto (instância da formulação)” (ORLANDI, 1998, p.13).

Exatamente sob a instância da formulação, ou do eixo da regulação que a paráfrase se apresenta como o “sempre já lá”, como a matriz, indicando para o mesmo e para o diferente (Orlandi, 2015). Afirma a autora, ainda, que considerar os deslocamentos possíveis nas condições de produção possibilita delimitar as fronteiras da família parafrástica à qual pertence o enunciado em questão, nesse movimento entre o que se repete e do que é diverso.

Assim, o autor não consegue evitar a repetição, de acordo com Orlandi (1998, p.13), já que sem ela seu enunciado não faria sentido, não seria interpretável. Precisando ser colocado nessa questão que a função-autor é afetada pela história, de tal forma que, “o autor consegue formular no interior do formulável e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações” (ORLANDI, 1998, p. 13). Isso nos faz compreender que sob os sentidos homogeneizados, pela condição da interpretação como um lugar em meio a outros e pela posição de autoria, efeitos de sentidos produzem deslocamentos na base dessa estrutura repetível.

Convém, para aprofundamento desse debate, transcrever as considerações de Orlandi (1998), que distinguem três modos de repetição:

- a. Repetição empírica: exercício mnemônico que não historiciza o dizer; b. Repetição formal: técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza, só organiza; c. Repetição histórica: formulação que produz um dizer no meio dos outros, inscrevendo o que se diz na memória constitutiva (ORLANDI, 1998, p.13-14).

Diante dos modos de funcionamento da repetição e tendo em vista a ambiência escolar cabe-nos, ainda, indagar pelas posições sujeito constituídas no processo discursivo e

pelas formações discursivas que se presentificam nessa conjuntura. Inferindo com Orlandi (1998), que a repetição empírica, produz o efeito papagaio, em que o aluno repete sem saber o que está repetindo; a repetição formal é uma elaboração da forma abstrata da língua, aqui o aluno é considerado bom, ele repete com outras palavras, e na repetição histórica teríamos um aluno com um real trabalho da memória [...] (ORLANDI, 1998, p. 14).

A historização do dizer demarca a produção de sentidos inscrita em um saber discursivo, fator que faz com que o sujeito aluno não só repita, mas provoque enfraquecimento no repetível, chegando aos deslizamentos. Evidentemente, não podemos ignorar a base estruturante do DPA que comporta o controle e passividade do aluno, visão estereotipada que estabelece o ideal do ensino/aprendizagem como a repetição formal daquilo que é transmitido pelo professor como saber, a noção do bom aluno que espelha a do bom sujeito (PÊCHEUX, 2009, p.215), completamente identificado com a formação discursiva dominante.

Afirma Orlandi (2007):

[...] quando penso o esteriótipo como ponto de fuga dos sentidos, penso-o como lugar em que trabalham intensamente as relações da linguagem com a história, do sujeito com o repetível, da subjetividade com o convencional. Tudo perpassado pelo imaginário do discurso. (ORLANDI, 2007, p. 127).

Todavia, pela fixação do discurso sob a presença do estereótipo o trabalho com a língua refletindo a exterioridade (história) do dizer transfere para a produção de sentidos o equívoco e a contradição. Por este viés, confirma Orlandi (1998, p. 14, destaque nosso), o aluno rompendo barreiras, passaria da repetição empírica à histórica, “com passagem obrigatória pela formal já que para que haja sentido é preciso que a língua se inscreva na história”. Acrescentando Orlandi - “A inscrição do dizer no repetível histórico traz para o autor a questão da interpretação: nesse caso, o dizível é o repetível, ou seja, o que é passível de interpretação, num movimento de inscrição e deslocamento simultâneos” (ORLANDI, 1998, p. 14).

O investimento analítico discursivo que empreendemos nas materialidades do Projeto Seca, Xote e Baião nos faz perceber a ligação contrastante que subsidiou essa produção - numa primeira instância pelo lugar “comum”, “padrão”, “pré-estabelecido” que os sujeitos alunos ocupam no DPA, lugar de espectador, mas também pelo modo “obrigatório” da repetição formal, como função do bom sujeito, noção com a qual trabalha este discurso. Assim, não obstante esta circunscrição, pelo funcionamento da linguagem, cuja estrutura se dá “na relação contraditória entre a paráfrase e polissemia” (ORLANDI, 1988, p.14), a atualização e a desconstrução dos sentidos postos são processados, sobrepondo a mera reiteração do mesmo, produzindo sentidos diferentes (numa polissemia contida) “pela incidência da memória, do

interdiscurso [...] pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós” (ORLANDI, 1998, p. 15).

Nesse gesto de resignificação ocorre, portanto, a produção do efeito metafórico, como ação da memória. Explicando Orlandi (1998), que a compreensão desse funcionamento contraditório entre paráfrase e polissemia passa pelas condições de produção, expondo a relação “entre a situação e os locutores, mas a destes com a exterioridade (historicidade, interdiscurso)” (ORLANDI, 1998, p.15). E, ainda, clarificando com Pêcheux que as “coisas a saber”, são sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação[...] e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos - que não são “máquinas de aprender” (PÊCHEUX, 2015a, p. 53, destaque do autor)

O lugar de inscrição dos sujeitos alunos, descrito acima, é igualmente o espaço em que os efeitos de sentidos são produzidos, lugar da polissemia, do discurso polêmico. No caso das fotografias e poesias do Projeto, Seca, Xote e Baião este espaço é revelado pela possibilidade dos sujeitos significarem na exclusão, mas igualmente na descontinuidade que revela falhas em relação às imagens do *Vidas Secas* e a outros discursos que o atravessam.

Teoricamente, em Orlandi (1998), a passagem do DPA, em que predomina a paráfrase, consequentemente a não possibilidade da reversibilidade e da autoria, para o DP polêmico, em que os pontos fixos sofrem redução pelos equívocos, é constituinte no processo discursivo pela movimentação das posições dos sujeitos – professor/aluno. Dessa maneira, a reversibilidade é a possibilidade que a posição-aluno tenha igual legitimidade no confronto discursivo com a posição-professor, assumindo seu dizer, condição da interpretação aberta pela descrição, mas que conforme Pêcheux (2015b) não se trata de duas faces sucessivas, e sim de “uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível” (PÊCHEUX, 2015b, p. 54).

A relação posta entre a posição-professor/ posição aluno nesse jogo linguageiro faz Orlandi (1998, p. 17, destaque nosso), questionar sobre “o que ensinar e o que aprender”. Para tais indagações propõe, então, o aprofundamento da posição-aluno *pelo direito à voz* e por ela a perspectiva da intervenção no processo que o colocará futuramente na posição professor.

Destaca, nesse seguimento, Orlandi (1998):

O que deve ser evitado é justamente o que eu chamaria a “pretensa” intercambialidade (movimento na mesma posição) entre aluno e professor, ou seja, o aluno não deve falar da posição-professor e o professor não pode pretender poder fazê-lo da posição do aluno. Limite imposto pelo jogo da alteridade: não se pode falar do lugar do outro. (ORLANDI, 1998, p.17, destaque da autora).

Então, Orlandi (1998), defende pela reversibilidade o acolhimento da voz do aluno na posição que ocupa, produzindo sentidos que perpassam o trabalho histórico da formulação do seu dizer. Essa conjuntura aponta para o deslocamento das posições-professor/aluno estabilizadas pelo sistema que “propõe sentidos a partir de um lugar permanente [...] administra sentidos do lugar interpretativo da instituição e [...] eterniza sentidos em sua imobilidade” (ORLANDI, 1998, p.18).

[...] cabe ao professor, enquanto responsável por um projeto pedagógico, interferir na imagem que o aluno faz do referente [...], ou seja, do objeto a conhecer Isto deve ser feito, discursivamente: a. a nível teórico, explicitando os pontos de deriva, isto é trazendo à tona os gestos de interpretação, e b. a nível analítico, dando-lhes condições para que eles trabalhem os lugares em que os sentidos podem ser outros [...] (ORLANDI, 1998, p. 18).

Com essa percepção consolida-se na ambiência escolar o trabalho com a linguagem, com os sujeitos e sentidos em sua incompletude, igualmente com os deslizamentos na produção do mesmo em processos discursivos contínuos, sempre abertos. Processos que se prologam, nas palavras de Orlandi (1998, p. 19), na história e na linguagem, na escola e na sociedade, na instituição e no discurso.

6 ANÁLISE DISCURSIVA: NOSSA COMPREENSÃO DO GESTO INTERPRETATIVO DO SUJEITO-ALUNO MATERIALIZADO EM IMAGENS E POESIAS

Neste capítulo, inicialmente, almejamos compreender como as imagens e poesias que compõem o nosso *corpus* se inscrevem em práticas de resistência estando à resistência relacionada, segundo Orlandi (2012), à forma sujeito histórica e a individuação do sujeito pelo Estado, passando, nesse trabalho, necessariamente pelo questionamento de como os sujeitos-alunos se significaram e assumiram uma posição, produzindo sentidos pela memória, para além do discurso pedagógico autoritário. Assim, a partir das noções teóricas de resistência e memória discursivas pretendemos articular nossa análise, sob uma base política materialista, assentada no sujeito não individualizado e, ou neutro, produtor de deslizamentos que no discurso implica na movimentação dos sentidos e dos próprios sujeitos historicamente constituídos.

Segundo Pêcheux (1988[1975]), a teoria materialista do discurso se concretiza dentro de práticas discursivas, no jogo da linguagem em que a ideologia se materializa pela língua no discurso. Afinal, o fundamento material dos sentidos tem dependência com o “todo complexo das formações ideológicas”, determinado por práticas sociais e não existe por si mesmo, ou por meio de uma relação transparente entre significado e significante, mas exatamente sendo estabelecido pelas posições ideológicas inseridas na questão social e histórica de reprodução e transformação das relações de produção.

Logo, é por meio das práticas discursivas que a ideologia desempenha seu papel pela contradição, na/pela linguagem, no/pelo inconsciente, se efetivando no primeiro caso pela interpelação ideológica e subjetivação pelos Aparelhos Ideológicos de Estado e no segundo caso pela falha, pelo lapso. A inscrição dos sentidos nesse processo tem referência com as formações ideológicas que determinam “pelo estado da luta de classes o que pode e deve ser dito”, ou seja, determinam as formações discursivas - “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147).

6.1 O IMAGINÁRIO, A IMAGO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS (PRIMEIRO OLHAR ANALÍTICO)

Examinaremos discursivamente o processo de produção das imagens e, consideraremos a relação tensa entre descrição/interpretação, já tendo explorado o contexto

histórico-ideológico mais amplo que explicita o nível da constituição dos discursos, exploraremos, adiante, as condições de produção e circunstâncias de enunciação que elucidam o nível da formulação. Nesse aspecto, Orlandi (2012), considera que [...] “toda descrição está exposta ao equívoco da língua” [...] (ORLANDI, 2012, p. 23), complementando que o sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição, e o trabalho do analista nessa relação “não é descrever nem interpretar, mas compreender [...] compreender como o texto produz sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 27).

Como no exposto, o dispositivo teórico-analítico da análise de discurso concebe a linguagem (o discurso) “como estrutura e acontecimento” (PÊCHEUX, 2015b, p. 16). Estes são elementos estruturantes “que tocam a ordem, a regra, mas também o acaso, o equívoco, a forma histórica da significação na compreensão de cada gesto de interpretação” (ORLANDI, 2012, p.29). Nesses termos, não se almeja ancorar os sentidos dessa análise em um patamar de verdade e de univocidade.

Conforme já enunciamos, o Projeto Seca, Xote e Baião desenvolvido no sertão paraibano com alunos do ensino médio teve como inspiração a seca. O referido projeto de nossa autoria recebeu do Governo do Estado da Paraíba o prêmio – Mestres da Educação – sendo publicado pela Secretaria de Estado da Educação no Livro: Boas ideias transformam a educação (LIRA, 2012).

No Projeto se tem a perspectiva discursiva trabalhando a materialização do linguístico, do social, do histórico e do ideológico, sendo propício pontuar que essa produção ocorre no confinamento escolar, com sujeitos alunos não “inscritos em instancias de poder” para falar legitimamente. E, nesse espaço, o poder e o controle se manifestam amplamente disfarçados pelo efeito da neutralidade, mas reforçando sentidos que sustentam a dominação e a exclusão na ordem social.

O controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro. Deve-se-ia reconhecer que os aparelhos ideológicos de Estado também operam na sociedade de controle e talvez com mais intensidade e flexibilidade do que Althusser jamais imaginou. (HARDT, 2000, p.369-370).

Dessa forma, a escola com sua base nada democrática se apresenta como lugar de controle, mas também de sujeitos - professores e alunos - que lampejam desejos de mudanças e aspiram pela criação de escolas transformadoras. Nesses espaços, o saber giraria em torno do pensar, do refletir, do questionar, do indignar-se e do construir e não apenas em reproduzir mecanicamente os sentidos cristalizados, repetindo a história dos vencedores sobre os vencidos,

afinal, como em Benjamim (1994), é preciso [...] “Escovar a história a contrapelo, ou seja, opor à tradição dos oprimidos à versão oficial da história, lutar contra a corrente, contra tudo o que pode ser considerado natural”.

Nesse contexto, é importante destacar que no Projeto trabalhou-se pelo viés da luta contra um imaginário linguístico, social, político e ideológico que oprime e marginaliza o nordestino, “vidente da seca”, reduplicando um discurso de poder com palavras de ordem que reforçam e cristalizam os estereótipos. Na direção do enfrentamento, Deleuze e Guattari (2011), discutindo sobre a ideologia ampliam o debate com a formulação da noção de devir-menor, uma forma ‘menor’ de atuar dentro de uma forma maior, na possibilidade de abertura ao acontecimento e a outros sentidos.

Mas [...] “como escapar à sentença de morte que ela [palavra de ordem] envolve, como desenvolver a potência de fuga, como manter ou destacar a potencialidade revolucionária de uma palavra de ordem?” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 61). A propositura do Projeto sugeria posição política, gesto de questionamento, condições de, por meio do devir menor, arquitetar espaços de “potência” para agir por meio de um posicionamento crítico e subversivo, de ir contra a lógica hegemônica, de assumir o ser sertanejo com vigor, altivez, coragem e resistência.

Retomamos Deleuze (2011, p. 220), [...] “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”. Certamente, estas novas armas podem se materializar nas atividades que promovem o pensamento, que instigam a construção de ideias próprias, que desnaturalizam o estabilizado, inclusive modificando e atualizando o modo de fazer a aula, de gerir a educação escolarizada, observando a história de outros lugares, não se vendo absolutamente vencido, mas organizando os pessimismos para poder permanecer de pé e nutrir a possibilidade de fuga.

Assim, não apresentamos neste estudo a *resistência* como um pré-construído, algo já dado, todavia como uma questão a ser investigada à luz da teoria de Pêcheux. Para tanto, primeiramente, é preciso elucidar os pontos de deriva dessa palavra em relação a sua aplicação usual, ou, ao seu sentido literal cristalizado no léxico, ainda averiguar onde ela se localiza, ou não, em relação às materialidades do projeto, sobretudo sua relação com a memória discursiva para além do discurso pedagógico autoritário.

Aqui, trazemos mais do nosso corpus imagético sobre o qual nos debruçaremos, buscando pela descrição e interpretação pistas que nos apontem o seu vínculo com a historicidade, com o ideológico e com o social. Observando que por meio desses pilares, a construção dos sentidos se foi tecendo como possíveis práticas de resistência, como efeito do discurso.

Figura 5 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.



Fonte: Oliveira, 2012.

O recorte produzido pela imagem não causa aparentemente estranhamento com o imaginário que marca a condição do nordestino de em períodos de estiagem está sempre pronto para partir, se deslocar almejando dias mais vindouros. O social, o histórico-ideológico está contido referindo uma posição de não estranhamento dessa realidade, resgatando nessa ação as correntes de migração e estabilizando reiteradamente sentidos desse discurso.

A perspectiva política da crise não somente hídrica, mas econômica é exposta na problemática que se vislumbra, com ela a precariedade de se praticar no solo seco o plantio da semente que gera alimento e garante vida, a atividade pecuária se inviabiliza, pairando sobre estes pontos as desiguais condições materiais da existência. Por este ângulo, sob o crivo das relações de mando e de obediência se refletem as relações sociais, a sujeição, contudo, mesmo interpelados por tais determinações, desponta no semblante dos três sujeitos postos à frente e em retirada uma não assimilação do contexto que os cerca, fundamento este que para nós revela a condição do político em se manter confiante, perguntas indiretas que são lançadas por eles, este paralelismo sugere deslizos na cena. Possivelmente, o horizonte azul que anuncia a distância da chuva, os convida a seguir adiante sem olhar para trás.

Há bem posto nas imagens que trazemos a recorrência de um drama social brasileiro - a desigualdade. Segundo Souza (2009), esta condição está enraizada na história do Brasil, ela

é naturalizada, proposta esta que se alinha ao que discutimos no capítulo I sobre a divisão entre humanos e não humano na forma que argumentou Rancière (1996).

Então, para Souza (2009), temos,

A continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los (SOUZA, 2009, 24, destaques do autor).

Trata-se de evidenciar na fala de Souza (2009), uma invisibilidade dada para tais questões e da necessidade de trazê-las para o centro do debate. Assim, assegura Souza (2009, p.25, destaques do autor), que essa “classe social”, nunca percebida até então enquanto “classe”, nunca vista como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre foi (in) visível, sempre foi um “conjuntos de indivíduos” carentes, ou perigosos, uma posição que se assemelha ao que discutimos no capítulo quatro, quando tratamos do contexto amplo da produção de sentidos em formulações sobre o nordeste brasileiro, sobre a seca e o retirante.

Avançamos para pensar na possível transformação, na luta que se renova, na resistência, partindo do princípio de que a contradição presente na linguagem, no sujeito, nos sentidos, não permite uma conformação, uma naturalização dessas questões, pois não estamos condenados a simplesmente reproduzir como máquinas ao modo dominante. Atravessados pela ideologia, temos por garantia a condição da falha, do furo e, para nós, a imagem 05 materializa essa contradição, traz o heterogêneo pelo detalhe do riso que se estampa na face dos fotografados, não possibilitando a relação especular total com o *Vidas Secas* e assim, fazendo advir outra imagem fruto do deslizamento no sentido.

Segundo Souza (2001), é a policromia que permite ao interpretar a imagem, projetar outras imagens, cuja materialidade não é da ordem da visibilidade, mas da ordem do simbólico e do ideológico. Assevera a autora que esse gesto é da ordem do discurso, afastando a leitura da imagem da perspectiva da descrição formal reducionista e de uma possível coerência que a emoldura e a estabiliza.

A policromia revela a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidade que, ao possuírem uma correlação entre si, emprestam à imagem a sua identidade. Essa correlação se faz através de operadores discursivos não-verbais: a cor, o detalhe, o ângulo da câmara, um elemento da paisagem, luz e sombra, etc. [...] (SOUZA, 2011, p. 390).

Esses operadores são responsáveis pela textualidade da imagem, bem como pela produção de outras, considerados pela autora como textos não-verbais. Dessa forma, essa nova

imagem que analisamos aqui porta inexatidão na forma como os sujeitos-alunos constroem, recriam a imagem do outro contada no *Vidas Secas* e que de algum modo vive no imaginário dos brasileiros.

A narrativa presente na obra literária, lugar de memória para a produção do ensaio fotográfico com os alunos, descreve a imagem pela palavra, fala dela localizando-a no tempo e no espaço, mas concordando com Souza (2001), jamais revela a sua matéria visual. Destaca a autora que a forma material da imagem, independente de sua co-relação com o verbal, e ainda, é o fato da imagem ser tomada como linguagem e não como cenário que traz a condição da incompletude e dos sentidos em deslize.

Enquanto atividade do Projeto escolar, o ensaio fotográfico propôs, intuitivamente, a condição de cenário para a imagem, contudo pontuamos que essa intencionalidade de mostrar, de reproduzir as cenas do *Vidas Secas* foi furada, segundo nosso gesto analítico. A repetibilidade do verbal no imagético sofre alterações e entre o representado e a representação outras imagens foram constituídas.

Desse modo, não se pode desconsiderar o trabalho ideológico da linguagem, exercício que propõe, concomitantemente, o vínculo entre sujeito e história, ou, entre equívoco e contradição. Nesse caso, o furo da ideologia como um sempre já lá se manifesta mirando pelas condições de produção as relações entre sujeito, espaço, sentidos e por meio delas os gestos ordinários de resistência, as [...] “vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, 2014a, p. 278). Eis aí enunciada à impossibilidade da perfeita identificação.

Figura 6 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

A memória dá, nessa imagem, o mesmo direcionamento de sentido que na imagem anterior, fazendo remissão aos saberes postos pela obra *Vidas Secas* e não poderia ser diferente, uma vez que as redes de memória tendem a estabilizar o já-dito, presentificados pelo desalento da cena, pela água pouca e suja, pela ausência de um dos filhos, talvez deixado para trás, e em relação com outras redes estabelecem na fotografia uma relação especular. Pela constatação, a identificação com a posição-sujeito e com os saberes da formação discursiva da seca marca expressivamente o reconhecimento das condições a que são subordinados e de pertencimento a este mundo que o cercam e que observam.

Para serem lembrados depois, como sentidos em confronto, chama-nos à atenção a postura desses corpos, de pé, equilibrados, endurecidos e em contemplação do líquido precioso. Esses são elementos que podem favorecer a reconstrução desses sujeitos em relação ao imaginário do que está posto na obra de Graciliano Ramos e em outras memórias que aqui são recuperadas.

Nossa compreensão é de que há gestos fortes, sinais indicativos que estabelecem nessas materialidades uma força, uma potência, imprimindo filiações de sentidos localizadas na dominação, reproduzindo uma problemática social do passado e do presente, *mas* sempre apontando a existência de uma imago dada pelo imaginário e que atravessa todo o processo de

tessitura desses discursos. Discursos de “reconhecimento” das raízes e de luta pelo direito à “voz²³”.

Assim, nessa construção os sujeitos alunos assumem uma posição discursiva, a partir de um lugar social marcado historicamente e as palavras e expressões se alternam em significação. Este desdobramento é possível, reiteramos, pela memória que retoma sentidos, afinal [...] uma mesma palavra, na mesma língua [...] vai [...] significar diferentemente, dependendo da posição do sujeito (ORLANDI, 2015, p. 58).

Fotografados de costas, fato que se repete nas imagens - 03, 04 e nessa que ora analisamos, percebemos a expressão que melhor descreve a condição humana desses sujeitos, sem face, sem identificação, o que para nós significa visibilizar a memória que inscreve essa cena e que dá a conhecer o lugar e a posição social que ocupam. Questionamo-nos se a ausência dos rostos na imagem são, igualmente, marcas das inúmeras faltas que os tecem enquanto gente no tecido social, mas aqui também o simbólico não se fecha e abre brechas para outros sentidos.

Nessa nossa leitura trazemos o pensamento de Mariani e Medeiros (2013, p.13), quando ao tratarem, por um lado, de pichações feitas pela prefeitura do Rio de Janeiro em moradias populares que posteriormente seriam desocupadas, e por outro lado à fixação, por parte dos moradores, de fotografias suas ampliadas trazem para aquela situação uma narratividade pelo simples fato de estarem ali. Outrora, afirmam as autoras, “As fotos singularizam aqueles que lá habitam [...] Não se trata de um morador identificado, mas de qualquer um integrante ou não daquela comunidade que poderia ocupar aquela posição social” (MARIANE; MEDEIROS, 2013, p. 13).

A constatação da não visibilidade do rosto não inviabiliza o que elencamos acima, a partir da postura dos corpos, como furos na imagem apontando para a resistência discursiva produzida por um sujeito não soberano e, portanto, distanciada do conceito de resistência enquanto ato pleno da consciência que deseja se contrapor a uma força (poder) que o submete.

Capturados pelas costas, a imagem inclui também uma perspectiva (sentidos em jogo) do que pode vir a ser, do que está pela frente, do desejo como motor de superação dos obstáculos deixados para trás, da possibilidade de uma vida nova, dos personagens protagonizando seus destinos, construindo seus caminhos. Reside nesse fato, a retomada da memória do *Vidas Secas* e da historicidade do sertanejo, que em comum carregam os sentidos

²³ Pensamos, no nosso trabalho, a “voz social” enquanto o direito dos sujeitos sem legitimidade discursivizarem, na exclusão, o ideológico e o político. Refletindo as narrativas históricas sempre “ditas” na ótica dos vencedores, percebemos claramente que algumas “vozes” são caladas, apagadas, silenciadas em nome da verdade daqueles (as) que tem autoridade para cristalizar um sentido em detrimento de tantos outros possíveis.

de viver a crueldade da seca e da presença sempre viva da esperança em um futuro mais promissor.

Figura 7 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

O efeito de evidência dos sentidos na interpretação marca sempre um já-lá e essa experiência é regida pela ideologia, é construída por ela. Conforme Orlandi (1996), a ideologia sustenta sobre os já ditos sentidos institucionalizados, admitidos como naturais: “Há uma parte do dizível, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva)” (ORLANDI, 1996, p. 31).

A unicidade dos sentidos nas imagens é mobilizada pela relação da linguagem com a história, da linguagem com o imaginário, sejam pelas cores, os tons dramáticos, que destacam o solo seco, pela água lameada, seja pela gestualidade rústica que domina a cena, e mesmo a vitimização que recai sobre estes sujeitos, situação que os esvaziam do político e que os lançam à condição de excluídos. Nesse sentido, replicamos com Orlandi (1996), como no capítulo I, que não há relação direta entre o mundo e a linguagem, entre a palavra e a coisa, a relação funciona pelo imaginário, daí o efeito de evidência, sua ilusão referencial.

Dito de outra forma: se se tira a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas. No entanto, em seu funcionamento ideológico, as palavras se apresentam com sua transparência que poderíamos atravessar para atingir os “conteúdos” (ORLANDI, 1996, p. 32).

Como já afirmamos, a análise de discurso questiona essa transparência e o faz considerando o imaginário, de tal forma, os sentidos disponibilizados nas imagens estão atrelados a esta condição. O funcionamento dessa ilusão se realiza como uma projeção que dá um sentido para o discurso, projeção que pretende alcançar o que é um nordestino, o que é ser sertanejo da seca e, nela, posições são marcadas e significadas. Por estes efeitos as formações discursivas vão se revelando.

Figura 8 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

A imagem em questão joga, a nosso ver, com uma produção estereotipada e amplamente difundida sobre o espaço geográfico da fome e das desgraças sociais consequentes da seca e estas realidades são postas como principais características da vida no sertão, não sendo errôneo ler que no imaginário coletivo esta cena é representativa do lugar da degradação. Há um modo pregado de leitura que está determinado, que está enraizado pelo hábito e posto no imaginário nacional elitista, mas não só dele, afinal pelo viés da vitimização alguns nordestinos também se leem nessa vertente, contudo nisso também há interdição que os impedem de produzir outros sentidos, aliás, estes até recairiam em um '*non sense*', que de acordo com Orlandi (2009, p. 230), se relaciona com o não experimentado, com o que ainda não foi significado, mas que poderá vir a ser por uma necessidade histórica.

Poderíamos pensar que há uma dupla distância no fato de olhar, nos moldes como abordou Didi-Hubermam (1998), de tal forma que os objetos da imagem trazem alguma

cegueira, uma não totalização da visão que se tenta dar para aquilo que olhamos. Para nós, a hierarquia social e a classificação em estratos sociais polarizados, tomada como uma singularidade natural de determinados grupos, vão produzindo o automatismo do olhar, a evidência violenta reveladora da cegueira que isso traduz ao nos debruçarmos sobre a imagem 07 por produzir o efeito globalizante e não o efeito multiplicador dos sentidos, o efeito da falta que a imagem carrega, o seu real.

Podemos conceber que este real é inapreensível, ele não se entrega a uma nomeação, a uma verdade. Desse modo, os saberes que dispõem uma interpretação X da condição dos viventes da seca, diante da linguagem que se constitui pela não completude, são sempre provisórios, parafraseando Lacan (1999b, p. 94), essa interpretação é uma ‘mentira’, “é sua maneira de dizer a verdade a cerca disso”.

Isso que dizemos acima é no sentido de que em referência ao objeto lido e suas possibilidades de significação haverá sempre um não-dito²⁴, assim toda interpretação é parcial e na relação com a verdade que se põe no dito ela é sempre pela metade, ela é equívoca (uma condição da linguagem) afinal: “[...] nenhuma evocação da verdade pode ser feita se não for para indicar que ela só é acessível por um semi-dizer, que ela não pode ser inteiramente dita porque, para além de sua metade, não há nada a dizer [...]” (LACAN, 1999b [1959-1960], p.53).

Voltando ao ponto nodal da clareza que cega, chamamos a atenção para o fato de que esses outros sentidos dão elasticidade a estereótipos e preconceitos enraizados na nossa cultura, servindo as ordens e aos quereres de grupos elitistas dominantes, mas também a grupos medíocres, de leitura superficial e segregadora. Acrescentamos que a valorização do pertencimento e do reconhecimento do regional é imprescindível, todavia deve ser concebido para além de um ponto fixo, de uma única significação, ou, de uma representação de um pensamento, outros sentidos precisam ser confrontados à luz do social, do histórico e do político, adiante mencionamos a redução dos pontos fixos de significação dessa imagem e o furo produzido.

²⁴ Conforme Orlandi (2007, p.12) todo dizer tem uma relação fundamental com o não-dizer. Essa dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não-apreensível).

Figura 9 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

Como já afirmamos os sentidos têm história e são atravessados pela opacidade, eles fazem referência a outros sentidos “é daí que eles tiram sua identidade” (ORLANDI, 1996, p. 31). O dito carrega consigo um não-dito, como vimos em Orlandi (2007), apontando a impraticabilidade da linguagem em sua precisão, em sua literalidade, essas considerações costuram os fios que tecem a imagem 09, ficando acentuada a relação de desigualdade que permeia a existência do sujeito, reflexo das relações sociais que estabelecem as relações de classe, pegando a explicação de Pêcheux (2012, p. 127).

Assim, pensamos: seria possível um método para medir os silêncios? Trazemos Spivak (2018, p.81) fundamentando que o não dito, se demarca daquilo que é “o que se recusa dizer”²⁵ e, aí sim, há condição de realização da tarefa de reconhecer silenciamentos, ou mesmo jornadas de silêncios. Pois é nesse campo que se abre a proposta ideológica que inscreve a discursividade dessa imagem no jogo da luta de classes, nos mecanismos que o envolve e que polariza os sujeitos socialmente.

Há impossibilidades postas nessa disputa, há ‘origens’ perdidas que impõem ao oprimido o esquecimento do porque da sentença e da subalternidade e assim, fixar a interpretação nesses pontos abre horizontes para a construção de possibilidades de sentidos que se cristalizam e se abrem ao deslize como na imagem 09 em relação à imagem 10. Afirmamos

²⁵ Na perspectiva trabalhada por Orlandi (2007) – O silêncio não remete ao dito; ele se mantém como tal; ele permanece silêncio e significa.

que esse trabalho sobre o arquivo, sobre a memória e a historicidade “é de fato, uma tarefa de “medir silêncios”” (SPIVAK, 2018, p.82, destaque da autora). Diria ainda que além de “medir” esta ação deve provocar uma análise, uma escrita-denúncia, a isso nos propomos nesta tese, concebendo com Orlandi (2007), que quando se trata do silêncio nós não teremos marcas formais, mas pistas, traços. São por fissuras, rupturas que ele (o silêncio) se marca fugazmente.

Por esta direção, a leitura que nos afeta enquanto analista nessa imagem é a condição da dominação, as posições que ocupam estes sujeitos e o modo como representam na ideologia suas perspectivas. No sujeito da lei, a tarefa de ‘garantia da ordem e da disciplina’ pelo Aparelho Repressor do Estado, fazendo prevalecer os interesses do poder ao qual serve e sendo instrumento para a sua manutenção, nesse sujeito está à fala do governo, da administração, do exército, dos tribunais, como afirma Silva (2013), e em nome desses atuam, ou seja, o comando que efetivam assegura a ideologia dominante dos que estão no poder.

Por outro lado, situamos o sujeito dominado, explorado pelas determinações impostas, devendo seguir sempre as orientações do dominante, obedecer à hierarquia, à princípios que o privam da liberdade e apontam o seu espaço de fala. Mundos e representações ideológicas divergentes e conflitantes que estruturam uma divisão política bem marcada entre classes, entre lutas, impondo sanções, punições severas em caso de rebeldia e de transgressão da norma.

É siderante constatar que estes sujeitos, produtos da luta de classes, ao longo do tempo são controlados e submetidos, mudando apenas às formas na medida em que o capitalismo vai se modificando, se reconfigurando e engendrando novos modos de sujeição. Independe se a dominação se exerce, pelo chicote do guardinha covarde (conforme a obra de Ramos) – ou, controle externo, ou, se pelo controle internalizado, como no modelo da sociedade de consumo, nos termos abordados por Hardt (2000).

Hoje, mais asseveradamente o sujeito é afetado por essa ordem capitalista que ganha formas outras e opera não apenas pelo confinamento disciplinar – Foucault (2014) - (o aprisionamento de um corpo numa cela) mas pelo controle absoluto. De fato, concordamos que na sociedade dita disciplinar o poder já realizou sua tarefa, atuando sobre o corpo do indivíduo e se manifestando naquilo que lhe era particular e subjetivo, tornando-o máquina preparada para a reprodução das formas, esses momentos de submissão seja em relação aos personagens do *Vidas Secas*, seja nessa materialidade imagética em análise ressoam nas palavras de Foucault (2014), quando enuncia:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e recompõe. “Uma anatomia política”, que é também igual uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que faça como que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 2014, p.135).

Por este modelo os corpos foram docilizados, fabricados para atenderem ao trabalho, especializados em uma tarefa de força (produção) e em contrapartida politicamente esvaziados da possibilidade de insurreição. A técnica da dominação dobrou esses “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2014), anulando qualquer tentativa de revolta e mal estar contra o poder, eles estão sobre o olhar da vigilância permanente; diria Pêcheux (2014a), eles estão sempre assujeitados, operando pela ideologia capitalista que na contemporaneidade, segundo Orlandi (2012, p.226), funciona sob a égide de duas falsas lógicas: o mito da completude - de uma sociedade estruturada como um todo bem organizado e coeso, criando a interpretação da *desagregação* – e a perspectiva neoliberal em que a reciprocidade e a solidariedade cedem lugar à competição, à rivalidade e à marginalidade.

O fato notório é que a vigilância sempre atuou como controle, como um sempre já lá. Assim, o poder nessa ação, segundo Foucault (2014), é produtor de um controle que funciona igualmente a uma rede espalhada que vai se atualizando e funcionando em todo lugar, a todo tempo, inclusive ao ar livre; ela não está mais fechada em quartéis, cadeias, escolas e, ou, hospitais... Contudo, o assujeitamento se fortaleceu travestido de outras formas, escondido sobre outras ideias contemporâneas como felicidade, liberdade, independência, um efeito característico da formação social capitalista, nas palavras de Orlandi (2012), estas são outras formas de assujeitamento, uma vez que o capitalismo desenvolve também outras formas de dominação e de segregação.

O exemplo foucaultiano do controle, da docilização dos corpos e do perfeito assujeitamento exercido como força da sociedade capitalista tem na luta de classes, discutida por Pêcheux como a luta pelos sentidos (2014), seu ponto de contradição, posto que sob este poderio soberano a resistência-revolta-revolução irrompem como bandeiras de luta contra essa ideologia dominante, una e plena. Nesse ponto nodal, Pêcheux (2014a), elucida que a distinção entre interpelação ideológica e violência repressiva da visão althusseriana ganha em Michel Foucault à possibilidade de serem retificadas pela exposição do processo de individualização-normatização na qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam corpos e garantem materialmente a submissão dos dominados, “*mas com a condição expressa de retificar o próprio Foucault sobre um ponto essencial*, a saber, seu embaraço com respeito a psicanálise e

ao marxismo: desmontando pacientemente as engrenagens pelas quais se realizam o levantamento e a arregimentação dos indivíduos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 279).

Destarte, a relação explicativa de Pêcheux (2014a), nessa questão alcança por um lado a contribuição de Foucault para as lutas revolucionárias contemporâneas, mas também a obscuridade dessas lutas, já que ele não deixa acessível “os pontos de resistência e as bases da revolta de classe”. O argumento crítico peucheutiano é o de que:

[...] esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e consequente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os processos de domesticação animal. [...] torna, consequentemente, a revolta totalmente impensada, pois assim como não poderia haver “revolução dos bichos”, também não poderia haver extorsão de sobre-trabalho ou da linguagem [...] (PÊCHEUX, 2014a, p. 279).

Nesse modelo, à resistência parece impossível não fosse o espaço reservado para a falha no ritual do assujeitamento. O que na verdade é contínua é a sempre luta de classes na história e as pequenas vitórias que se assinalam nesse percurso.

Desse modo, pelos atravessamentos das discursividades que constituem e apreendem os sujeitos e os sentidos do nordeste e da seca, perpassados por inúmeras imposições sociais, a resistência só é possível pelo *deslizamento*, pelo *lapso*. De fato, é preciso antes conceber tais determinações, fazendo a ligação com a luta de classes antagônicas, pensando o sujeito na sua incompletude, imerso em processos que podem produzir aberturas nas evidências, na condição do real.

Figura 10 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

Na imagem 09 lemos pela determinação da realização do impossível que - “[...] a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer [...] enfraquecimento e brechas [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 277), e da possibilidade de insurreição, de rachaduras produzindo deslizamento do sentido posto na história, posto nos sujeitos, no espaço da contradição. Se por um lado é posto a condição da impossibilidade, a expressão transgressora produz o efeito da condição do que é possível, da resistência possível, conforme Modesto (2014).

Dessa forma, o gesto do dominado punhando seu instrumento de trabalho nos atinge como sinal de resistência, como um “lampejo de consciência” que o faz recuperar a causa da sujeição; gesto simbólico de intervenção no sentido logicamente estabilizado pelas determinações históricas e contradição em relação ao discurso dominante que o faz submisso, fatores que deslocam os sentidos e produz furos. Na relação parafrástica com o *Vidas Secas*, o soldado é o fraco, é aquele que sem motivos razoáveis agride fisicamente e leva à prisão o personagem Fabiano, e este quando tem a possibilidade de se vingar, de se livrar das lembranças da humilhação a que fora submetido, prefere não o fazer, julga na sua ignorância o quanto o soldado é covarde.

Retomando a imagem, percebemos que os sujeitos estão lado a lado, destacando ainda a luz do sol e as cores fortes estampadas na roupa do Fabiano e no verde das árvores ao fundo, contrastando com os galhos secos e a sombra que recai sobre o guarda em seu movimento de recuo. Interpreta-se nesse funcionamento que o sujeito dominado rompe com as restrições impostas, assume atividade em detrimento da passividade que o toma na imagem 09, há uma desconstrução do impossível deslizando para uma construção do sujeito ‘não submisso’ e do sentido politizado que ele estabelece com seu gesto. Noutro modo, há uma passagem do silêncio-admissão para a voz-ação que reage ao poder²⁶; poder que como nas prisões, segundo Foucault (1972):

Não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (FOUCAULT²⁷, 1972, destaque do autor).

²⁶ Poderíamos cogitar que aí nesse gesto um subalterno se emancipa? É possível pensar à luz da pergunta de Spivak (2018, p. 110) - Pode o subalterno falar – que há uma contínua construção do subalterno que produz essa emancipação? Essas são provocações que nos interessam para pensar a resistência.

²⁷ Texto Os Intelectuais e o Poder – Conversa entre Michel Foucault e Giles Deleuze, (1972) disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/81012/mod_resource/content/1/Texto%2016%20Os%20intelectuais%20e%20o%20poder.pdf>

Dado o que se anterioriza, e olhando para as condições de produção dessas materialidades imagéticas, vemos que pelo trabalho com o simbólico dentro da prática discursiva o sujeito teve a possibilidade de formular a partir do discurso literário da obra *Vidas Secas* (mas não só dele), ampliando o “confronto com a linguagem e através dela o confronto com o mundo”, conforme Orlandi (1999). Por esta via, a historicidade dessa produção clarifica a indissolúvel relação entre à *história*, à *ideologia* e o *sujeito*, e na intersecção das três noções a resistência desponta vestida pelo simbólico em processos de ressignificação. Atravessada pela memória a que estão filiados os sujeitos, a tríade em destaque traz para a análise o equívoco e a contradição como quadro de possíveis falhas no ritual da interpelação, falhas que adiante apontaremos.

Vale acrescentar que Graciliano Ramos no *Vidas Secas* apresenta ao leitor personagens que denunciam a exclusão social, o silenciamento e contextualizam um típico cenário nordestino de 1938 castigado pela seca, levando contingentes migratórios a buscarem lugares em que pudessem assegurar sobrevivência. Com as devidas mudanças e alterações próprias de cada historicidade, na relação com a memória contemporânea de viver no sertão ainda hoje torturado pela seca, essas memórias se encontram, se atualizam e suscitam a construção e a produção de sentidos por parte dos sujeitos alunos ancorados nessa historicidade que os atravessa, funcionando como modos de inscrição do sujeito na leitura, retomada de discursos já-ditos na produção da sua leitura e posteriormente da sua escrita (expondo a relação da língua e da história no discurso).

Nesse sentido, dizemos que essa mesma obra literária lida por alunos de outras regiões do país não produziria os mesmos efeitos. Reiterando com Orlandi (1987, p. 25), que a linguagem é um trabalho, fruto da interação entre homem e realidade natural e social, em que mediação se esclarece como relação constitutiva, possibilidade de transformação.

Então, na experiência da leitura, no debate aprofundado e na atualização da obra de Ramos em sala de aula, estes sujeitos alunos apreenderam a realidade difícil do convívio com a seca e suas mazelas “*ad aeternum*”, fazendo no jogo das semelhanças e diferenças das intemperes climáticas de ontem (1938) e daquele presente (2012) a reconstrução de uma imagem do sertão nordestino, ‘desenho’ do ser sertanejo que se marca no processo de textualização dessas materialidades. Compreende-se que, de fato, em toda a produção simbólica desse projeto se entrecruzam, como furo, pela direção da memória a questão da imagem na relação com o Imaginário, termo discutido por Vanier (2005), como um dos registros da experiência psíquica, não se resumindo a imaginação, mas agindo na perspectiva de fazer acomodações, tranquilizar, tentar envolver o Real (outro registro psíquico) que se apresenta

como caótico, não se deixando capturar por nenhum símbolo, por nenhuma nomeação; imaginário, real e simbólico interligados, formando o que Lacan designou por ‘Nó Borromeo’.

Nesses termos, Vanier (2005), mostra o imaginário como um mecanismo de constituição do EU, cuja função é, por meio do “estádio do espelho”, localizar este EU provocando uma identificação, “a saber, a transformação produzida no sujeito, quando assume uma imagem” [...] (VANIER, 2005, p. 37) - a isso o autor chama de *imago*. De fato, a vivência no solo sertanejo e a bagagem deixada pelo *Vidas Secas* são apropriações que engendraram relações especulares seja na textualização da imagem fotográfica, seja nas poesias, desencadeando uma correlação, *a priori*, de identificação, clarecendo que [...] “A mesma identificação que funda o EU também o determina como um outro”. (VANIER, 2005, p.38).

Dessa forma, mesmo na relação com o espelho em que há uma aproximação, uma primeira identificação, paradoxalmente, há estranhamento uma vez que não há uma relação linear de igualdade entre o EU e o outro especular e sim relação de semelhança, essa *imago* é criada pelo imaginário, um registro da ilusão, portanto, alienador; imagem que se marca pela ‘presença-ausente’ do sujeito. A psicanálise e a análise de discurso em suas aproximações não trabalham com a noção de identidade, justamente por ser fechada, acabada, mas ambas exploram a ideia de identificação que denota instabilidade, construção, processo temporário capaz de ser rompido, atingindo outros níveis como o da contra identificação e da desidentificação²⁸, nos termos já abordados nessa discussão por Pêcheux.

Podemos, então, associados à memória discursiva, zona de confronto entre as redes de memória, averiguar o jogo de forças antagônicas que buscam restabelecer e estabilizar os “implícitos”, o estável e a memória que busca desregular, desestabilizar os já ditos, os pré-construídos, e instaurar o acontecimento discursivo, em que [...] “sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva [...] a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrases” (PÊCHEUX, 2015a, p. 47). Nesse espaço de conflito, o acontecimento é o espaço móvel que possibilita o novo, os sentidos em deriva. Ou seja, em relação às fotografias em estudo, a imagem discursiva totalizadora que se tem da seca como uma representação histórico-social-linguística e reforçada pelo *Vidas Secas* é resignificada.

A reflexão teórico-prática se direciona para o exame da memória como lugar de identificação, de certas evidências estabilizadas que podem (devem) ser resignificadas, deslocadas, por meio das modificações simbólicas e despontarem como campo de resistência,

²⁸ Pontuamos que essa noção é trabalhada apenas pela Análise de Discurso.

já que, como vimos à resistência não é voluntarista, espontaneísta, dada à constituição do sujeito pela ideologia e inconsciente. Por esta via, a memória contemporânea de um nordeste de avanços em relação à pobreza extrema, de melhoria na oferta da educação, habitação e saúde visibilizados pelas políticas públicas sociais dos últimos governos e com dados que revelam avanços em relação ao passado, ainda o envolvimento da tecnologia e do acesso à informação que abraçam grande parcela da população, entram no embate com a memória dos remotos tempos históricos, reafirmados pelo *Vidas Secas* em que o nordeste se marca de forma pré-concebida, categorizado como lugar apenas de ignorância, fome, miséria e vulnerabilidade.

A memória social que materializa no conjunto da obra *Vidas Secas* o nordeste da degradação, da escassez, determinado historicamente, é também reproduzida em outras artes plásticas, literárias, musicais e largamente no discurso midiático e no imaginário nacional. As redes de memória são acionadas desses diferentes lugares de memória como no quadro – *Os Retirantes e Criança Morta* de Cândido Portinari (1944) - expondo os sofrimentos dos emigrantes flagelados, ainda nas obras da literatura em *A Fome* de Rodolfo Teófilo (1890) descrevendo a chegada de retirantes em Fortaleza, *A Bagaceira* de José Américo de Almeida (1928) em que o espaço geográfico da obra era alterado pela vinda dos retirantes, *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, publicado anterior ao *Vidas Secas*, em (1930); na discografia de Luiz Gonzaga (1947), sobretudo, na letra das músicas - *Asa Branca*, *Triste Partida*, *A volta da Asa Branca*, transformadas em hinos da seca e tantos outros discursos que oportunizaram a retomada dos “já ditos”. Nas fotografias do *Projeto* os sentidos dessa figuração da seca são retomados pela mobilização do interdiscurso e da memória, relação de tecedura que se marca pela imbricação material do fato social.

Estes discursos atuam como operadores de memória guiados pela historicidade. São sentidos já enunciados, já compostos, funcionando na textualização das materialidades do projeto como pré-construídos, e pelo encontro com uma atualidade estão sempre sujeitos a derivas, a desregulações, leituras outras que não reforçam as ‘legitimadas’, ou, que não estejam sob o manto do paternalismo oficial. Logo, entendemos que a historicidade, a memória e o acontecimento são operadores discursivos que dentro de uma prática renovam os sentidos, lhes dão corpo.

Acentuamos que estes aspectos entrepostos no processo de textualização das imagens, na relação de entremeios, transportam para a prática discursiva a historicidade dos sujeitos alunos e reclamam, gritam por discursos transgressores. Dessa forma, o gesto analítico de compreender as fotografias construídas a partir da identificação com as cenas do livro de Graciliano Ramos exige ancoragem na tríade fundamentadora da análise de discurso, nos

afastando da plasticidade das imagens, do automatismo do olhar e da evidência do visível para podermos alcançar os sinais de ruptura simbólica, afinal acreditamos que a falta se revela para além da aparência: “Jamais me olhas de onde te vejo” (LACAN, 2008 [1964], p.104).

Tais gestos são vestígios do equívoco, do desencontro com a obra *Vidas Secas* e desabrocham como efeitos produzidos no discurso imagético, na errância dos sentidos, estampados, também, nas roupas reluzentes, bem passadas, bem acabadas, de tons claros e perfeitamente sobrepostos, nas figuras 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 12 e 13; nas sandálias novas que protegem os seus pés, sobretudo na figura 05; nos cabelos bem cuidados da Sinhá Vitória, na figura 11; no riso fácil que estampa a face do Fabiano e da Sinhá, imagem 05, na bolsa (bornó) higienizada do Fabiano, figuras 03, 04, 07; no verde alvissareiro das árvores, figuras 03, 04, 05, 06, 07 e 13; no pano branco límpido que lhes serve de mala, figuras 03, 05, 06, 07; na posição ereta dos corpos que não parecem como submissos, de ombros curvados, mas com “nó na garganta”, figuras 02, 03, 04, 05, 06, 10, 11 e 13; no pano estendido ao chão para apoiar o prato durante a refeição (higiene e educação, boas maneiras em meio à pobreza extrema), figura 08; do cata-vento que no sertão denota a existência de poços artesianos e por meio dele outras formas de captação e bombeamento de água em meio à seca, figura 10; dentre outros.

Nas imagens há discursivamente um desencontro, um confronto em relação à textualização das passagens da obra. Entendemos que a significação fotográfica propõe movimento de sentido para além da ordem parafrástica.

Pois, acentuadamente na obra é descrita a ausência de expressão corporal ou verbal de empoderamento, da esperteza que lhes faltara sendo levados por qualquer argumento, dá má sorte e condição animal de indivíduos que não possuíam se quer nomes próprios, sem ‘identidade social’, sem cidadania, sem escola, brutalizados, sem afeto e, ou, carinho, em contraponto o animal (Baleia) é humanizado pelo tratamento que recebia. Condição de vida exposta, comparável com a forma zoé, descrita por Agamben (2007), logo na introdução da obra *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua: “zoé, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens, ou deuses) [...]” (AGAMBEN, 2007, p. 9).

Nesses termos, Agamben (2007, p. 10) afirma: [...] “é evidente que a maior parte dos homens suporta muitos sofrimentos e se apegam à vida zoé, como se nela houvesse uma espécie de serenidade [...] e uma doçura natural”. Mas, pelo que falta, pelo que se marca na obra de Graciliano Ramos, isso é revelado à família de Fabiano pela ausência de voz, de direito aos sentidos da cidadania, pela exclusão do gesto político, na condição do que expusemos na seção I do capítulo dois dessa tese.

Então, as marcas apontadas acima nas imagens são indicadores fortes da descontinuidade em paralelo com a obra literária. São operadores que extrapolam o nível da consciência e que só podem aparecer, serem ditos e observados na obscuridade do simbólico, na resistência ‘ocultada’, mas transgressora por não vestir *ipsis litteris* o discurso da soberania que recai sobre o ser nordestino-sertanejo e que faz visível a luta de classes ideológica entre opressores e oprimidos, rompendo com a superfície acomodadora do imaginário fechada na imago alienante que projeta.

A memória recoberta pela literatura do *Vidas Secas* e pelas vivências nessas terras de longas estiagens são lugares discursivos dos quais, no contexto escolar, aprioristicamente, o sujeito aluno partiu produzindo os efeitos de paráfrase em que o discurso sobre o nordeste, se fez matriz de sentido pautada na repetibilidade reguladora da formação discursiva dominante, “determinando o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147). A imagem reificada de automatismo, fatalismo, passividade social, da vida no extremo limite da humilhação, determinantes da condição do vivente da seca, pode ser lida em um primeiro plano como de identificação quando nos deparamos com as materialidades fotográficas, *porém*, observando ainda algumas sequencias discursivas (SD), regularidades da Obra de Ramos, as pequenas contradições, já apontadas, localizam nestas materialidades o espaço simbólico da incompletude, da resistência²⁹, e exemplificam nosso argumento de um discurso que recai sob o nordestino *versus* um nordestino de dentro desse discurso lampejando discrepâncias, numa relação paradoxal entre “o que vejo e o que me olha” (DIDI-HUBERMAM, 1998).

Reparemos algumas sequencias discursivas (SD) retiradas do *Vidas Secas*:

SD1: [...] Sinhá Vitória beijava o focinho de Baleia, e como o focinho estava ensanguentado, lambia o sangue e tirava proveito do beijo [...] (RAMOS, 2011, p.14).

SD2: “Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais”. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado “confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele”. “E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural” [...] (RAMOS, 2011, p. 20, grifos nossos).

SD3: Então por que um sem vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá pancadas nele? Sabia que era assim, “acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças” [...] “Apanhar do governo não é desfeita”. (RAMOS, 2011, p.33, grifos nossos).

SD4: [...] “viu os meninos entretidos no barreiro, sujos de lama”, fabricando bois de barro, que secavam ao sol [...] “Pensou na cama de vara” (Sinhá

²⁹ Redizemos: [...] resistência e [...] revolta, formas de aparição fugidias de alguma coisa “de outra ordem”, vitórias ínfimas, que no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante [...] (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 301, grifo do autor).

Vitória) [...] “Dormiam naquilo, tinham se acostumado”, mas seria mais agradável dormirem numa cama de lastro de couro, como outras pessoas (RAMOS, 2011, p.40, grifos nossos).

SD5: [...] Poderiam adquirir o móvel necessário economizando na roupa e no querosene. Sinhá Vitória respondera que isso era impossível, “porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeeiros na casa”. (RAMOS, 2011, p.41, grifo nosso).

SD6: [...] Como podiam os homens guardar tantas palavras? “Era impossível ninguém conseguia tão grande soma de conhecimento” - (menino mais novo e menino mais velho conversando) (RAMOS, 2011, p.82, grifo nosso).

SD7: Se pudessem economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. “Tolice, quem é do chão não se trepa”. (RAMOS, 2011, p. 93, grifo nosso).

SD8: [...] “notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão”. “Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juro”. (RAMOS, 2011, p. 94, grifos nossos).

SD9: [...] Podiam viver escondidos, como bichos? (RAMOS, 2011, p. 123)

Pelas SD acima, pode-se dizer que as imagens – 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10,11 e 12 - analisadas não recobrem pontualmente a descrição de Ramos - ou a sua memória discursiva sobre a seca no semiárido - reverberada sócio-politicamente como discurso hegemônico a serviço da dominação e do preconceito estruturante da forma sujeito capitalista. Então, se em um primeiro nível sobressaem traços do discurso que se repete ao longo da história, materializado nos manuais didáticos e no imaginário coletivo, imobilizando assim sentidos na prática discursiva em sala de aula, mas estes foram reformulados em sua uniformidade imaginária e numa outra leitura revelam fissuras no “regime de repetibilidade”, regimes responsáveis por sustentar as redes de memória, conforme argumenta Indursky (2011):

Os sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar, de modo que as redes discursivas de formulação, formadas a partir de um regime de repetibilidade, vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória. (INDURSKY, 2011, p. 76).

Dessa forma, pela condição das novas formulações possíveis a regularização dos discursos estabilizados pode ser alterada, modificada, “ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 2015a, p. 46). É sob essa condição que a movimentação dos sentidos nas fotografias do projeto se processam no nível da formulação, passando do funcionamento verbal do livro *Vidas Secas* para o imagético, materializando a ideologia, na relação do dito e do não dito e pelo processo de textualização se apresentando enquanto texto, base de um discurso constituído de estrutura e acontecimento.

É inegável que na produção fotográfica as sensações táteis e corpóreas, as emoções, as dores e as alegrias do sertão estão significadas, mas igualmente nelas residem à contra identificação com essa condição de vida exposta, de vida em que não apenas falta água, por que também há ‘escassez de ternura’, ‘de afeição’, ‘de bons modos’. Estas são discrepâncias em relação a um discurso prévio, já estabelecido, legitimado sobre o qual se desenrola a não identificação absoluta, isto é, a impossibilidade da memória passada recobrir igualmente o presente.

Por isso, o discurso que pretende caracterizar o sujeito nordestino ‘domesticado’ e descrito no *Vidas Secas*, sofre deslocamento, na ‘errância’ dos sujeitos-alunos e dos sentidos sendo resignificado no espaço simbólico-político das fotografias, e a plena identificação com a obra não acontece, dado os deslizamentos. Pensando discursivamente, dizemos, conforme Orlandi (2017), que a memória estruturada pelo esquecimento, traz por meio da narratividade imagética as marcas da ideologia e do inconsciente na formulação do sujeito aluno protagonista, aí nessas diferentes ordens os furos surgem, as contradições revelam incompletudes³⁰, lacunas que autorizam uma leitura contra a dominância do sentido dado pelo autor.

Em outras palavras, Beck (2010, p. 151, grifo nosso) assevera que mesmo com o inelutável assujeitamento ideológico as “cotidianas resistências” ocorrem. Fato pelo qual exclama: Que bom!

Convém também, ao pensar a discursividade da fotografia mencionar, como *contraponto*, o pensamento de Barthes (1984), em sua intenção ontológica de apreender qual traço a diferencia das outras imagens, e argumentando que [...] “a fotografia se encontra no extremo do gesto, ela diz: *isso é isso, é tal !* mas não diz nada mais, uma foto não pode ser transformada dita filosoficamente[...] ela é o envoltório transparente e leve (BARTHES, 1984, p.14, destaque do autor). Paralelo a este pensamento, Pêcheux (2015a), abordando o papel da memória não a concebe “como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujos conteúdos seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório [...] (PÊCHEUX, 2015a, p. 50), transparentes e cumulativos, de tal modo, assentada sob a égide dessa formulação, a imagem (que comporta a memória) alcança a análise de discurso, como não legível. A memória esburacada que é também esquecimento.

Assim, Pêcheux (2015), negando a visível transparência dada pelos atravessamentos dos discursos que formam a imagem, esclarece que ela encontra a análise de

³⁰ Nos pequenos detalhes, na forma simbólica, todavia o deslocamento parcial dos pré-construídos, na opacidade do não dito, trouxe as modificações.

discurso por outro viés: “não mais a imagem legível na transparência [...] mas a imagem “opaca e muda”, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” seu trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições)” (PÊCHEUX, 2015a, p. 49, grifos do autor). Nessa percepção, reforça ainda a ilusão subjetiva da transparência da linguagem e da máscara que a ideologia põe sobre “o caráter material dos sentidos”, das palavras e enunciados (PÊCHEUX, 2014a, p. 146, destaque do autor), ou seja, a imagem, tomada nesse trabalho como textualidade de um discurso, se apresenta como espaço de inscrição do sujeito aluno, espaço dito pela língua; imagem que contém nomes [...] motor de discursos, ocasião assim de reatualizar à memória para retomar o que estava dito antes [...] (PÊCHEUX, 2015a, p. 38), igualmente [...] “espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2015a, p. 50).

Nessa direção, os sujeitos alunos na condição de protagonistas do ensaio fotográfico se veem em uma posição sujeito com a ‘consciência’ de que estão interpretando um personagem, um papel, um lugar estabilizado pela obra que deveria fornecer na fotografia revelada o que os saberes dessa formação discursiva (inscritos na obra) lhes dão a ver, a compreender, como diz Pêcheux (2014a), “a formação discursiva é o lugar da constituição dos sentidos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 148). Então, a partir da tomada de posição do sujeito, do lugar social e das condições de produção enunciativas que tem relação com o esquecimento número 2, a formação discursiva se revela travestida de evidências e se estilhaça quando o sujeito reage sobre qualquer disfarce ao teatro da consciência, do “sou eu”, revelando os esquecimentos de que é constituída a memória.

E pela contradição da história materializam o furo da ideologia, indo no sentido oposto ao discurso hegemônico dado como único, como o verdadeiro. Aí, pela ação da ideologia e do inconsciente o que era para ser pura ‘identidade’, identificação se firma nas entrelinhas com certa porção de diferença, se faz dúvida, se dá a captar como questionamento, na revolta (silenciada e velada) e nos deslizamentos.

6.2 A ESCRITA DA MEMÓRIA PELA IDEOLOGIA E PELO INCONSCIENTE (SEGUNDO OLHAR ANALÍTICO)

Vejamos agora as SD das poesias que serão analisadas e que foram publicadas no Livro Retalhos Poéticos da Seca (2012) - materialidades do Projeto Seca, Xote e Baião.

SD1:

SECA E SERTÃO

Nessa terra tão sofrida...

Não tem vida,

Que mereça tanta dor [...]

[...] uma coisa posso afirmar:

Minha mãe mandou rezar,

Para [...] Deus, nosso povo ajudar

Reza! Com a fé posso contar! - (Luana Duarte Viana, 2012, p.23)

SD2:

POEMA DA SECA

Maldita seca que racha o chão,

Do meu querido sertão!

Afasta seus filhos da terra natal.

Terra tão querida ao mesmo tempo árida!

Rastro de esquecimento falta amor fraternal. – (Gilvan P. Duarte; Sayonara C. Pinheiro, 2012, p. 29)

SD3:

A TRISTE VIDA SOFRIDA DO NORDESTE

[...] Oh! Meu Deus! Será que o Senhor

Esqueceu de nossa dor?

Não! Não!

Sou fiel e sei, Ele vai ouvir o clamor. (José D. F. Neto; Anderson M. Freitas; Aldei, p.30)

SD4

O DESGASTE DA SECA NO SERTÃO

[...] Famílias pobres e humildes

Desesperadas vão ficando,

Vendo o que construíram de repente,

de

sa

ban

do! –

Vem a chuva vem caindo e melhorando

A região desse povo do sertão! (Deocindo Gomes; Thais G. Sousa, 2012, p.31)

SD5

MEU NOME É NORDESTE

Sou da Seca!

Se o desprezo comove?...

Eu sou forte e verdadeiro

Apesar de sentir fome

Sou do nordeste brasileiro - (Cassio H. Alves; Lucas D. Oliveira, 2012, p. 34).

Nas SD, os recortes poéticos funcionam como marcas discursivas que se repetem nas demais poesias produzidas pelos sujeitos alunos integrantes do projeto. Desse modo, retomando o nosso trajeto constitutivo dos lugares de memória que possibilitaram a movimentação dos sentidos, percebemos uma recorrência a dizeres dentro da historicidade,

fazendo aparecer no processo discursivo aquilo que “fala antes, em outro lugar”, reforçando pela paráfrase o regime de repetibilidade e as sobredeterminações que atravessam os sujeitos, e pelas condições de produção revelam como eles se apoderam dos dizeres, articulando seus enunciados e produzindo efeitos de sentidos pela memória discursiva.

Então, na perspectiva de estudarmos nesse material a memória, a autoria e a resistência ponderando o caráter autoritário e elitista do ambiente escolar em que ele se textualizou, é oportuno reiterar o trabalho simbólico, integrante do processo sócio histórico de produção-reprodução (transformação), como afirma Pêcheux (2014a, p. 146), pelo qual os sujeitos alunos puderam significar-se rompendo com o discurso pedagógico autoritário (DPA), assumindo um papel social e se colocando na origem dos seus dizeres, se responsabilizando por eles na condição da autoria. Dessa maneira, *insistimos* que o funcionamento do discurso pedagógico é caracterizado por Orlandi (2015, p. 85) como: autoritário, polêmico e o lúdico, sendo fator determinante dessa classificação tipológica o modo como os interlocutores se relacionam com o referente e dessa relação o discurso é produzido sob estas condições e possibilidades.

O florescimento da prática discursiva de autoria que leva a pensarmos a resistência, não se justifica aqui, *a priori*, com o fato de os sujeitos alunos terem transbordado as margens do pedagógico autoritário, em que se deu à leitura, à escrita e o trabalho fotográfico no Projeto Seca Xote e Baião, inclusive com a figura do professor propondo este trabalho, cobrando a leitura do *Vidas Secas*, nos limites demarcados pelos muros da escola, e ‘avaliando’ os alunos naquilo que produziam.

Baseados nessa compreensão, as consequências de ‘fazer’ alunos autores, de levá-los a assumir uma posição, já foram estudos empreendidos com êxito na análise de discurso, destacadamente esse é mérito de Gallo³¹ em seu doutoramento trabalhando, igualmente, com sujeitos alunos determinados pela sua inscrição no discurso pedagógico autoritário, de escrita sempre circular, mas alcançando a assunção da autoria na representação como autor e na produção de sentidos pelo discurso de escrita. No nosso recorte, queremos tomando esse conhecimento já elaborado por Gallo (1995), seguir adiante analisando pela via da memória a produção de sentidos e as marcas de resistência do sujeito do discurso presentificadas pela sua tomada de posição em relação aos dizeres e aos lugares de memória (funcionando como cruzamento de discursividades) e as possíveis movências como falhas no ritual.

³¹ Pontuamos ainda em Gallo (2008, p. 56, destaque nosso) a noção de “Efeito-autor” que tem relação com o discurso, sendo alcançado mesmo onde não se produz uma escrita grafada, como no caso da escola.

Pêcheux argumenta que a “memória deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2015a, p.44, destaque do autor), essa memória é a responsável por inscrever os sujeitos em certos sentidos no espaço discursivo. Dessa forma, no trabalho com a escrita de poesias o jogo da memória foi articulando o “já dito” e “o novo”, o estabilizado e o que se desloca e revelando os efeitos resultantes da interpelação do sujeito aluno em relação ao *Vidas Secas*, no confronto entre os lugares de memória que podem fidelizar uma ‘identidade’ e a memória contemporânea que tende a desnaturalizar os pré-construídos sobre o nordeste, sobre o sertão, sobre a seca.

A guisa de tomarmos as SD dentro de uma homogeneidade identitária, poderíamos dizer que elas recobrem parcialmente os sentidos limitados já construídos e naturalizados que explicam e justificam os dramas dos nordestinos vítimas da escassez de água, afinal como revela Pêcheux (2015a, p. 45), a memória é [...] “efeito de repetição e de reconhecimento”. Desse modo, a escrita vai sempre recuperar uma enunciação e em seu trajeto significador vai sendo atualizada na articulação dos esquecimentos 1 e 2, remetendo os dizeres a formação discursiva (FD), matriz dos sentidos. No caso das poesias e fotografias aqui estamos nomeando de “FD da seca”, ‘saberes’ filiados e solidificados no *Vidas Secas* (mas não somente nele), redizemos - aquilo que “pode e deve ser dito” sobre o nordeste, sobre o sertão, remontando pelo recorte da historicidade a sua criação, as manifestações culturais, folclóricas e os pré-juízos decorrentes dos males que envolvem este espaço geográfico e sua população, ambos, determinados pela dominação nos moldes capitalista.

Pelo que precede, inicialmente, as SD 1, 2, 3, 4 e 5 considerando os seus enunciados estão registrados na mesma FD, materializados por sujeitos alunos inscritos numa mesma posição e estabelecendo uma relação parafrástica, em que uma palavra é tomada por outra, abrindo-se para a metáfora sob os efeitos da ideologia e do inconsciente. Segundo Schons (2005, p.140), “escrever implica repetição, que pode ser entendida como retorno ao mesmo, mas que, pelo fato de aparecer em outro lugar e em outro momento, torna-se uma prática única. A repetição, entre tantas coisas, requer interpretação e memória” [...]. Ao que acrescenta, o novo seria apenas um efeito do trabalho interpretativo e da memória marcados no texto como um efeito-unidade, uma competência do sujeito em organizar enunciados dispersos no tempo e no espaço. Até este ponto, as SDs apresentadas na margem da dominação, dos saberes preponderantes da “FD da seca”, pela mediação da memória, restabelecem “os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos

transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p.52, destaque do autor).

Desse modo, a textualização das poesias carrega as marcas da memória como nos fragmentos abaixo, recortados das SDs das poesias em análise:

SD1: [...] terra sofrida [...] Não tem vida!
 SD2: Seca [...] afasta seus filhos da terra natal [...] Terra árida.
 SD3: Oh! Meu Deus! Será que o Senhor esqueceu da nossa dor?
 SD4: Famílias pobres e humildes, desesperadas vão ficando.
 SD5: Sou da Seca!

Há nos enunciados uma identificação com a “FD da seca”, com o discurso pedagógico autoritário em que quanto mais o sujeito aluno parafrasear mais “correto” fica, quanto melhor repetir, melhor nota avaliativa terá, um funcionamento circular em que [...] sob a repetição há o efeito de série (PÊCHEUX, 1999, p. 52), característica do discurso institucional escolar, enquanto Aparelho Ideológico do Estado. Voltamos nessa questão a citar Pêcheux (1999), reafirmando que essa regularização discursiva “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória [...], provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira” (PÊCHEUX, 2015a, p. 46).

Fontana (2016) diz que “no efeito de série [...] na repetição [...] É o inverso de um modo de argumentar por autoridade”. Logo, este modo de argumentação se sustenta na legitimidade prévia do locutor.

É preciso considerar que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso (PÊCHEUX, 2015a, p. 17). Dessa forma, o sujeito-aluno pela enunciação retoma o discurso fundamentado na FD da seca, ele se identifica, aprioristicamente, em parte com o argumento que faz a enunciação.

O trabalho de análise das poesias até aqui realizado partiu da superfície linguística para alcançar o processo discursivo, apontando nesse primeiro momento o funcionamento do esquecimento número 2, e na busca da compreensão do objeto discursivo o aproximamos da formação discursiva, fonte dos sentidos, para assim nos termos de Orlandi (2012, p. 51), se trabalhar o esquecimento número 1, estabelecendo o confronto com a ideologia, e por meio dela a condição de se chegar ao furo pela contradição.

Este momento da análise que vincula à produção de sentidos a paráfrase extrapola o limite do linguístico e relaciona o dito a outros ditos, nesse caso, a FD da seca, desse modo, no gesto inicial podemos relacionar o fragmento da SD1: [...] terra sofrida [...] Não tem vida! – com as diversas manifestações literárias, midiáticas, das artes (lugares de memória) em que a seca figura como um cenário geográfico radicalmente desprovido de perspectivas, de sonhos, de horizontes, porque a vida perece, murcha, cai sobre o solo seco e a ele se une como integrante, ambos se confundem. No fragmento da SD2: Seca [...] afasta seus filhos da terra natal [...] Terra árida - a consciência implantada pelo fragmento da SD1 dá ao sertanejo os limites desse mundo exíguo, desse espaço geográfico natural e fatalista, cuja consequência imediata para os que não se entregam aos seus tormentos é migrar para as grandes cidades e submeter-se à exploração e às condições de humilhação que recaí sob os exilados, filhos do tempo, do ar, sem raízes; noções intrínsecas a FD das secas, assentadas historicamente e sociologicamente no modelo da dominação.

Tomando o fragmento da SD3 – Oh! Meu Deus! Será que o Senhor esqueceu da nossa dor? O gesto do sujeito aluno parece de imediato naturalizar a seca, estabelecendo a relação de que ela é castigo dos céus sob uma gente indigna, que veio para exploração, reverberam o mito de que “é assim, por que Deus quer que seja assim”. Indo para o fragmento da SD4 - Famílias pobres e humildes, desesperadas vão ficando – a constatação do que a FD da seca estabelece se fortalece no domínio da paráfrase, com as precárias e inexistentes condições de produção que não favorecem a geração de vida, de dignidade; condições que reforçam a opressão sob o oprimido e a desigual luta de classes. Por fim, na SD5 - Sou da Seca! - O sujeito aluno filia-se ao pertencimento de todos os saberes, vivências e condições dadas pela FD da seca.

Aqui, lançamos indagações para adiante chegarmos à noção de EFEITO-resistência-SIMBÓLICO: Considerando o trabalho da linguagem nas práticas discursivas e levando em consideração a forma sujeito capitalista, mas também a possibilidade de no ritual do processo de individualização pelos Aparelhos Ideológicos de Estado ocorrerem falhas, deslocamentos e furos, estes podem ser evidenciados pela paráfrase? Na sobreposição (identificação plena) do Sujeito Universal sobre o sujeito da enunciação individuado podem ocorrer brechas, desvios que revelem a sempre incompletude do simbólico e o funcionamento de um nível de resistência? Há identificação perfeita que possibilite ao sujeito reproduzir os mesmos sentidos da formação discursiva dominante, neutralizando desse modo o real da história, o real da língua e os campos de luta determinados pela resistência cotidiana constituinte do sujeito?

Os deslocamentos propositivos das perguntas formuladas encaminham nossa discussão para os acontecimentos que elucidam relações de contrariedade, de graus de antagonismo entre o sujeito aluno e a FD da seca, até o momento analisado numa relação de significação identitária, reproduzindo o discurso do bom sujeito, completamente identificado com os saberes da FD dominante do discurso pedagógico autoritário. Dadas as condições de produção já detalhadas (de imediato pensando no lugar social desses sujeitos), bem como, sua inserção no controle da escola, exigência primeira imposta nessa produção de sentidos, se chega à relação conflitante entre a sobredeterminação dessas condições impostas e a contra identificação.

Nessa vertente, pelo processual trabalho da textualização da produção de poesias e fotografias, mas no caso aqui analisando as poesias, a contra identificação explode emitindo fagulhas de resistência. É justamente de dentro dos limites do que não é possível, do que não está determinado pelos estatutos de verdade da instituição escolar que o sujeito aluno se constitui autor, ocupando uma posição, rompendo com o discurso circular da escrita que se produz para uma correção, para uma nota bimestral e para ser acumulada no fundo da gaveta do professor, ou, rasgada pelo aluno posteriormente.

Evidentemente, essa não é a contra identificação de perspectiva mais abrangente nesse trabalho, não é causa única pela qual justificariamos o EFEITO-resistência-SIMBÓLICO, uma vez que, como já dissemos - Gallo (1995) tratou dessa ruptura do sujeito aluno pela assunção da autoria (seguindo outros objetivos), em meio à outra historicidade e outras condições de produção. Na experiência de Gallo (2008) a assunção da autoria foi alcançada com sujeitos alunos interpelados pelo discurso radiofônico e pedagógico, cuja experiência foi textualizada fora da escola, desencadeando o efeito-autor no seu projeto com a “Rádio Cartable”, na frequência da Radio Libertaire em Paris, capital Francesa.

Desse modo, a variação nas condições de produção que situam os sujeitos e o espaço discursivo e que deslocam o processo de textualização das materialidades do Projeto Radio Cartable, das materialidades do Projeto Seca Xote e Baião é propriedade que distingue as duas produções e seus efeitos (inclusive de resistência), desde a natureza dos lugares de memória sustentados por um e por outro projeto até a estrutura social que reflete formações sociais inseridas em práticas distintas. Ou seja, pela historicidade, pela memória, pelo acontecimento discursivo os sujeitos alunos se demarcam em sua sobredeterminação e na materialização da ideologia, construindo discursos outros, resistências outras, justamente por serem outras as possibilidades de formulações, como afirma Orlandi (2012, p.88) - a

historicidade é matéria textual que produz sentidos [...] é “o acontecimento (significante) do discurso em texto, o trabalho dos sentidos nele”.

Reforçamos que os sujeitos alunos do Projeto, Seca, Xote e Baião se contra identificaram com o DPA na medida em que as materialidades conduzem características do discurso lúdico na qual a própria estrutura da poesia se encaixa, do trabalho fotográfico como exercício com a língua, com a história, fora das paredes da escola, distante da forma tradicional e esperada pelo pedagógico, para além das aulas de gramática; um estudo vivo e dinâmico que movimentou a discursividade da produção, que re significou o ensino da língua materna, escapando a lógica predominante da passividade do sujeito-aluno, marcados pelos atravessamentos de outros discursos como o fotográfico, o literário, o musical, etc. Todas essas circunstâncias que cruzam o ensino de língua materna e o trabalho com a produção de sentidos na escola leva seguramente a constatação da perspicácia da resistência possível³² e revelam no processo de textualização das materialidades, que coisas dispersas foram se tecendo e formando o texto, repetimos, conforme descreve Gallo (2008) - [...] **a prática de TEXTUALIZAÇÃO só é efetivada nos casos onde houver um momento de fechamento [...] necessariamente fora (a Escola e) do discurso didático-pedagógico**” (GALLO, 2008, p.55, destaques da autora).

Estas são ‘realidades’ discursivas que mostram falhas no ritual e revelam fendas. Logo, é pela historicidade, pelos lugares de memória, pelo trabalho com o simbólico que os efeitos de sentidos diferentes aparecem, firmando a discursividade do político e do ideológico pelos sujeitos alunos inscritos nos limites do discurso pedagógico autoritário.

Segundo o que propomos, sob o efeito da opacidade da linguagem, da evidência dos sentidos e da sua não equivocidade, o que abordamos na leitura dos fragmentos da SD1, 2, 3, 4 e 5, tomadas em sua totalidade significante, levando em consideração a interpelação do sujeito pelas “mãos” da ideologia e do inconsciente, em que o próprio sentido não está no desejo, na intencionalidade comunicativo-enunciativa do sujeito pleno, recaímos na compreensão de que a labuta com a linguagem inserida na prática discursiva está sujeita a falhas, por elas os furos germinam. Observemos o que revela Pêcheux (2015a):

Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os

³² Modesto (2014, p. 158, destaque do autor) em sua dissertação aborda a noção de efeito de resistência mencionando que ele só é possível no espaço da contradição. E discutindo a resistência possível como o resistir ao que já é posto: ““Queremos outra cidade”, mas essa exigência está circunscrita nos limites do aceitável jurídica e tecnicamente”.

efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação (PÊCHEUX, 2015a, p.47-48, grifo do autor).

É, pois, ancorado nessa assertiva que recobramos as SDs das poesias do Seca, Xote e Baião, marcas da escrita enquanto trabalho da memória, o que na perspectiva discursiva se traduz também por trabalho com a incompletude e com a historicidade, vejamos:

SD1: Nessa terra tão sofrida...
Não tem vida,
Que mereça tanta dor [...]

A inscrição do sujeito aluno na FD da seca na SD1 tem especificidades linguísticas materializadas que irrompem com a identificação plena desse sujeito e que pela língua não opera mais simplesmente pela substituição de uma palavra por outra, contudo aqui o não conformismo com a situação agravante da seca, da terra sofrida, ganha outro efeito pela afirmação de que nenhum humano merece, ou deve ter que passar por semelhante condição de existência, ou seja, um efeito de sentido que cobre o outro efeito considerado na leitura identitária em que o sujeito se revestia pelos saberes da FD da seca. Abre-se o espaço da interrogação indireta pela qual o sujeito aluno se desloca de uma posição para outra, não anula completamente os saberes da FD da seca, todavia desencosta-se dela, dos liames que o fixa na FD e a estabilidade parafrástica já não parece ser tão evidente; o sujeito do discurso assume que a própria condição humana pede mais dignidade, respeito, reconhecimento, ação política, ele se rebela.

Observamos que na SD2 se abre igualmente o espaço da pergunta, sob a afirmação de que o sertão é uma terra que visivelmente se faz notar pelo [...] “Rastro de esquecimento, falta amor fraternal”. O sujeito involuntariamente identifica que além dos traços geográficos, econômicos, culturais, climáticos que fazem o nordeste e o sertão há traços políticos preponderantes que balizam o aumento das desigualdades e através de um processo histórico reitera o abandono da região, com a não inserção de ações efetivas para o combate da estiagem, da falta de oportunidade para aqueles que vivem nessa realidade. São nas marcas da memória do sujeito aluno que “rastros de esquecimento” contribui para a criação estereotipada, em nível nacional e internacional, de uma imagem discursiva de um sertão deplorável, inóspito, de um sertão das deformações climáticas, sociais e humanas, aqui parece fazer ainda mais sentido à fala de Pêcheux (2015a), de que a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização” [...]

(PÊCHEUX, 2015a, p. 50), e a posição do sujeito, pelo efeito metafórico, permanece em deslizamento dados os lugares de memória, contudo ainda inscritos na FD da seca.

Passamos doravante a SD3 em que o sujeito aluno retoma pela linguagem, sob a condição da memória, um aspecto de relevo expressivo nas tradições que fazem o nordeste - a questão da religiosidade. Assim, [...] “Oh! Meu Deus! Será que o Senhor [...] Esqueceu de nossa dor?” Aquilo que se põe na FD da seca como causa de um fatalismo, de uma naturalizada condição climática, mas também social, seguindo da negação [...] “Não! Não! - e da conclusão [...] Sou fiel e sei, Ele vai ouvir o clamor” – ao passo que registra o sujeito aluno interpelado na FD da seca, cobrindo também essa imagem acomodada de nordeste, de seca, traz ao debate o processo de individuação desses sujeitos pelos Aparelhos Ideológicos, no caso a igreja que exerceu/exerce forte influência na subjetivação dos indivíduos, firmando valores, rituais, mitos, preceitos, “bons costumes”, “moral” e “ética”, ou seja, a FD da seca é fortemente atravessada pelos saberes de uma possível FD religiosa preponderante nesse cenário nordestino.

Pontuado estes itens de relevância em relação ao processo de individuação e inscrição nessa FD religiosa, nota-se que este atravessamento leva a um recuo do sujeito do discurso em não se contradizer com o discurso religioso que materializa na poesia “a condição humana do nordestino de predestinado a ser religioso, a esperar por um milagre” (marcas que estão nos enunciados da poesia), *mas* aí onde tudo se alinha a FD religiosa “o espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos” (PÊCHEUX, 2015a, p.56), desponta como subvertendo à FD da seca, um grito de desconfiança, de descrédito nos homens, nos mortais, nos políticos e poderosos, desembaraçando efeitos de sentidos distintos, não situados na dominação da FD da seca, e embora com a repetição de sentidos já dados, causam desiguais efeitos de sentidos na FD da seca, operando novas significações sobre a condição da memória, mas igualmente do esquecimento.

Nessas condições, o polissêmico surge, o ‘sonho’ das mudanças transformado em delírio, vira protesto sob o efeito da ideologia e do inconsciente, se faz mecanismo político, gesto de descrença, de descrédito naqueles que se dizem representantes, porta voz do povo. A SD retoma apagamentos, interdições na FD da seca que reinscrevem a problemática da seca para além da questão climática, situando-a no político, na crítica pela falta de ações eficientes, de planejamento estratégico e técnico garantidores de água em períodos que não chove, e denuncia a conjuntura estruturante do poder em sua ação de dominação, traduz o involuntário desejo de revolta.

Assim, em “Sou fiel e sei, Ele vai ouvir o clamor”, retumba a manifestação do reconhecimento do conflito entre os interesses do povo nordestino e daqueles que falam por

eles (por nós), oportunistas que em suas campanhas políticas retornam com o mesmo pronunciamento, destacando suas lutas pela resolução do problema da estiagem e suas ações pontuais que não recobrem os transtornos dos longos períodos de seca, mas mantém a submissão. Os sentidos do passado e do presente se encontram no limite da FD da seca de onde exclamam incredulidade e não convencimento no discurso das autoridades e, finalmente, não tendo para quem mais apelar, em quem depositar confiança, na ordem da incompletude o sujeito resiste, apelando para os céus como última condição, deslizamento que produz novos sentidos.

Figura 11 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

Assim, para nós, os sentidos produzidos na SD3 são recobrados na imagem acima, recuperando os mesmos dizeres e saberes, o discurso da seca atravessado pelo religioso - na parede, ao fundo, a imagem religiosa da devoção aos santos, na mão um terço, objeto religioso dedilhado em contritos pedidos de socorro. O mundo da degradação, da inércia política, do esquecimento e da exclusão descrito na imagem, sobressaindo à dominação do Homem (legitimado) sobre o homem e acentuando o posicionamento do segundo na ausência de uma humanidade explicada por um destino bordeado naturalmente, mas realçado na comparação social com os primeiros (Homens) cuja existência material é humana e de direitos. *A súplica religiosa é o que resta.*

Segundo Ferreira (2015), o sujeito resiste à dominação, resiste ao enquadramento à manipulação, nem sempre de forma consciente e nem sempre de forma exitosa, mas o faz sem

cessar (FERREIRA, 2015, p. 165). Ao mergulhar na discursividade da seca o trabalho dos sentidos mostra uma heterogeneidade que é própria dos discursos cujas FD sofrem cruzamentos, desdobramentos e reconfigurações, de tal forma que a memória funciona com suas variações entre o já narrado, o fixado e entre aquilo que pela história e pelo inconsciente foi apagado, ou, interditado.

Arrazoados pelo exposto acima, nos respaldamos ainda em Mariani (1998), pensando nas dobras enunciativas, na ilusão da transparência da linguagem, a relação tensa que se estabelece entre a narrativa contada e que se fixa na memória e o que ela não trouxe, mas pôde ser significado, refletamos:

[...] Essa tensão, embora silenciada, encontra-se inscrita nas narrativas de fato produzidas, *podendo transbordar em diferentes situações: na ordem histórica e do social, por exemplo, silêncios e resistências* podem eclodir a qualquer momento levando a reescritura do narrado” [...] “um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes, ou já ocorridos [...] (MARIANI, 1998, p. 35, grifo nosso).

A referência e a argumentação em Ferreira (2015) e Mariani (1998) nos leva ao entendimento de que os níveis - político, social, ideológico pelo trabalho com a língua que os materializam são alcançados no discurso pela força da exterioridade, espaço onde os sujeitos e os discursos são constituídos, oportunizando formulações que resgatam a tensão e os desdobramentos, sugerindo a resistência segundo as autoras. Assim, se os sentidos da FD religiosa que atravessa a FD da seca (elas carregam em seus limites os sentidos do ser da seca, expõe a batalha pela vida digna e marca os nordestinos) foram cristalizados anos a fio, é justamente no lapso de memória, pela história, pelo inconsciente que eles rompem a borda, reatualizam o acontecimento, interrompendo o curso linear dos sentidos, e vazando em efeitos outros, em efeito resistência.

Na SD4 os sentidos filiados na FD da seca, no que concerne à exclusão e a não garantia de direitos, mantém na relação parafrástica “o dizível, a memória” (ORLANDI, 2015, p.34), e o sujeito-aluno reconfigura o cenário do *Vidas Secas* enunciando que o abandono toca a porta das famílias mais desfavorecidas e estas [...] “Desesperadas vão ficando” na medida em que não prosperam e a conjuntura política não favorece a resolução do problema. Nesse caminho observam que na condição da dominação o que produzem, o que constroem vai “de/ sa/ ban/ do!”, na simbologia da escrita silábica da palavra indicando queda, prejuízos materiais, contudo os sujeitos alunos nessa SD ampliam esse posicionamento de entrega, de ruína, (re) significando pela experiência com a seca a esperança sempre viva da mudança: [...] “Vem a chuva vem caindo e melhorando [...] A região desse povo do sertão!”

Observemos atentamente que no processo de textualização a materialização legível na forma de poesia provoca uma inversão no processo de identificação com a FD da seca com o enunciado [...] “*desse povo do sertão*” (destaque nosso). Parece dispare a posição do sujeito aluno no desfecho da sua escrita ao usar a contração *desse* (de + esse) provocando um distanciamento entre ele e a situação que descreve na sua poesia sobre as intemperes da seca, o que de fato pelas condições de produção, pelo que já vislumbramos anteriormente aponta um novo, descortinado pelo gesto do repetir, repetir, repetir podendo ser ainda retificado pelo que diz Althusser (1979): Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço de uma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas [...] Ganha-se aí uma nova visão das coisas (ALTHUSSER, 1979, p.34).

Por fim, na SD5 destacamos a recorrência do verbo ser como uma reiteração de um sentimento de pertencimento, de íntima relação entre o sujeito e o verbo, entre o sujeito aluno e a FD da seca. “Sou da Seca”, trazendo a tona os saberes sobre o ser nordestino, o ser da seca e do imaginário que carrega a noção de força e resistência desses brasileiros diante das contradições, essa teimosia de se manter de pé – “Eu sou forte e verdadeiro”, registrado na poesia. E na simbologia das expressões o viés político da denúncia [...] “Se o desprezo comove?” [...] faz a memória do seu dizer bater com a realidade experimentada no presente (no futuro?) como uma marca da resistência, produzindo nas materialidades efeitos de sentidos para além da paráfrase, uma vez que amplia pela vivência e pela interpretação os efeitos da polissemia.

Muito importante entender nessa SD5 a partir do postulado por Pêcheux (2014a), que não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes que significa que é preciso “ousar se revoltar”; e ainda, que ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente [...], ou seja, é preciso “ousar pensar por si mesmo”. (PÊCHEUX, 2014a, p.281, grifos do autor). Ao que se nota, há sempre um furo; furo como na perspectiva lacaniana a própria condição para que exista algo (LACAN [1964] 1985), e que leva o sujeito à resistência³³, pois ela está na ordem da constituição dos mesmos e se manifesta, ou pela via da ideologia, ou do inconsciente, não possuindo um exterior.

Assim, pela incursão no espaço da SD5, sentidos de resistência foram revelados pela noção de pertencimento. Segundo Ferreira (2015), “o sujeito resiste à interpelação

³³ Clarificamos que na psicanálise resistir ao inconsciente é sinal de uma não aceitação do inconsciente, ou seja, ela é combatida pela psicanálise, enquanto na Análise de Discurso ela é valorizada. O emprego do termo difere nas duas teorias.

ideológica, afastando-se da condição de bom sujeito plenamente identificado às evidências da formação discursiva (FD) que o constitui” (FERREIRA, 2015, p. 160).

6.3 XOTE E BAIÃO: FISSURAS NA IDENTIDADE ESPECULAR

Outro ponto substancial nessa análise é a tríade Seca, Xote e Baião que nomeia o projeto, estabelecendo uma relação de complementariedade e de oscilação, termos que transitam entre a construção de uma “identidade cultural” estigmatizada e uma cisão na autoridade globular dessa noção totalizante. Arrazoados pelo exposto, atentamos para o fato de que há desde a nomeação dessa proposta pedagógica um movimento pendular entre a tristeza e a alegria, o sofrimento pela falta de chuva, mas também a festa e o contentamento advindos do ritmo gonzaquiano e subjacente dessa cinesia o debate sobre a estabelecida e resolvida (?) cultura sertaneja emerge.

Concordamos com Ramos e Ferreira (2016), que é preciso entender cultura como o resultado de um processo em contínua transformação não podendo ser analisada estando dissociada dos movimentos históricos e sociais que a envolve, a cultura não trataria apenas da reprodução, mas ainda de mudanças, com espaços que comportam a criticidade e a interpretação. Por este seguimento, compreende-se que é ilusório conceber como sendo sempre os mesmos princípios e costumes que a formam, ratificando as autoras que:

O conceito de cultura, entendido como algo a ser assimilado, cria um efeito de homogeneização, apagando as diferenças internas e, servindo para legitimar o poder, bem como permitindo identificar os sujeitos através do seu comportamento, maneira de falar, ou mesmo pela maneira de vestir, de sorrir, de agir à mesa (RAMOS; FERREIRA, 2016, p. 142).

O argumento nos revela que a cultura, enquanto prática realizada por sujeitos, se inscreve igualmente no histórico e social e que mesmo determinado por uma conjuntura ela não a conforma, não se fecha em algo acabado, resolvido em suas nuances como um produto finalístico. Por isso mesmo, nossa percepção se associa a das autoras no tocante a tratar a cultura como uma construção e uma realização produzida por sujeitos que são resultados de realizações anteriores. “Estas realizações abarcam palavras, gestos, alimentos, assim como sistemas de governo, religiões, divisões, concepções de raça e de gênero entre outros” (RAMOS, FERREIRA, 2016, p. 143).

Outrora explicávamos que no Projeto os vocábulos - Xote e Baião foram inseridos no título como forma de celebrar, apoiados na cultura em sua pluralidade, o centenário do poeta

Luiz Gonzaga, homenageado festivamente no nordeste no ano de 2012. Nosso intento era estudar sua musicalidade, simbologia da seca, fortemente divulgada e popularizada no século XX, especificamente na década de 40, conforme apontado por Medina (1998), e Silva (2003), buscando pelo viés político denunciar particularidades vividas pelos sertanejos, os contrastes que visibilizavam a região nordeste como de miséria e esquecimento.

Ao discorrer sobre cultura, Pavan (2017) destaca a pluralidade e a heterogeneidade, possibilitando desfazer o espaço de univocidade e de estabilização, de não opacidade em que, quase sempre é tomada. Em especial, destaca Pavan (2017, p. 281) que quando se trata de sua denominação entre popular e erudito, faz-se necessário questionar: quem e/ou o que determina o que é popular e o que é erudito? Quem e/ou o que os distingue e os separa?

Tal questionamento reflexiona a luta de classes em uma dada formação social, percepção pela qual cultura e história não estão separadas, de acordo com o pensamento de Escobar (1979) e de Cucho (1999). É pela classificação que os significantes - popular e erudito – tomados e relacionados às práticas sociais e culturais, mediam às condições sócio-históricas dos sujeitos, postura também apontada por Chauí (1986) e retomada por Pavan (2017). Para nós essas construções são destacáveis pela aproximação da discussão sobre cultura relacionada ao nosso corpus e com a análise que desejamos fazer nessa seção.

Então, o ritmo gonzaquiano, pode ser entendido como cultura popular, refletindo essas peculiaridades que a definem como um objeto e que na concepção de Silva (2003), traz consigo “expressões e manifestações diretas da vida e do cotidiano em interação com os diversos tecidos constitutivos da sociedade que às vezes manifesta os anseios e necessidades do coletivo” (SILVA, 2003, p. 7). No entanto, elucida Silva (2003), que qualquer tentativa de hierarquizar a cultura ou emitir julgamento e valores comparativos sobre níveis culturais “pode soar como ação de exclusão, ou, ainda como falta de entendimento das concessões e conflitos culturais, da falta de entendimento das desigualdades sócio-econômicas e de todo o processo histórico da constituição sócio-política do Brasil” (SILVA, 2003, p. 7).

Pelo que vemos, as contribuições teóricas de Pavan (2017, p. 282), fortalecem essa ótica, expondo sobre a viabilidade de se olhar o popular e o erudito não como simples designações, como formas de dizer sobre a cultura, mas, sobretudo configurando como divisões sociais, históricas, ideológicas e políticas nela assentadas. Designações que operam pela separação, pelo silenciamento e que expõem modos de controle/dominação dos sujeitos, dos sentidos, das práticas e revelam o jogo de forças da cultura na constituição do sujeito que vai sendo rotulado, segregado, edificado por uma imago, por uma identidade.

A identidade é uma questão não resolvida que está posta entre numerosos discursos interligados. E, pelo referenciado, a “identidade cultural” sertaneja atrelada ao Xote e Baião precisa ser re conceituada na aproximação com Pêcheux (1988), em que identidade se insere no jogo da identificação, processo aberto de identificação, contra identificação, desidentificação. Para nós estas são formas amplificadas e dissidentes do pensamento absoluto e estável, vendo a cultura e a filiação do sujeito a ela como um universo não estabilizado, mas espaço da ousadia da luta e da resistência, Pêcheux (2014a).

Pavan (2017, p.282) pontua que nos diferentes sentidos da noção de cultura, é possível perceber que ela vai sendo alargada, transitando de um ponto de vista mais homogêneo e universalista para uma visão plural e heterogênea, que comporta a incompletude e espaços para a produção de sentidos. Diríamos de sentidos outros que despontam quando se concebe a cultura como não transparente, ou seja, quando se olha para a estrutura do real funcionamento da cultura.

Declaramos importante, nesse campo os estudos de Nardi (2011), tratando da cultura como um cenário em que se olha para o Outro,

[...] para o que esse Outro, como espelho, significa enquanto lugar de constituição do sujeito: tentativa de afirmação do que é, do lugar de onde é, do seu eterno vir a ser; movimentos de inserção do sujeito no simbólico que se produzem, sempre, de alguma forma, pelos olhos do Outro. Mas falar sobre cultura é também falar sobre política, sobre o apagamento do político que se produz, muitas vezes, pelo recurso à cultura, cujo funcionamento produz efeitos de naturalização (NARDI, 2011).

Ou seja, a cultura está relacionada ao sujeito e ao Outro e nesse entremeio a produção de uma imagem se apresenta como algo dado, sempre já existente. Nesse sentido, [...] A cultura organiza, portanto, a relação do sujeito com o Outro; o acolhe, mas também se impõe a ele como um espaço de coerção, onde seu desejo se vê limitado (NARDI, 2011).

Destarte, para Nardi (2011), a cultura está situada na dinâmica entre interioridade e exterioridade, comportando espaços de liberdade e coerção ao mesmo tempo, já que o assujeitamento às formas sociais de relacionamento com o outro está marcado pela falha. Assim, a cultura toca o sujeito, ele é interpelado por ela, mostrando Nardi (2011), que ela é uma estrutura-funcionamento construindo para o sujeito espaços de identificação.

Existindo uma estrutura na cultura, conforme averiguado, se debruçar sobre ela entendendo seu funcionamento é algo que nos interessa nesse trabalho de tese, recaiando na ordem do discurso que constitui o sujeito e compreendendo a condição da ideologia sobre este, pensando- a, também, na relação com o inconsciente. Essas são perspectivas que nos encaminham a trabalhar a cultura no arcabouço teórico da análise de discurso.

Compreender a cultura dentro do quadro teórico da AD é pensá-la em sua relação com inconsciente e ideologia no sentido que acima expusemos, ou seja, como estrutura-funcionamentos que se assemelham na medida em que atravessam os processos de subjetivação do sujeito. A cultura funciona para o sujeito como um espaço de identificação e define-se justamente pelo seu modo de funcionamento, ou seja, menos pelos conteúdos e mais pelos efeitos que produz: de naturalização, de pertencimento, de exclusão (NARDI, 2011).

Estes efeitos de naturalização, de pertencimento e exclusão são determinados pela história em condições e tempos específicos e em que pelas regularidades, pelos traços que perduram, permite a observação de certos sistemas culturais, dessa proposição Nardi (2011), vai pensar em determinadas formações culturais. “Por isso dizemos que *as manifestações culturais não são a cultura*, mas o que dela emerge como realização material, e defendermos que a cultura é antes de qualquer coisa um espaço de interpretação” (NARDI, 2011, destaque nosso), as narrativas produzem a cultura com a qual os sujeitos se identificam.

Tais efeitos podemos observar melhor na metáfora visual que trazemos constituindo parte do nosso corpus.

Figura 12 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas.



Fonte: Oliveira (2012).

Na imagem há traços que replicam indicadores da cultura de um povo, formações culturais ligadas ao seu pertencimento a uma dada realidade, nesse caso, particularidades que potencializam a saga do nordestino. ‘Nada mais naturalizado do ser nordeste’ do que estas regularidades que compõem a fotografia, tal enquadramento é efeito da ideologia revelando

limites de sentidos, trazendo dizeres que inscrevem os sujeitos em formações discursivas tomadas, equivocadamente, como fechadas, prontas, do tipo: “nada mais entra, nada mais sai, não há movimento nos sentidos, nos saberes que ela organiza”, o que entendemos não ser assim, mas o oposto, mediante o que já abordamos sobre formação discursiva.

Assim, tomando a narrativa da cena, a pouca e escura água que espelha os personagens em foco registra a imagem suja, indiscernível, opaca, fazendo significar sentidos já postos que são retomados pela memória de outras imagens, de outros discursos, contudo, mesmo barrenta a água mostra os sujeitos da cena, se faz metáfora da vida e da resistência. Pelo olhar analista, sublinhamos o nosso espanto-afeto, considerando o pensamento de Didier-Weill (1997) que o espanto induz afeto, e entre todos os afetos ele é o único capaz de propiciar uma experiência como se ocorresse pela primeira vez (DIDIER-WEILL, 1997, p. 21).

E, nesse espanto-afeto sugerimos a presença do invisível, do interdito, do real no sentido lacaniano como o impossível, o impraticável, a não condição de o sujeito ler com exatidão à imagem, mas também dela, enquanto discurso imagético, conseguir tudo dizer. Esses são indícios que nos fazem pensar em uma imago, mas igualmente em furos, fissuras no espelho que a constrói.

Então, acreditamos que os saberes da formação discursiva da seca são retomados na imagem e daí certos sentidos tentam se fixar, mas que outros são interditados, inclusive pelo aspecto histórico-social que constituem essa materialidade em análise. Por outro lado, estes sentidos remetem pela memória e pelo inconsciente à determinação da imago que irrompe como falha, produzindo uma interdição na condição de que aquilo que o espelho (água) mostra, não dá conta do que está fora dele, ou seja, a reprodução que se tem na cena não recobre o que é o nordeste, o seu povo, sua cultura, sua “identidade”.

Inferimos, por consequência com Ramos; Ferreira (2016) que cultura e ideologia são constitutivas dos sujeitos e as formas como a economia, a política, as instituições são pensadas e praticadas se assemelham aos hábitos e sentidos comuns que vão sendo forjados na história, bem como que os conflitos e a maneira como foram sendo resolvidos e significados dentro de uma cultura dão aos sujeitos a maneira de eles agirem. Do que precede, convém entender que este “processo é apagado no momento mesmo em que acontece, produzindo como consequência um *efeito de evidência*” (RAMOS, FERREIRA, 2016, p. 141, destaque nosso).

A cultura é heterogênea, todavia, para as autoras se produz um imaginário de unidade a partir de alguns padrões compartilhados que dizem como os sujeitos devem ser e fazer para pertencerem ao grupo. À vista disso, concluem que [...] “A herança cultural repetida por gerações condiciona-nos a seguir e aceitar esses padrões, bem como discriminar, agir

depreciativamente, deixar de fora quem não os seguem. Assim, temos que os sentidos são forjados de maneiras diferentes em culturas diferentes [...]” (RAMOS, FERREIRA, 2016, p.141).

Vejamos a imagem seguinte:

Figura 13 - Imagem do Ensaio Fotográfico Vidas Secas



Fonte: Oliveira (2012).

Os sentidos são produzidos na incompletude. Logo, nos gestos que causam fendas, como no verde expressivo que contorna a imagem, temos o deslizamento em seu sentido literal, quebrando o imaginário, fazendo florescer gestos da resistência em meio aos tons comoventes de terra seca e de barro presente imagem.

Podemos refletir que [...] “A cultura também comporta o espaço da resistência, pois, sabendo que não há ritual sem falha e que a interpelação nunca é perfeita, abrem-se brechas para a resistência, para ruptura e, portanto, para mudança, para transformação” (RAMOS; FERREIRA, 2016, p. 144). O Xote e o Baião, ritmos do espaço discursivo da seca, balizam sentidos próprios de um contexto histórico determinado por práticas sociais que, na dominação, resistem e são recobradas e reconstruídas nos discursos fotográficos e poéticos formulados no Projeto.

Dessa forma, produzindo fissuras na identidade cultural especular dizemos que o sujeito nordestino, sertanejo da seca, não tem uma identidade estabilizada (filiada a uma unicidade e homogeneidade) que dita uma percepção de si mesmo, contudo estes sujeitos, na

relação que estabelecem com os outros e sob o princípio edificante e constituinte da diferença social que os atravessam, são ‘*culturalmente, historicamente, politicamente*’ nordestinos sertanejos, da (s) seca (s), eis aí a condição de se pensar uma identidade cultural, o que nos aproxima da noção de identificação.

Este diagnóstico do funcionamento da cultura e da identidade inserido dentro do discurso e da representação e marcado pelas diferenças, nos permite retornar ao que cantou e contou Luiz Gonzaga em sua discografia, observando a produção de linguagem sob o efeito da exterioridade, na vertente da luta e da resistência de sua musicalidade, quebrando barreiras em 1940, sobrevivendo ao controle, à censura, à crítica pelo viés da cultura e ensinando que os homens e as palavras não são facilmente domados.

Nas letras e na cadência rítmica, o Rei do Baião traz saberes da FD da seca, reitera as condições e produz o trabalho da memória na retomada dos dizeres. Todavia, entre o estático da FD da seca, ou, o estável de uma identidade cultural, o gesto político que o fez se mover, se deslocar no caminho da resistência, pode ser recobrado na posição do sujeito aluno que assume um papel na ordem social³⁴ que transpassa a estrutura do discurso pedagógico autoritário, materializando em fotografias e poesias vivências e experiências outras, fruto da leitura crítica do *Vidas Secas*, dos atravessamentos já enumerados, mas ainda, a exemplo do Gonzagão, do engajamento pessoal, político-social na produção dessas materialidades.

6.4 O EFEITO-resistência-SIMBÓLICO

É a partir do encontro de memórias, do jogo de memórias vindas de diversos lugares que as imagens fotográficas e os trechos poéticos produzidos pelos sujeitos alunos funcionam como operadores de uma memória social no processo de textualização, pela relação de força entre dominação e resistência que se dá no campo discursivo. Constatamos que despontam de imediato, o entrecruzamento da memória da obra do Graciliano, dos saberes do campo fotográfico, da música gonzagueana (mobilizada para escrever as poesias, e fazer as fotografias) e a memória do discurso pedagógico, tornando possível dizer de uma forma e não de outra, sobretudo rompendo com esse último discurso, indo além dos muros da escola³⁵, com sujeitos

³⁴ Outrora falávamos no direito à “voz” e aqui retomamos para endossar nossa inquietação, nesse trabalho, em cogitar o confronto social - direito a voz ativa, direito aos sentidos das palavras e expressões como escreve Pêcheux (2011). Assim, a possibilidade de “falar”, por meio do discurso materializado em fotos e poesias, sendo minoria, inscritos na submissão pedagógica põe os sujeitos alunos na luta social, em ato de resistência.

³⁵ Geraldi (2012, p. 24) pontua que na escola [...] a linguagem é tomada como máscara do pensamento em que é preciso moldar, domar para, policiando-a, dominá-la [...] “na escola, os alunos não escrevem [...] fazem redações, segundo determinados moldes [...]”.

se colocando no comprometimento do seu dizer e *assumindo a autoria, concretizando um nível de resistência, em que o sujeito aluno assume uma posição, transpondo a 'função-aluno-espectador'*³⁶, inscrita na FD do discurso pedagógico autoritário, e destacando-se não necessariamente pelo que dizem, mas pela condição de possibilidade de dizerem enquanto autores, de escaparem da circularidade da escrita escolarizada, que ocorre apenas sobre determinadas condições – a de ser corrigido e de obter uma nota, e das exigências burocráticas desse realçado Aparelho Ideológico do Estado, nas palavras de Orlandi (2016, p.23), associando-se na tomada dos sujeitos e do simbólico, na relação indivíduo e sociedade, a uma formação social não inerte na história.

Para nós, a possibilidade desses sujeitos argumentarem (dizerem), quando não tinham legitimidade para fazê-lo, além de mobilizar memórias e construir sentidos costurados no processo de textualização, numa dada situação sócio histórico (evento), produz desregulação na FD do discurso pedagógico autoritário. Esses fatos trazem à condição da autoria também propiciada pela contra identificação (parcial) com a função-aluno-espectador, pois há falha do estado no processo de individuação e da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva, são nessas falhas que o sujeito produz outros sentidos e se constituem sujeitos distintos, “fazendo sentido do interior do não-sentido”, a isso Orlandi (2012), chama de resistência (revolução).

Dessa forma, ser revolucionários estando sobredeterminados pelo capitalismo, neoliberalismo e pelo consumismo dessa sociedade de controle é tarefa laboriosa. E para que não sejamos tão ingênuos, é necessário reconhecer que a prática da resistência se dá sempre com estes assujeitados pela ideologia capitalista. Os mais céticos, diriam mesmo que essa prática é utópica, todavia “subverter” as estruturas do poder, estando imerso nele é tarefa possibilitada pelas pequenas fissuras - “*onde o ritual (do capitalismo) falha*” - fissuras nomeadas nesse trabalho como *EFEITO-resistência-SIMBÓLICO - rachaduras no social*³⁷ *efetivando deslizamentos nos sentidos e marcando o político.*

Conforme Orlandi (2012):

³⁶ Partimos da Leitura/interpretação do Rancière, em O Mestre Ignorante (2002), mas também observando em Geraldi (2012, p. 15), quando aborda sobre quem tem direito a fala, menciona a questão do aluno espectador, passivo, conformado, aquele que só ouve, ele não tem voz, não tem vez, apenas cumpre as tarefas, faz seu papel de ser aluno. Estamos a partir disso chamando de “*função-aluno-espectador*” à *condição constitutiva do sujeito inscrito no discurso pedagógico autoritário*. Nessa posição, “o sujeito se anula em benefício da função que exerce” (GERALDI, 2012, p.89).

³⁷ A memória social recobra os já-ditos, mas também somada ao acontecimento, ou, a memória contemporânea se atualiza, produzindo deslizamentos e historicizando os sentidos.

[...] nos processos discursivos a sempre “furos”, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência. Os discursos – onde se articulam sistemas significantes e ideologia – não são máquinas discursivas perfeitas. (ORLANDI, 2012, p.213/214, destaque da autora).

Discursivamente trabalhar a resistência é perceber os indícios, pistas que inseridas no processo discursivo mobilizam o simbólico, o ideológico e o histórico. Assim, é necessário observar como historicamente o capitalismo aliena e humilha o indivíduo; humilhação tomada na acepção de prática inserida na produção das relações sociais, marcando o processo da alienação e que unidas promovem a segregação, conforme Orlandi (2012), não há para o sujeito do discurso como negar esta condição.

Reafirmamos com Orlandi (2012), que a resistência está atrelada à forma-sujeito histórica, bem como ao processo de individualização pelo Estado, ambos provocando interdição na identificação do sujeito em relação à formação discursiva. *Pelo exposto, constatamos que as formas de resistência incidem sobre as posições sujeitos, mas pelo já argumentado elas não (fizeram) fazem desmoronar, não reconfiguram a forma-sujeito- histórica-capitalista, essa libertação não ocorre, e nesse ponto propomos a resistência como efeito do discurso, no/pelo simbólico, na/pela linguagem*, em que [...] “A linguagem aí é a condição do inconsciente e o sujeito é colocado como efeito da linguagem” (GALLO, 2008, p. 20).

O EFEITO-resistência-SIMBÓLICO dado o processo de textualização e pensando nesse indivíduo assujeitado, dividido, é designado como o resultado (um lampejo) de uma ação política materializada sob a forma de gestos fotográficos e poéticos, revelando ‘vozes’ localizadas em espaços de minorias, mas em exercício de cidadania. E, ainda que sobredeterminados a pensar dentro do funcionamento do discurso capitalista essas vozes são liberadas, não por vontade própria (o sujeito não é soberano) e sim pela sua inscrição em práticas sociais.

Convém sublinhar que grafamos a palavra resistência (EFEITO-resistência-SIMBÓLICO) com letras minúsculas compreendendo que a forma como os sujeitos-alunos discursivizaram o político pelo funcionamento da autoria e pela fissura no registro alienante da imago, mesmo não alterando a forma-sujeito histórica capitalista (marca da dominação), alcançou a resistência cotidiana [...] “alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não detectável, da resistência [...]” (Pêcheux, 1997, p.301). Condição da vida se revoltar e dizer que não é maquinaria, como escrito na nossa epígrafe.

Destarte, o EFEITO-resistência-SIMBÓLICO materializa o espaço da contradição em que as relações discursivas atravessadas pelas determinações históricas constroem pelo imaginário, registro da ilusão e da alienação, uma imago sobre o sujeito nordestino, sertanejo,

sobrevivente da seca, com a qual ele se identificaria, criando uma identidade, numa falsa condição de igualdade. Poderíamos dizer pelo exposto que inicialmente o sujeito se reconhece na imagem projetada, posteriormente reconhece que aquilo é apenas uma imagem (ilusória) e concretizando a resistência pelo simbólico o sujeito não reconhece que aquilo é a sua imagem, ou pelo menos, descola dela, chega ao furo, à fissura e não a toma na forma de uma plena identificação, afinal no jogo dos espelhos a imagem estabelece um “EU” criado pelo imaginário, sendo este fruto da alienação, e o SUJEITO constituído pelo simbólico dele se demarca grandemente.

O real nessa imago idealmente, perfeitamente rascunhada, segundo Vanier (2005), aparece como o furo no imaginário, na projeção. Isso que vaza, que estilhaça a imago produz a condição do real, como (im) possibilidade da sua ex-istência, uma vez que a realidade que nos objetiva, que nos totaliza, assemelha-se ao imaginário igualmente totalizador, criador de formas concretas e objetivas; realidade que se traduz como efeito do real, o impossível, aquilo que não cessa de não se inscrever, o caótico que não se inscreve no simbólico, na linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gesto de leitura e interpretação sobre o político no social e os efeitos de sentido dessa relação foi a proposta que nos inscreveu enquanto doutorando na análise de discurso francesa e nesse processo longo de leitura e de escrita, de amadurecimento e criticidade, de contínuas perguntas que ainda nos perseguem como inquietações, a nossa aposta teórica nos orienta, ao pensarmos num fechamento para esta tese, aceitarmos a condição constituinte da falta, da provisoriidade, do que pode ser reaberto, repensado, desnaturalizado. Essa é a perspectiva ampla que nos situa em relação ao discurso, nosso objeto de estudo, na sempre tensa relação sugestiva de encontros e de rupturas entre língua, sujeito e sentido, ambos sendo concomitantemente tecidos na trama da historicidade.

Pelas condições de produção alcançamos a história de leitura da obra literária *Vidas Secas* e dos sujeitos alunos, observando o já dito se marcando como pré-construído e afetando os sentidos construídos nas materialidades que compõem nosso *corpus*. Nesse sentido, falamos das fotografias e das poesias dos alunos, tomadas como um recorte, a partir de um gesto de autoria; autoria daqueles e daquelas que diante das atividades do Projeto Seca, Xote e Baião, pelo processo de textualização, assumiram uma posição discursiva a partir do lugar social de aluno.

Concebemos que os sujeitos alunos inscritos no discurso pedagógico autoritário, cuja relação com o professor é não tensa, estavam propensos a reproduzirem mecanicamente os dizeres. Nessas condições, se garante a “verdade” das “coisas garantidas” (Orlandi, 1987, p.27), que sustentam a posição de legitimidade, e apontando que nessas condições, haveria aí identificação plena com os saberes da formação discursiva do DPA e a possibilidade de reversibilidade na relação dos interlocutores seria nula.

Ou seja, pelo modo de funcionamento desse discurso a significação pende para a literalidade, evidentemente não ancoramos aqui a produção dos nossos alunos, justamente porque, pela análise, entendemos que o referente foi o dominante e professor e alunos o disputaram, essas são marcas do discurso pedagógico polêmico. Ratificamos que houve ‘interação’ na interlocução, pelo modo como os interlocutores se relacionaram, rompendo com o discurso pedagógico autoritário e criando a possibilidade da autoria.

Desse modo, também não entendemos a produção dos alunos como plena realização no discurso lúdico, pois mesmo considerando que tenha ocorrida a negociação na posição de dominância em relação ao referente e o trabalho com a poesia, na ponta do processo estava a nossa figura de professor, propondo as atividades, cobrando-as e ainda, mesmo tendo

trabalhado com a autoavaliação (impensada ainda hoje em muitas escolas) ali, também nos colocávamos quando o aluno não parecia ser justo na nota que se dava, fosse para mais, ou para menos, logo, de alguma forma, houve tentativa de controle. O que destaco com entusiasmo, é que, nossa perspectiva modificou, de algum modo, a estrutura autoritária de trabalho com a leitura e com a escrita e assim nós - professor e alunos - pudemos vivenciar o processo discursivo e seus efeitos, ao ler com os alunos, pela primeira vez, um clássico literário, ou pelos momentos socializados na escola, no sítio e na comunidade triunfense, ou, ainda pelo fato de com estas materialidades chegar em 2016 na Unisul/SC transformando-as em projeto de pesquisa e agora galgando mais um degrau, (inimaginável para mim) na formação acadêmica.

Na perspectiva da análise de discurso e considerando o trabalho teórico sobre as materialidades estudadas, quando nos perguntávamos sobre qual a memória relativa à discursividade mobilizada pelo sujeito-aluno no Projeto Seca, Xote e Baião para além da memória do discurso pedagógico; sobre a relação que se podia estabelecer entre essa memória mobilizada no projeto e a memória presente na obra *Vidas Secas*, *identificando nessa relação os processos parafrásticos e polissêmicos*, e ainda, *sobre como trabalhar discursivamente a resistência nas materialidades* – já entendíamos que seria preciso buscar os deslizamentos de sentidos, as falhas na estrutura que encaminhassem para o acontecimento, como atualização do dizer. Dessa maneira, se apresenta como necessário aprofundarmos mais sobre o processo de produção dos sentidos ideologicamente determinados, explicitando seu funcionamento.

Em outras palavras, foi nos debruçando sobre o modo de estruturação, sobre a forma como as materialidades foram formuladas que observamos aquilo que estava posto enquanto dizer, averiguando a sua recorrência marcada na história, pela ideologia, abrindo para a sua atualização, para o acontecimento. Nas palavras de Orlandi (2017, p.101), “Possibilidade de um processo discursivo que desliza produzindo um sentido outro”, acrescentaríamos, um sentido não evidente.

Entendendo discurso, com Pêcheux (2015b), como estrutura e acontecimento, dizemos que reside no segundo fundamento (retomada dos pré-construídos) à perspectiva da fissura, de equívocos, aqui pensados como rachaduras nessa imago totalizante do ser sertanejo, mantenedora da narrativa de um sempre-igual e ‘trágico’ nordeste que vive no imaginário social produzindo seus efeitos. Assim, dado o espaço da interpretação materializada nas imagens e poesias essa projeção do sujeito da seca, pela atualização da memória, é resignificada, não coincide exatamente com os já ditos das redes de memória, uma vez que mesmo na retomada de um discurso o deslizamento se presentifica.

É ‘clarificante’, nesse sentido, o dizer de Orlandi (2017):

[...] no acontecimento discursivo a repetição não é reprodução, mas retomada, e na, retomada, temos o deslizamento [...] Discursivamente, podemos afirmar que o que caracteriza o acontecimento não é a temporalidade, a cronologia, mas a relação entre o estabilizado e o sujeito a equívocos que não se separam de forma estanque e restam abertos (ORLANDI, 2017, p. 105).

A nossa formulação é de que em relação ao *Vidas Secas*, conforme sequências discursivas apresentadas, e as outras redes de memória há entres elas e o sujeito aluno uma relação especular, sendo retomada e visibilizada a imagem do sertanejo, o efeito alienante do registro do imaginário, *contudo* como ancorada na nossa análise, a contradição aparece nesse ‘recobrimento’ identitário do espelho. Tal constatação remete a marcas, vestígios, equívocos que, na formulação da imagem em relação à memória e aos pré-construídos, produzem derivas, a saber: nas roupas reluzentes, bem passadas e sobrepostas; nas sandálias novas; nos cabelos bem cuidados da personagem da Sinhá; no riso fácil dos personagens; no pano limpo que apoia o prato para refeição, na posição ereta dos corpos, dentre outros mostrados na análise.

Ou seja, a partir das sequências discursivas da obra, na relação com as imagens, à memória discursiva, pelas condições de produção (o que afetou os sujeitos daquilo que outrora se disse), quebra certas regularidades, nessas diferentes direções de significação que apontamos. O modo como aí está dito, como foi formulado sugere furos, logo nesse espaço encontramos a atualização do dizer, na história, sob a presença da ideologia, alterando o vínculo entre significante e significado.

É da paráfrase que o sujeito aluno parte, mas por ela a ‘hiância’ singulariza o campo em que, pela contradição, os pontos (do discurso) que se fixam, que se estabilizam, que se repetem são reduzidos, movimentando o sentido, desorganizando a significação. Se como afirma Indursky (2011), os sentidos se modificam ao se repetirem, aí nesse ponto, a diferença se cria, “a introdução do nada” (ORLANDI, 2017, p. 106), surge como aquilo que não estava lá (nos pré-construídos), provocando resistência.

Discursivamente tratando do processo de significação das imagens que analisamos, nos situamos na reflexão promovida por Lagazzi (2011), ao pensar a materialidade como suporte significante que está no lugar da língua estabelecendo a relação entre discurso e história, entre significante e significado. Afinal, não é apenas pela palavra codificada que interpretamos as imagens, mas pelo que é recortado e apreendido pelo olhar, criando por esse enquadramento, outra imagem, que concebemos com Lacan (2008 [1964]), ser sempre “uma armadilha do olhar”, reiterando a situação insolúvel do ato ver que se bifurca em dois – o ver e o ser visto.

De tal forma, cada gesto ínfimo que elencamos como ruptura nas imagens revela em sua totalidade a incompletude que se marca no modo de estruturação, de formulação do discurso, filiando-se a ela o interdiscurso. Retomam-se os dizeres sobre a seca pelo funcionamento da memória, estando estes relacionados à formação discursiva, espaço dinâmico, que comporta sempre o novo. Nessa batida, o político se textualiza entre a imagem dada pelo *Vidas Secas*, os outros lugares de memória e o quase-nada, gesto que funda o furo, que produz a nova imagem, no jogo entre identificação e deslizamento, alinhavando o fato discursivo.

Isso posto, alargamos nosso percurso ‘conclusivo’ para abranger outras materialidades do nosso *corpus* que são as poesias, sobre as quais o modo como a memória afetou os sujeitos, na presença da ideologia e do inconsciente, no espaço da interpretação, provocou a atualização do dizer. Logo, o gesto de autoria dos alunos se construiu a partir do gesto de leitura da vida e da obra literária, indo além da mecanicidade da reprodução e rompendo com o discurso pedagógico autoritário.

Essa passagem pode ser destacada, como afirmamos, pelo trabalho com a literatura, pela presença da ludicidade na produção das poesias, pela negociação do referente, pela repetição histórica que enfraquece o repetível, abrindo caminho para os sentidos imprevistos que se foram captados, seja quando o aluno traz indagações diretas do tipo – “Se o desprezo comove?”, seja pela dúvida – “Será que o Senhor esqueceu de nossa dor?”, ou pelo enunciado que tomo, pela historicidade, como crítico – “Reza, com a fé posso contar!”. A matriz de sentidos recuperada, inscrevendo o aluno na formação discursiva da seca, pelos pontos ilustrativos acima descritos, é abalada, pois diante de processos simbólicos, conforme Lagazzi (2011) não há saturação e o social vai sempre produzir rasgo.

O simbólico enquanto lei constituinte vai propiciar o deslize dos significantes expondo a produção a derivas. Nessa ótica, reside a compreensão de que a prática de leitura experimentada nos trouxe processos inscritos na história e na memória permitindo aos sujeitos-alunos se posicionarem, tomarem assento na autoria, por meio da escrita formulada dentro da escola, a partir do discurso autoritário, mas que pelas condições de produção, como mostramos, se abriu para outras possibilidades.

A forma material (livro) dessa produção e a sua circulação no âmbito escolar e na comunidade local, são elementos que, ao passo que expõem as condições de produção, dá existência material para os sentidos se inscreverem na história e no discurso de escrita garantindo sua legitimidade. Assim, fugindo da circularidade das redações escolares e outros fragmentos cujo fim é uma nota, atestamos uma posição sujeito construindo sentido para outros

sujeitos que não só o professor e, nesse gesto, o fazer-se autor que se configura como uma função posta para todos os sujeitos é direcionada, passa pela prática de textualização.

Nas palavras de Gallo (2008):

TEXTUALIZAR [...] estar em uma posição de sujeito de um discurso não circular, e a partir dessa posição procurar “conter” na medida do possível, as ambiguidades provocadas no processo de AUTENTICAÇÃO, pela dispersão constitutiva (sem nunca o conseguir totalmente), enquanto se produz, na mesma prática, um fechamento, pelo processo de LEGITIMAÇÃO [...] (GALLO, 2008, p. 87, destaque da autora).

A natureza dessa prática exigiu um trabalho com a escrita (não o grafismo, nos termos de Gallo 2008), modelo institucionalmente válido, um dos recursos pelo qual o sujeito-aluno foi se constituindo socialmente na função-autor. Juntam-se nessa tessitura, em relação à produção de sentidos no discurso de escrita, dois processos: o de *legitimação* - que faz o sentido parecer único, determinado, apagando a historicidade, exigindo um fecho, e produzindo o efeito-autor no discurso (relação com o esquecimento 2); e a *autenticação* - que põe o sujeito na origem, mostrando sua identificação, sendo da ordem do inconsciente, por isso mesmo, podemos por ele explicar o deslizamento de sentidos (associado ao esquecimento 1).

Temos em relação à composição da autoria nas materialidades estudadas dois processos contraditórios: *um que tende ao reconhecimento, inscrito no discurso de escrita, no qual estão implicados e imbricados o discurso literário (Vidas Secas), o poético e o discurso fotográfico, e outro que se inclina para o deslizamento sentido desses discursos*. No primeiro, há direcionamento para o efeito-autor e no segundo, somente a função-autor sem direcionamento.

Para desenvolvermos mais essa constatação assinalamos, primeiramente, que o sujeito na posição de autor, não consegue por seu querer, ou, por sua intenção produzir o efeito de autoria, mas consegue um movimento de identificação com os sentidos do discurso da escrita, que ele também conhece e pelo qual tem a possibilidade de se inscrever como leitor. Então, mirando nessa direção, se trabalha na função autoria para chegar, depois, no efeito autoria.

Sublinhamos, ainda, que na função-autor³⁸ há incidência maior da paráfrase, de tal forma que, quanto mais parecido com aquilo que já está posto, mais reconhecido e legitimado será. Assim, a função-autor se volta para a ‘reprodução’ do que já existe, com os devidos

³⁸ Registramos que as construções teóricas sobre a autoria no discurso pedagógico foram amplamente discutidas e *encaminhadas* no processo de qualificação da nossa tese, em encontro presencial, com o Professor Maurício Maliska e a Professora Solange Gallo, igualmente nas nossas *conversas propositivas*.

deslizamentos de sentido, mas sem ruptura total. A presença da ruptura, mesmo parcial, é percebida como uma falha no efeito de autoria, porque ela o enfraquece, se tecendo não tão legítimo. A tendência sempre que se tem o efeito autoria é de uma volta ao já estabelecido.

Podemos aqui registrar pensando na função-autor que o nosso acompanhamento docente no processo de textualização, seja nas orientações, nos debates ocorridos com os sujeitos alunos inscritos no discurso de oralidade, na informalidade, tem aí a função autoria, mas essas ‘produções’ não se transformaram, por exemplo, em livro, ou ganharam qualquer outra forma material enquanto texto de discurso de escrita, pelo contrário, ficaram nos interstícios da experiência, dado o caráter de provisoriedade, de não acabado, dessa etapa da textualização. Nesse contexto, se tem a função autoria (sempre já-lá), mas não o efeito-autor, uma vez que no discurso de oralidade não se precisa responder a modelos, não necessita ser validado, nem ter referência, se configurando como o lugar em que a criatividade não é sobreposta pela paráfrase.

Noutro momento, junto com o fazer de fato a textualização, acreditamos que a produção do efeito de autoria vai acabar significando essa função-autor da oralidade (deslizes) como algo que faz parte, peça integrante da experiência, todavia são processos distintos. Não é que um é função-autor e o outro efeito-autor, no entanto um é função-autor direcionada no sentido do efeito-autor (textualização), no outro caso é função-autor não direcionada e, *normalmente*, é o que se tem na escola - só função-autor que não chega nunca em um efeito de autoria, ou seja, os alunos não vão experimentar para que, de fato, serve aquilo que eles estão fazendo em termos de atividade de linguagem. Na escola, os textos que se produz com alunos são sempre exercícios provisórios.

Do ponto de vista das condições de produção do efeito-autoria não estamos negando a criatividade (no sentido que a paráfrase predomina) inerente aos sujeitos alunos, ou, mencionando que ela só ocorra nos exercícios de discurso de oralidade, contudo afirmando que, embora esteja sempre presente, na maioria das vezes, na prática ela está sem direção, sem sentido. Por meio do Projeto Seca, Xote e Baião é possível mostrar como os efeitos podem ser outros quando a prática languageira tem um direcionamento.

Desse modo, primeiro apontamos que quando escolhemos uma obra literária inauguramos um gesto de leitura até então impensado por diversas questões: de ordem física (falta de biblioteca), econômica (o aluno não poder comprar o livro), pedagógica (o não trabalho com a leitura enquanto prática cotidiana), mas transpomos, assim mesmo, esses impedimentos e concretizamos a leitura do clássico *Vidas Secas*. Segundo, continuando o processo de textualização, quando discutimos abertamente sobre nossa condição social e política de sujeitos

da seca, quando lemos e estudamos poesias, quando produzimos poesias, quando questionamos a partir de fotografias que expunham nossa realidade no cenário nacional a forma de representação ali exposta, quando falamos sobre o ato de fotografar, quando preparamos um roteiro escrito a partir da obra para nortear a produção das imagens e saímos da escola para a zona rural para realizarmos o ensaio fotográfico, ou mesmo, quando montando as cenas *in loco*, e discutimos a questão do teatro e da interpretação de personagens, *acreditamos* que nesse conjunto de gestos começamos a dar direcionamento e sentido à prática.

Tudo isso que sequenciamos enquanto ação pedagógica, parte integrante do processo de textualização, se difere grandemente de mandar o aluno escrever uma redação sobre um tema ‘X’ e corrigi-la posteriormente. Daí, nossa construção de pensar que o sujeito aluno precisa saber que sua criatividade é desejável na medida em que ela o leve a um processo, diga-se de passagem, mais importante que o produto final, e o inscreva numa produção discursiva, fazendo-o perceber que todo texto possui condições específicas de produção, seja no nível da constituição – lugar de onde é produzido, ou, no nível da formulação, apontando a forma material na qual o discurso estará posto (no nosso caso o livro e as fotografias), ou, no nível da circulação em que o material ao circular, chega até o outro produzindo sentidos diversos pela interpretação (no nosso caso na comunidade local e escolar).

De certo, se estivéssemos falando só do nível da formulação também não chegaríamos ao efeito-autor, pois ele acaba sendo determinado, também, na circulação. Pela função-autor o sujeito consegue se aproximar, pela via da formulação, daquilo que é legítimo, mas ele não se efetiva como um efeito de autoria enquanto não estiver em circulação.

Na mesma direção de Gallo (2008), entendemos que a questão da função autor é diferente em cada situação, na medida em que numa o sentido é de legitimar-se e, portanto, de identificação com aquela forma que já está posta, com aquilo que foi visto durante o processo, todavia, vale ressaltar que, não é para o aluno ‘copiar justamente’, é para se inscrever a ponto de conseguir formular, a ponto de parafrasear por si mesmo, assumindo uma posição. No caso da função-autor que não está nessa direção não há o requisito da paráfrase, mas também em compensação não chega a ‘lugar nenhum em termos de legitimidade’, como a redação escolar.

Pois bem, essas verificações nos encaminham ao entendimento dos processos contraditório imbricados nas materialidades que analisamos. Como vimos até então, temos o processo de legitimidade, de reconhecimento em que se visibiliza o efeito-autoria, pelo trabalho com o discurso de escrita atravessando a literatura, a poesia e a fotografia, constatando o trabalho com a paráfrase para se chegar à função-autor que é de identificação. O resultado desse funcionamento expõe que *o sujeito aluno foi submetido a uma ordem do discurso escrito*, logo,

atrelada a essa verificação, imediatamente, irrompe o questionamento: em que medida isso é resistência?

Explicar esse reverso passa pela questão da formação social, da movimentação que ela produz alterando “as posições-sujeito na medida em que se diferenciam também os modos de individuação, no movimento dos processos de identificação” (ORLANDI 2017, p.150), e do lugar onde a produção aconteceu, mas também pela validação/efetivação das formas de deslizamentos de sentidos marcando o político no espaço da contradição. Foi tomando os ‘quase nada’ como vestígios, como marcas (expostas na análise) do escorrego dos sentidos nas poesias e fotografias que reconhecemos a falha no processo do efeito-autor que vai no sentido do verdadeiro, do autêntico e do parafrástico.

Quer sejam nas fotografias, e ou, nas poesias cujos gestos de derivas elencamos distintamente, poderíamos conceber noutra perspectiva que não a discursiva, que os sujeitos alunos erraram e que produziram, por exemplo, gestos corporais não condizentes com a cena em questão. Mas reiterando nossa concepção teórica dizemos que eles desembaraçaram o espaço do questionamento e deslocaram os saberes da formação discursiva da seca, mesmo que os sentidos produzidos não sejam tão legítimos como poderiam ser.

Nisso chamamos à atenção, esses traços que indicamos deixam aparecer o sujeito da oralidade, aquele que, mesmo à vista de todos os parâmetros que lhes foram dados, resiste, *mostra a diferença*, provando que, embora seja possível ir em direção do sentido legítimo e seguir a norma, mas o sujeito não consegue se apagar totalmente. Outra fotografia, outra poesia passa a existir cujo sentido é *não idêntico* ao do *Vidas Secas*, pois tem uma atualização da memória residindo aí, e por isso TEXTO, LEITOR E AUTOR são efeitos do discurso.

No que dissemos, fazemos intervir pela teoria do discurso que em face à memória o dizer se atualiza, trazendo fissuras e é só por isso que, de fato, podemos dizer que o sujeito aluno é autor. Nosso argumento é: *Quando o efeito-autor não recobre totalmente a função-autor ela vaza (aí aparece à autoria) nesse ponto se constitui a autoria*.

Tem uma contradição exposta porque parece que quanto mais legítimo mais autor só que se fosse assim o sujeito não se colocaria na posição de autor. Desse modo, ele assume porque atualiza o dizer, pela sua presença e essa tem uma marca que é onde o efeito não recobriu, é aquilo que ficou na beirada, uma ponta que não recobriu totalmente, e, portanto, é essa sobra, esse resto que garante a assunção da autoria pelo sujeito.

Nosso argumento se justifica ainda quando percebemos que a função de autoria dada na oralidade está também presente, ela ‘briga’ o tempo inteiro para existir, enquanto que não pode existir. Tem uma contradição o tempo inteiro se marcando, e o efeito-autor vem e

recobre, mas não totalmente, porque se o fizesse não teria sido válida a realização da experiência com os alunos, uma vez que matariamos o que é próprio, o que é processo de cada um, e não haveria assunção da autoria.

Então, por que há autoria nesse caso? Porque o efeito-autor não recobriu totalmente a função-autor e é justamente por não recobrir que o que sobra é o espaço do sujeito, desse autor assumindo-se nesse excesso, é o campo da resistência. Importante destacar que o processo da linguagem é assim também, de maneira geral, a voz é sempre do Outro, estamos sempre recoberto pelo Outro³⁹, este pode ser concebido como o funcionamento do interdiscurso, *mas* alguma coisa resta, escorrega e nos faz sujeitos na linguagem, essas constatações produzem, consequentemente, o que nomeamos *por EFEITO-resistência-SIMBÓLICO*.

Para nós, o efeito de literalidade foi trabalhado, carregando a possibilidade do sujeito-aluno argumentar (dizer), quando ele não tinha legitimidade para fazê-lo, mesmo assim o faz, mobilizando memórias e construindo sentidos inseridos em um processo de textualização, numa dada situação sócio histórico (evento). Essa condição de autoria é propiciada ainda pela contra identificação parcial com o discurso pedagógico autoritário.

Acentuamos criticamente que é nesse esquadrinhado que o sujeito aluno se tece autor, sob o efeito discursivo ideológico, sublinhado pelo seu posicionamento na FD dominante e institucional do discurso pedagógico autoritário, por vezes repressivo. Insere-se aí nessas condições de impossibilidade, as possibilidades desses sujeitos, *pelos efeitos do discurso de escrita*, transfixar essa FD e se produzirem autores no discurso pela imersão na historicidade.

Não se desloca dessa perspectiva o que desenvolvemos no capítulo seis, seção três, tratando da representação cultural a partir dos termos Xote e Baião que compõe o título dessa tese e têm consequências sobre a produção das materialidades analisadas, entendidos aqui como objetos culturais. De tal modo, sugerimos a desconstrução da identidade cultural nordestina, definida por pressupostos dados pelo imaginário social que estigmatiza e categoriza as práticas culturais, expondo-as a uma relação hierárquica verticalizada.

Desse modo, é necessário devolver para a questão da identidade o traço político que fica apagado quando não se observa as relações de forças que subjazem essa forma de significar o cultural pelo estereótipo. Concebemos que a cultura está nesse entremeio que relaciona o sujeito e o Outro, nos fios que conduzem a produção de uma imagem sempre já-lá, e dessa

³⁹ Entendemos com Pêcheux no Semântica e Discurso que a marca do inconsciente é a marca do discurso do Outro, logo isso designa no sujeito, a presença eficaz do Sujeito que faz com que todo sujeito funcione, ou seja, tome posição.

posição enunciar uma tensão posta entre o que o sujeito vê e o que ele é, um conflito entre o igual (imaginário) e o semelhante.

Visibilizamos, pois, que pensar a cultura pela análise do discurso requer interpretá-la a partir de sua não completude, do modo como ela está sujeita ao equívoco e à falha em suas práticas. Logo, a noção de identidade fica comprometida quando a relacionamos aos processos históricos de reprodução e em que a ideologia e o inconsciente atuam mascarando seu processo de operacionalização, dando o efeito de unidade, de homogeneidade e ignorando as diferenças internas, quando constatamos que “o sujeito é puro efeito e não origem, fonte de si mesmo” (ORLANDI, 2003).

Destarte, pela ação política significadora do projeto, na prática social e não apenas nos produtos construídos se efetivou a condição/possibilidade de os sujeitos alunos pensarem a questão da seca, do ser sujeito inscritos nas paisagens da caatinga, espaço de sorrisos e de muitas cicatrizes, de ressignificarem o dizer. Eis o ato discursivo pelo qual o EFEITO- resistência- SIMBÓLICO desabrochou, pelo qual o efeito-aluno-autor aconteceu em seu lampejo, pelo trabalho articulado entre interioridade e exterioridade, conforme Gallo (1998), pela reflexão dos discursos externos que os apreendem como sertanejos, *escapando da lógica escolar estabilizada, da identidade cultural estável, da imago efeito ilusório de totalidade*, imersos no funcionamento da linguagem que falta, que é incompleta, que é silêncio e que dentro de uma prática banha-se com as águas da ideologia e da historicidade, explode em sentidos.

Todo esse trabalho passou pela horizontalização da estrutura vertical da escola e pelo não aprisionamento dos sujeitos, professor e alunos, em posições fixas e dos sentidos em uma verdade, por isso o consideramos como *efeito de deslocamento*.

REFERÊNCIAS

- ABEL, C. A. dos S. **Graciliano Ramos: cidadão e artista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **“Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”**. In Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, pp. 111-120; 1995, e NEVES, Frederico de C. A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Trad.Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- _____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**/ Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Disponível em: <https://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/05/AGAMBEN-G.-Homo-Sacer-o-poder-soberano-e-a-vida-nua.pdf>. Acessado em: 20 out. 2018.
- AGUSTINI, C. **(N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso**. (Orgs.). Análise do Discurso no Brasil. Mapeado conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 303-12.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1992.
- _____. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução de J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português - Encontro & Interação**. São Paulo: Ed. Parábola, 2003.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Pedro Constatin Tolens. São Paulo: Martins Claret, 2001.
- BARROS, Renata C. Bianchi de./ Cavallari, Juliana S. (Orgs.) **Sociedade e Diversidade: Ser diferente é ser diferente – A quem interessam as minorias?** v.2. Campinas: Pontes, 2016.
- BARTHES, Roland. **O grão da voz: entrevistas, 1961-1980**. Roland Barthes; tradução Mario Laranjeira; revisão da tradução Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **“Da ciência à literatura”; “A guerra das linguagens”; “A divisão das linguagens”**. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Aula**. São Paulo: Cultix, 1996.

_____. **A Câmara clara.: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARROS, Renata C. Bianchi de./ CAVALLARI, Juliana S. (Orgs). **Sociedade e diversidade**. Trilogia Travessia da Diversidade – v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Lei Federal Nº 175 de 28 de Julho de 1936**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/651364/poligono-das-secas>. Acesso em: 20 out. 2018.

BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe M. S. **O Sujeito e seus modos: identificação, contra identificação, desidentificação e superidentificação**. *Leitura*, Maceió, n. 50, p.135-162, jul/dez. 2012.

BECK, Maurício. **Aurora mexicana processos resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista**. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Letras) - UFSM, Santa Maria, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. Introdução geral. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 7-20.

COLLIN, Dennis. É necessário reler Althusser? **Rev. O Olho da História**, n.11, dezembro, 2008.

COURTINE, Jean Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise de discurso. **Rev. Policromias**, Rio de Janeiro: Jun/2016.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DIDIER-WEILL, Alain. **Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical**. Tradução de Ana Maria de Alencar. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vagalumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

_____. **Ante el tempo**. 1. ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2008. 398p.

_____. **O que vemos, o que nos olha**. Tradução de Paulo Neves. Editora 3A: São Paulo, 1998.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1988.

ESCOBAR, C. H. **Da categoria de cultura**: do aparelho cultural do Estado. Encontros com a Civilização Brasileira, v. 16, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari Soares et al... (Org) **Discurso, resistência e...** Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.

_____. Memória discursiva em funcionamento. In: ROMÃO, Lucília M. Souza; CORREA, Fernanda Silveira. **Conceitos discursivos em Rede**. São Carlos. Pedro e João Editores, 2012.

FONTANA, Mônica G. Zoppi. **Argu (meme)ntando** – Argumentação, discurso digital e modos de dizer. (Apresentação em Power point). In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO (III SEDiAr). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016. Disponível em: [http://octeventos.com/site/sediar/download/argu\(meme\)ntando.pdf](http://octeventos.com/site/sediar/download/argu(meme)ntando.pdf). Acesso em: 15 fev. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. O que é um autor?. In: _____. **Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução de Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **Os corpos dóceis**. Vigiar e Punir. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. O Sujeito e o poder. In: **Ditos e escritos**. v. 9. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FLUSSER, V. (1985). **Filosofia da caixa preta**. São Paulo, Hucitec.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam/ Paulo Freire. 37. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis**. 2ª ed. aum. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GALLO, S. L. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). **Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: Editora RG, 2011.

_____. **Como o texto se produz**: uma perspectiva discursiva. Blumenau: Novas Letras, 2008, 115p.

_____. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas-SP: Unicamp, 1995.

_____. 1992. Disponível em: [file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/1829-1891-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/1829-1891-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 8 mar. 2019.

GARCIA, Carlos. **O que é o Nordeste brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 92 p.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Anglo, 2012, 136p.

GLIGORETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: O imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. [Org.] Maria Cristina Ferreira e Freda Indursky. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 123-134. Disponível em: http://corpus.ufsm.br/images/Amanda_Eloina_Scherere_-_Textos/An%C3%A1lise-do-discurso-no-Brasil-mapeando-conceitos-confrontando-limites.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.

HALL, Stuart; CERNICCHIARO, Ana Carolina (Trad). Etnicidade: identidade e diferença. **Crítica Cultural – Critic**, Palhoça, v. 11, n. 2, p. 317-327, jul./dez. 2016. Disponível em: www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/download/.../pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, p. 63-89, 1995.

INDURSKY, Freda. Da interpelação a falda no ritual: A Trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: **Análise do discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Roberto Leiser Baronas (org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

_____. Da anáfora textual à anáfora discursiva. I ENCONTRO DO CELSUL. **Anais...** Florianópolis, 1997.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. Discurso e liame social: apontamento sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In: JORGE, Marco Antonio Coutinho; RINALDI, Doris (Orgs.). **Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário**, livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002. p. 17-32.

_____, Marco Antonio Coutinho. **Sexo e discurso em Freud e Lacan**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 2008.

_____. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O seminário, Livro 7**: A ética da psicanálise ([1959-1960]). Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

_____. **O seminário, Livro 17**: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, [1969 – 1970] 1999b.

_____. **O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, [1969 – 1970] 1992.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: Condições para a Materialidade Significante. In: RODRIGUES et al... **Análise do Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre.** Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

LÉVI-STRAUSS. Claude. Mitológicas I. O cru e o cozido. Rio de Janeiro: Cosac e Naity, 2004.

LIRA, Márcia de Figueiredo Lucena (org.). **Mestres da Educação – Boas ideias transformam a educação.** Governo da Paraíba, Ed. 2012.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio.** Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Belmira. MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: Ideologia e Inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

MALISKA, Maurício E. A voz: um corpo que não engana. Apresentação no SEDISC 2016. In: FLORES, Giovanna [et al]. **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia.** Campinas: Pontes Editora, 2017.

_____. **Entre a linguística e a psicanálise: o real como causalidade da língua em Saussure.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. E quando a pichação é da prefeitura? Pichar, proscrever, dessubjetivizar. **RUA [online]**. 2013, no. 19. Volume 1 - ISSN 1413-2109 Consultada no Portal Labeurb – **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.** Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>.

_____. 2011. Mulher na favela e confronto policial: por um arquivo de imagens. In: Mariani, Bethania; Medeiros, Vanise; Silva, Silmara Dela. (org.) **Discurso, arquivo e...** Rio e Janeiro: 7 LETRAS.

_____. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922- 1989).** Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MEDINA, L. Luiz Gonzaga. **Drummer**, São Paulo, v. 2, n. 23, p. 94-95, 1998.

MODESTO, R. **Movimentos (d)e resistência no espaço urbano.** 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

NARDI, Fabiele stockmans de. **Reflexões sobre a cultura no território da AD: Um lugar para o conceito e cultura no campo da ideologia, do inconsciente e da(s) política(s).** Porto Alegre, V SEAD, 2011. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/FabieleStockmansDeNardi.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40. 2001. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/A%20ERA%20VARGAS/LEITURA%20ANEXA%201.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

OLIVEIRA, Nozicassio Gomes de. **Ensaio fotográfico Vidas Secas**. 2012. 1 fotografia.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. **Discurso em análise** - sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2017.

_____. **Discurso em análise**- sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

_____. Espaço da violência: o sentido da delinquência. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 51(2), jul./dez., 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/8637213-6954-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni & LAGAZZI; RODRIGUES, Susy (org.) **Discurso e Textualidade**. Campinas. Pontes, 2006.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Paráfrase e Polissemia – A fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, Campinas, 1998.

_____. **Interpretação** – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Vozes, 1996.

_____. Efeitos do verbal sobre o não verbal. **Rua**, Campinas, 1995.

_____. Texto e discurso. **Rev. Organon**, v. 9, n. 23, 1995.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. – Campinas: Pontes, 1987.

PAVAN, Paula Daniele. A noção de cultura em efeitos de sentido: campo de disputas histórico-discursivas. **PERcursos Linguísticos**, Vitória (ES), v. 7, n. 16, 2017, p. 277-291. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/viewFile/17788/12496>. Acesso em: 29 set. 2018.

PÊCHEUX, Michel. Questões Iniciais. In: CONEIN, B. [et al] (orgs). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

_____. **Papel da memória**. In: Pierre Achard...[et al]. Tradução e introdução José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b[1983].

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**/ Michel Pêcheux: Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a [1975].

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, lutas de classes. **Décalages**, v. 1, Issue 4, Article 15, 2014b.

_____. As massas populares são um objeto inanimado? 3. ed. In: ORLANDI, Eni (Org). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, Eni (Org). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011.

_____. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **Papel da memória** / Pierre Achard...[et al]. Tradução e introdução José Horta Nunes. CampinasP: Pontes, 1999.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e RAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia S. Mariane et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998/ 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Tradução Lilian do Vale. Belo Horizonte: A Autêntica, 2002. Disponível em: file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/RANCIEREemancipa.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. O dano: política e polícia. In: **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Posfácio de Hemenegildo Bastos. 115. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Thais Valim. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Para além de rituais e costumes: o que podemos dizer sobre a noção de cultura em análise de discurso?** Rev. Estudos da Lingua(gem), Vitória da Conquista, v. 14, n. 2, 2016, p. 139-154. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/499/442>. Acesso em: 29 set. 2018.

ROSENDO, Teodulino Manguiera. **Para além das vidas secas, Resistência: Linguagem-Poder**. Revista Domínios de Linguagem, Uberlândia, Vol. 11, n.04, p. 1386-1403, 2017.

_____. (Org.). **Retalhos poéticos da seca**. Triunfo: Biblioteca Esc. Est. E.F.M. Bernardino José Batista, 2012. 46p.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Tania C. Clemente. Imagem, textualidade e materialidade discursiva. In: **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o Impensado Sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi/Luiza Katia Andrade Castello Branco; Eduardo Alves Rodrigues; Gabriel Leopoldino dos Santos (orgs.) Campinas: Editora RG, 2011.

_____. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Rua**, v. 7. Campinas: Labeurb, Unicamp, 2001.

SILVA, E. L. **Forró no asfalto: mercado e identidade sociocultural**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

SILVA, Jose Otacílio da. Althusser. Luciano Amaral Oliveira (orgs). **Estudos do discurso: perspectiva teórica**. São Paulo, Editora Parábola, 2013.

SCOVILLE. André Luiz Martins de. **Literatura das secas: ficção e história**. 2011. 241 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SCHONS, Carmem Regina. **Questões de escrita**. Carmem Regina; M. Tania (orgs). Editora UPF, 2005.

SPIVAK, Gayatri.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

VANIER, Alain. **LACAN** / Alsin Vanier; tradução Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.